

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Enel Brasil S.A.

31 de dezembro de 2021
com o Relatório dos Auditores Independentes

Enel Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da Administração.....	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	10
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	13
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração - 2021

Enel Brasil S.A.

Relações com Investidores

Raffaele Enrico Grandi
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Romanin
Responsável por Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou “Companhia” ou “Enel Brasil”) submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 PERFIL

Maior empresa privada do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão, transmissão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a empresa mantém operações em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,50% do capital total).

No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil atendem mais de 17 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Goiás (Enel Goiás), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público.

Em Geração, a Enel Brasil incorporou a Enel Green Power Participações em novembro de 2021, passando a controlar integralmente as empresas Enel com atividade de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. Após a incorporação, as empresas controladas pelo Grupo passam a contar com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 5,0 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Por meio da controlada Enel X Brasil, constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas, e conta com operações comerciais em praticamente todos os estados do Brasil.

A Enel Brasil é, ainda, controladora da Enel Cien, no segmento de conversão e transmissão de energia, responsável pela operação de linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão e capacidade de conversão de 2.200 MW, que compõem a interconexão entre Brasil e Argentina.

2 PRINCIPAIS INDICADORES*

Indicadores Operacionais Distribuição

	2021	2020	Varição	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWh) - Total	79.697	77.727	1.970	2,5%
Número de Consumidores Faturados	17.583.858	17.317.319	266.539	1,5%

Indicadores Operacionais Geração

	2021	2020	Varição	Var. %
Capacidade instalada (MW)	4.989	1.365	3.624	265,5%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWm)	2.447	944	1.503	159,2%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	12.713	4.825	7.888	163,5%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	29.574	17.283	12.291	71,1%

Indicadores Operacionais Transmissão

	2021	2019	Varição	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	3.848	2.944	904	30,7%

Indicadores Operacionais Serviços

	2021	2020	Varição	Var. %
Potência Vendida(KWp) - Segmento B2B	11.017	11.072	(55)	-0,5%
Potência Vendida(KWp) - Segmento B2C	116	330	(214)	n.a
Base de clientes Massivos	1.040.767	1.012.300	28.467	2,8%
Cancelamentos Segmento Massivo	1,48%	1,32%	0	0,16 p.p

B2B (*Business to Business*) - Negociações realizadas para pessoa jurídica.
 B2C (*Business to Consumer*) - Negociações realizadas para pessoa física.

Número de Colaboradores

	2021	2020	Varição	Var. %
Número de colaboradores próprios	8.859	9.527	(668)	-7,0%
Número de colaboradores parceiros	57.848	35.705	22.143	62,0%
Total	66.707	45.232	21.475	47,5%

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2021	2020	Varição	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	114.597.958	80.082.694	34.515.264	43,1%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	41.229.230	26.018.669	15.210.561	58,5%
Valor patrimonial por ação (R\$)	44,65	42,18	2,47	5,8%

Endividamento

Consolidado	2021	2020	Varição	Var. %
Dívida Bruta (R\$ Mil)	25.389.349	14.835.624	10.553.725	71,1%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(4.543.932)	(4.167.871)	(376.061)	9,0%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	20.845.417	10.667.753	10.177.664	95,4%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil - Consolidado

	2021	2020	Varição	Var. %
Receita Operacional Bruta	78.770.734	56.017.339	22.753.395	40,6%
Deduções da Receita Bruta	(27.646.992)	(19.201.835)	(8.445.157)	44,0%
Receita Operacional Líquida	51.123.742	36.815.504	14.308.238	38,9%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(45.378.871)	(32.364.998)	(13.013.873)	40,2%
EBITDA (1)	7.879.573	6.376.769	1.502.804	23,6%
Margem EBITDA	15,41%	17,32%	-	-1,91 p.p
EBIT (2)	5.744.871	4.450.506	1.294.365	29,1%
Margem EBIT	11,24%	12,09%	-	-0,85 p.p
Resultado Financeiro	(2.427.371)	(2.089.825)	(337.546)	16,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(910.086)	(776.038)	(134.048)	17,3%
Lucro Líquido	2.407.414	1.584.643	822.771	51,9%
Atribuível aos acionistas controladores	2.280.415	1.441.657	838.758	58,2%
Atribuível aos acionistas não-controladores	126.999	142.986	(15.987)	-11,2%
Margem Líquida	4,71%	4,30%	-	0,41 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,62	2,59	0,03	1,2%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional bruta de 2021 foi superior a apresentada no ano de 2020 em 40,6%, devido, principalmente, ao segmento de distribuição. As maiores variações nesse seguimento foram decorrentes dos seguintes fatores: (i) aumento de receita com fornecimento faturado em R\$ 6,7 bilhões (R\$ 37,4 bilhões em 2021 versus R\$ 30,7 bilhões em 2020) explicado principalmente pelo aumento no consumo em todos os segmentos; (ii) aumento de R\$ 6,4 bilhões relativo a Ativo e passivo financeiro setorial; e (iii) aumento de R\$ 3,4 bilhões com a venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia.

Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 40,2%, explicado, principalmente, por (i) maiores custos em energia elétrica comprada para revenda, com uma variação de R\$ 6,4 bilhões em relação a 2020; (ii) maior encargos do uso do sistema de transmissão em um montante de R\$ 2,0 bilhões; (iii) aumento de R\$ 728,6 milhões nos encargos dos serviços de sistema; (iv) aumento de R\$ 667,1 milhões nas despesas com serviços de terceiros para adequação e melhorias em operação e manutenção das distribuidoras; e (v) incremento nas rubricas de provisões para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e perdas com recebíveis de cliente em R\$ 360,0 milhões.

O EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 7,9 bilhões, R\$ 1,5 bilhões superior ao apresentado em 2020 (R\$ 6,4 bilhões).

O resultado financeiro fechou 2021 com uma despesa líquida de R\$ 2,4 bilhões, R\$ 337,5 milhões superior ao apresentado no ano anterior (R\$ 2,1 bilhões), devido, principalmente aos efeitos de variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira da Companhia, dada a desvalorização do Real frente ao dólar ocorrida entre os períodos e aumento dos encargos de dívidas relacionados ao desembolso de novos empréstimos e emissão de novas debêntures.

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram um aumento de R\$ 134,0 milhões em relação ao ano anterior.

Em decorrência dos efeitos acima, a Enel Brasil encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 2,4 bilhões, um aumento de R\$ 822,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,6 bilhão).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Brasil mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabilidade, importante ferramenta estratégica, é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. Esse planejamento estratégico possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa, por meio de uma governança ética, coerente e transparente.

A atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, também em 2021, a empresa desenvolveu várias iniciativas para reduzir os impactos causados pela Covid-19 no país. A empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresariado do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram amadrioados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos. A Enel Green Power financiou a recuperação de mais de 300 bombas de infusão de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), resultando na reabilitação de cerca de 80 leitos de UTI. Utilizadas para administrar medicamentos ou nutrientes aos pacientes, as bombas de infusão são essenciais para o funcionamento dos leitos de UTI. Em parceria com o Senai Cimatec, a EGP disponibilizou recursos para a instalação de mais de 40 túneis de desinfecção em unidades hospitalares da Bahia. Estas estruturas se assemelham a contêineres e auxiliam os profissionais de saúde em um momento crítico da rotina de atendimento aos pacientes internados com Covid-19. Essa infraestrutura também permite a aplicação de produtos desinfetantes no momento da retirada dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), reduzindo o risco de contágio para os profissionais de saúde. No total, foram beneficiados 41 hospitais em 26 municípios baianos. Além disso, foram doados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Secretarias de Saúde das Prefeituras e Testes Rápidos para os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí. Visando a segurança alimentar de comunidades em situação de vulnerabilidade social, também foram doadas cestas básicas para mais de 6,5 mil famílias nos estados do Piauí e Bahia.

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 512 projetos desenvolvidos pela Enel Brasil em 2021 beneficiaram cerca de 2 milhões de pessoas, com um investimento de R\$ 148 milhões em 12 estados do país. Também foram gerados cerca de R\$ 22 milhões em renda para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Em suas empresas de distribuição, e por meio do apoio de 763 líderes comunitários ativos, a Enel substituiu gratuitamente cerca de 8 mil geladeiras e 352 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os vários projetos realizados pelos ativos de Distribuição e agora Geração, que passaram a integrar este relatório a partir de 2021, destacam-se:

Combate à pobreza energética: A Enel está investindo para alcançar cada vez mais pessoas e conectá-las à energia segura e sustentável, especialmente nas regiões rurais de Goiás e do Ceará, locais de grande pobreza energética, com o objetivo de não deixar ninguém para trás. A Enel Distribuição Goiás tem realizado ações estratégicas que visam ampliar o acesso à energia elétrica em localidades mais isoladas, incluindo análise territorial por meio de cartografia social e definição de projetos em campo, além do monitoramento de resultados. Em 2021, a empresa começou a implantar o projeto de Desenvolvimento Territorial na Comunidade Quilombola Kalunga, com o objetivo de valorizar o bioma do Cerrado e a agricultura familiar da região de Vão do Moleque e Vão de Almas. Também está fortalecendo a Rede de Lideranças como fator de sustentabilidade do projeto e de comunicação entre a Enel e a comunidade. Além de levar energia a essas regiões tão remotas, a Enel desenvolve ações sociais que beneficiam as comunidades, como palestras e oficinas sobre consumo consciente e eficiente de energia. Outras ações relevantes que contribuem para reduzir a conta de energia dos clientes são os projetos Troca de Geladeiras e Troca de Lâmpadas, que substituem refrigeradores usados e lâmpadas antigas por modelos novos e mais eficientes. O programa Ecoenel é outra iniciativa que integra o programa de Eficiência Energética da Enel que contribui para o pagamento das contas de energia dos clientes, por meio da troca de materiais recicláveis. Apenas em 2021, mais de R\$2,3 milhões foram concedidos em bônus nas contas de luz dos clientes participantes do programa.

Programa de Eficiência Energética: O programa de Eficiência Energética da Enel, viabilizado pela Aneel, tem como objetivo de promover o uso mais eficiente da energia com os stakeholders da Enel em toda a sua área de concessão. Em 2021, a Enel no Brasil, por meio de suas quatro distribuidoras, investiu mais de R\$ 88,8 milhões nos diversos projetos que integram seu Programa de Eficiência Energética, obtendo como principais resultados o atendimento de 331.532 beneficiados, economizando 62.257,81 MWh ao longo do ano e reduzindo a demanda na ponta em 6.629,33 kW. A economia gerada equivale ao consumo mensal de 30.518 residências pelo período de um ano. Entre os projetos realizados pelo programa, um destaque vai para a Chamada Pública de Projetos, realizada anualmente pela Enel e regulamentada pelo Programa de Eficiência Energética (PEE) da Aneel. A CPP é destinada aos clientes das distribuidoras de energia dos segmentos de comércio e serviços, residencial, industrial, rural, serviço e poder público, e iluminação pública, com ações de eficiência energética realizadas em instituições públicas e comerciais, como: hospitais, universidades, instituições de segurança pública, escolas públicas, entre outras. Esses locais recebem melhorias que consistem na troca de equipamentos antigos por modelos mais eficientes, modernização de sistemas motrizes, instalação de aquecedores solares e sistemas fotovoltaicos, modernização de sistemas de iluminação e refrigeração, entre outros. A seleção das propostas da Chamada Pública passa por análise e classificação dos projetos, que leva em conta a documentação obrigatória, a qualidade das iniciativas, desenvolvimento da proposta e ações inovadoras, além da pontuação atingida de acordo com os critérios divulgados em cada edital. Em 2021, atuamos em 69 projetos de eficiência energética oriundos das Chamadas Públicas das quatro distribuidoras da Enel Brasil.

Enel Compartilha Infraestrutura – programa que reúne iniciativas que melhoram a infraestrutura das comunidades nas áreas de influência direta dos parques em construção e em operação, por meio de reformas e revitalização de espaços comunitários, melhorias no acesso à água, trabalhos de prevenção a incêndios, melhorias de acessos, dentre outras. Em 2021 tivemos 30.929 beneficiados, com 8 (oito) projetos em 3 (três) estados. Como exemplo, realizamos a construção de Cisternas para Agricultores Familiares, o projeto Bioágua e o Projeto de Energia Solar para Irrigação. Estes projetos visam proporcionar a coleta, o armazenamento, o reaproveitamento de água cinza e irrigação com o objetivo de impulsionar o acesso à água para as famílias e comunidades que residem em localidades com seca prolongas, fortalecendo o compromisso com o ODS 6, além da estratégia de Economia Circular. Como destaque, em São Gonçalo do Gurguéia, no Piauí, tivemos Construção do Parquinho Ararinha, que foi o primeiro parque infantil em escola pública do Município de São Gonçalo do

Gurguéia, localizado na área de influência da planta solar de São Gonçalo. O parquinho foi instalado na Escola Municipal Santa Maria, localizada na zona rural do município. Na construção foram utilizados 4.200 kg de madeira reutilizada da obra e oriunda de pallets e bobinas, em um terreno de 70m². A construção do Parquinho Ararinha proporcionou uma solução em economia circular e fomentou a educação ambiental na escola, além de melhorar a estrutura para o convívio escolar. No total, 100 pessoas foram beneficiadas com a iniciativa.

Enel Compartilha Atitude Verde – Assistência Técnica Rural: A Assistência Técnica é uma iniciativa de educação ambiental que busca gerar valor para as comunidades residentes na Área de Influência Direta das plantas de Fontes II, Cumaru e Morro II, contemplando 3 estados e 5 municípios, visando impulsionar a produção sustentável de alimentos, fortalecer a segurança alimentar, promover a criação de valor compartilhado por meio da geração de renda e a aplicação de novas técnicas agroflorestais nestes territórios. Em 2021, o projeto ainda contou com o reaproveitamento de materiais de construção, como corpo de prova e madeiras, estimulando a economia circular, o relacionamento com as partes interessadas e a abordagem aos ODS 2, 11 e 17. No total, foram cerca de 90 famílias beneficiadas contemplando melhora na produtividade, segurança alimentar, produção sustentável a estímulo à geração de renda.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações

As empresas da Enel Brasil contam com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. As empresas possuem as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão antissuborno. A Enel Distribuição São Paulo também possui a ISO 55001 em gestão de ativos. A Enel Distribuição Goiás prevê para o segundo semestre de 2022 certificar-se na ISO 45001, sobre saúde e segurança ocupacional, e ISO 14001, em meio ambiente.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360°, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	918.837.040	99,50%	612.240.126	99,25%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,50%	4.618.298	0,75%
Total	923.455.338	100,00%	616.858.424	100,00%

7 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

8 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Nicola Cotugno	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque	Diretor Jurídico
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços
Antonio Gutierrez Silva	Diretora de Compras
Márcia Massotti de Carvalho	Diretora de Sustentabilidade
Gino Celentano	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Roberta Bonomi	Diretora de Geração
Cristine de Magalhães Marcondes	Diretora Adjunta
VAGO	Diretor Adjunto

Conselho de Administração

Presidente
Vice-Presidente
Membro efetivo
Membro efetivo
Membro efetivo

Membros

Guilherme Gomes Lencastre
Mario Fernando de Melo Santos
Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Roberta Bonomi

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Hamilton Akira Kasaishi – CRC SP262983/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Administradores e Acionistas da

Enel Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

Enel Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.770	49.540	4.263.116	3.806.388
Títulos e valores mobiliários	5	6.319	6.069	280.816	361.483
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	10.351.493	10.569.909
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	-	-	604.820	143.250
Créditos especiais	9	-	-	149.403	34.992
Tributos a compensar	10	303.538	198.217	3.986.117	2.352.920
Ativo financeiro setorial	12	-	-	2.000.397	-
Serviços em curso		-	-	586.750	511.543
Dividendos a receber	29	1.276.566	374.199	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	29	4.280.856	2.175.506	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	6.017	-	109.673	449.122
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão	6	-	-	66.031	53.411
Outros créditos	14	1.205.300	930.143	1.143.296	828.399
Total do ativo circulante		7.156.366	3.733.674	23.541.912	19.111.417
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários,	7	-	-	416.586	311.839
Créditos especiais	9	-	-	719.229	938.518
Tributos a compensar	10	-	-	11.353.034	7.578.399
Cauções e depósitos	11	-	-	112.511	28.583
Ativo financeiro setorial	12	-	-	1.168.928	76.976
Depósitos vinculados a litígios	30	3.462	2.451	1.425.744	1.318.883
Tributos diferidos	34	770.360	527.920	4.991.533	6.960.941
Benefício fiscal das incorporações	13	-	-	1.958.380	2.034.517
Instrumentos financeiros derivativos	24	305.561	-	931.413	153.636
Empréstimos com partes relacionadas	29	-	1.418.444	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-
Outros créditos	14	2.104	555	150.354	134.266
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão	6	-	-	1.641.450	1.388.682
Ativo indenizável (concessão)	16	-	-	16.073.770	12.820.257
Ativo de contrato	19	-	-	5.115.359	3.272.771
Investimentos	15	38.470.657	22.655.678	-	-
Imobilizado	17	553.123	16.271	20.861.426	1.840.522
Intangível	18	833.112	142.220	24.136.329	22.112.487
Total do ativo não circulante		40.938.379	24.763.539	91.056.046	60.971.277
Total do ativo		48.094.745	28.497.213	114.597.958	80.082.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	20	1.564.002	771.277	12.089.200	8.869.713
Debêntures, empréstimos e financiamentos	22	99.769	-	2.847.024	3.774.004
Empréstimos com partes relacionadas	29	1.285.690	808.357	2.368.518	1.145.220
Obrigações por arrendamentos	23	5.984	185	130.299	81.560
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	-	-	2.289.633	1.099.155
Folha de pagamento		48.169	12.319	368.079	336.248
Obrigações fiscais	25	261.412	193.573	1.816.580	1.662.765
Taxas regulamentares	26	-	-	880.182	823.609
Contas a pagar - acordo Eletrobras	27	-	-	375.145	355.807
Dividendos a pagar		997.610	348.506	1.028.297	363.638
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	30	-	-	186.871	348.579
Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	11.834	10.265
Risco hidrológico - GSF		-	-	-	607.644
Instrumentos Financeiros derivativos	24	53.707	-	228.531	27.910
Passivo financeiro setorial	12	-	-	-	798.380
Outras obrigações	28	1.208.582	28.880	2.682.826	820.836
Total do passivo circulante		5.524.925	2.163.097	27.303.019	21.125.333
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	406.086	522.110
Debêntures, empréstimos e financiamentos	22	1.339.878	-	14.000.394	7.415.129
Empréstimos com partes relacionadas	29	837.075	1.169.257	6.173.413	2.501.271
Obrigações por arrendamentos	23	51.183	115	556.678	186.478
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	-	-	12.546.574	7.657.680
Obrigações fiscais	25	-	-	202.177	3.488
Tributos diferidos	34	-	-	-	2.061.137
Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	7.294.070	7.660.999
Taxas regulamentares	26	-	-	174.961	212.574
Contas a pagar - acordo Eletrobras	27	-	-	363.777	700.833
Passivo financeiro setorial	12	-	-	-	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	30	2.491	1.035	4.021.458	3.765.703
Provisões para desmantelamento	30	-	-	32.618	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	68.489	-
Outras obrigações	28	4.922	-	225.014	251.290
Total do passivo não circulante		2.235.549	1.170.407	46.065.709	32.938.692
Patrimônio líquido	31				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		32.387.634	18.978.311	32.387.634	18.978.311
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.471.243	2.471.243	2.471.243	2.471.243
Reserva de lucros		5.894.474	3.976.493	5.894.474	4.210.614
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(308.055)	(151.313)	(308.055)	(385.434)
		40.334.271	25.163.709	40.334.271	25.163.709
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	667	1.041
Outros acionistas não controladores		-	-	894.292	853.919
		-	-	894.959	854.960
Total do patrimônio líquido		40.334.271	25.163.709	41.229.230	26.018.669
Total do passivo e do patrimônio líquido		48.094.745	28.497.213	114.597.958	80.082.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	35	-	-	51.123.742	36.815.504
Custo do serviço	36	-	-	(42.383.635)	(30.318.809)
Lucro bruto		-	-	8.740.107	6.496.695
(Despesas) receitas operacionais					Reapresentado
Despesas com vendas	36	-	-	(36.625)	(34.448)
Despesas gerais e administrativas	36	(286.569)	(236.385)	(1.806.471)	(1.627.501)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	36	-	-	(1.572.906)	(729.655)
Outras receitas e despesas operacionais	36	6.878	(96)	420.766	345.415
Total (despesas) receitas operacionais		(279.691)	(236.481)	(2.995.236)	(2.046.189)
Resultado de equivalência patrimonial	15	2.450.181	2.140.148	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		2.170.490	1.903.667	5.744.871	4.450.506
Resultado financeiro	37				
Receita financeira		329.585	153.392	3.079.195	1.744.141
Despesa financeira		(394.889)	(811.744)	(5.506.566)	(3.833.966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.105.186	1.245.315	3.317.500	2.360.681
Imposto de renda e contribuição social	34				
Correntes		(67.211)	(27.427)	(932.342)	(645.397)
Diferidos		242.440	223.769	(10.149)	(176.721)
Incentivo fiscal		-	-	32.405	46.080
Lucro líquido antes das participações minoritárias		2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643
Lucro líquido por ação (em Reais - R\$)		2,48	2,35	2,62	2,59
Atribuível aos acionistas controladores				2.280.415	1.441.657
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel				20	597
Outros acionistas não controladores				126.979	142.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (Perda) em instrumento financeiro derivativo	(61.074)	(59.424)	(63.073)	(60.124)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	20.765	20.204	21.445	20.442
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	(2.325)	(132.713)	(2.325)	(132.713)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(42.634)	(171.933)	(43.953)	(172.395)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(53.445)	(2.449.758)	(47.773)	(2.449.758)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	18.171	832.917	16.243	832.917
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(35.274)	(1.616.841)	(31.530)	(1.616.841)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(77.908)	(1.788.774)	(75.483)	(1.789.236)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	2.202.507	(347.117)	2.331.931	(204.593)
Atribuído a:				
Acionistas controladores			2.202.507	(347.117)
Demais acionistas do Grupo Enel			20	597
Outros acionistas não controladores			129.404	141.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital		Reservas de lucros			Patrimônio líquido atribuível aos:				
	Integralizado	Ações em tesouraria	Remuneração Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras Reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladoras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.158.210	(111.025)	2.470.885	294.160	(7.346)	4.278.097	13.938	-	23.096.919	754	822.928	23.920.601
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(24.902)	24.902	-	-	-	-
Aumento de Capital	2.820.101	-	-	-	-	-	-	-	2.820.101	-	-	2.820.101
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.441.658	1.441.658	597	142.389	1.584.644
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(1.616.840)	-	(1.616.840)	-	-	(1.616.840)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	1.616.840	(1.616.840)	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(39.220)	-	(39.220)	(10)	(452)	(39.682)
Constituição de reserva legal	-	-	-	73.328	-	-	-	(73.328)	-	-	-	-
Transferência de participações	-	-	358	-	-	-	-	-	358	-	(1.780)	(1.422)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	720	720	-	-	720
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	348.488	-	(348.488)	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(90.370)	-	(348.488)	(438.858)	(297)	(36.846)	(476.001)
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	(234.121)	234.121	-	-	-	-
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)	(3)	(72.320)	(72.327)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	(685.743)	-	685.743	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	31.588	-	31.588	-	-	31.588
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(132.713)	-	(132.713)	-	-	(132.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.978.311	(111.025)	2.471.243	367.488	(7.346)	3.850.472	(385.434)	-	25.163.709	1.041	853.919	26.018.669
Incorporação societária	13.409.323	-	-	23.484	324.280	-	(35.711)	315.404	14.036.780	-	-	14.036.780
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(15.838)	15.838	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.280.415	2.280.415	-	-	2.280.415
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(35.274)	-	(35.274)	20	126.979	91.725
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	35.274	(35.274)	-	(15)	3.759	3.744
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(40.309)	-	(40.309)	-	-	(40.309)
Constituição de reserva legal	-	-	-	130.584	-	-	-	(130.584)	-	9	(1.328)	(1.319)
Transferência de participações	-	-	-	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)	-	-	(2.372)
Dividendos prescritos controladas	-	-	-	-	-	-	-	123	123	-	2.372	2.495
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(406.132)	-	-	(406.132)	-	-	(406.132)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	(620.299)	(620.299)	-	-	(620.299)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	633.549	-	(633.549)	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-	-	(213.980)	168.047	1	(45.932)	-	(43.038)	(88.969)
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	1.192.075	-	(1.192.075)	-	(388)	(22.566)	(22.954)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	5.887	-	5.887	-	-	5.887
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(2.325)	-	(2.325)	-	-	(2.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.387.634	(111.025)	2.471.243	521.556	316.934	5.055.984	(308.055)	-	40.334.271	667	920.097	41.255.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	24.570	20.574	2.250.424	2.046.377
Imposto diferido oriundo da incorporação	(195.475)	-	(195.475)	-
Equivalência patrimonial	(2.450.181)	(2.140.148)	-	-
Juros diversos e variações monetárias provisionadas	280.054	432.657	2.119.320	2.131.597
Receita do ativo indenizável	-	-	(1.359.300)	(524.768)
Baixa do ativo indenizável, intangível e imobilizado	-	-	169.429	118.915
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas de recebíveis de clientes	-	-	1.587.789	731.399
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	63.572	74.737
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	1.191	28	467.923	39.710
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(414.615)	-	37.469	(344.267)
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	76.137	76.824
Imposto de renda e contribuição social correntes	67.211	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.965)	(223.769)	10.149	121.359
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(216.876)	(56.163)
Redução (aumento) dos ativos:				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(1.459.236)	(4.173.286)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e Outros tributos	(105.321)	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios	(1.011)	-	-	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	(461.570)	532.590
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros, líquidos	-	-	(3.673.853)	1.524.974
Dividendos recebidos	(557.523)	1.587.051	-	-
Ativo financeiro - contas a receber de concessão (Bonificação de	-	-	(118.081)	51.895
Cauções e depósitos vinculados a litígios	-	-	(205.121)	(2.095)
Serviços em curso	-	-	(75.207)	(47.540)
Incorporação de saldo de Caixa EGP	(268.277)	-	(829.623)	-
Outros créditos	839.439	(249.264)	429.587	(78.356)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	792.725	339.075	2.342.891	3.236.565
Folha de pagamento	34.856	2.989	31.831	54.443
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	24.142	47.365	1.593.115	614.541
Taxas regulamentares	-	-	18.960	(609.846)
Pagamento das provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	(142)	(76)	(487.723)	(513.475)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(910.007)	(681.791)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-	-	(317.718)	(351.683)
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzidos dos juros capitalizados	(113.806)	(105.033)	(391.365)	(318.920)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	58.628	-	-	-
Pagamento de juros de debêntures	-	-	(302.328)	(302.338)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associado aos juros do item protegido)	-	-	-	234.515
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(22.520)	-	(741.205)	-
Outras obrigações	1.185.347	-	2.168.969	170.595
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	1.412.742	1.153.107	4.030.291	5.341.151

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de investimentos:				
Títulos e valores mobiliários	(250)	7.766	80.667	(21.964)
Mútuos concedidos	(686.200)	(3.105.651)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	-	545.776	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos	-	29.362	-	-
Aquisição de participação societária	-	(55.556)	-	-
Aumento de capital em controladas	-	(663.465)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	(805)	-	(15.690)
Aquisição para o ativo de contrato, intangíveis e imobilizado	(458.112)	(4.912)	(8.000.196)	(4.627.966)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	139.185	-	-	6.878
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.005.377)	(3.247.485)	(7.919.529)	(4.658.742)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	11.901.327	2.786.905
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal)	-	-	(6.951.950)	(4.546.118)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	676	-	(8.276)	20.330
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associado ao principal do item protegido)	-	-	-	273.778
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(377.311)	(852.000)	(447.347)	(920.793)
Aumento de capital	-	2.820.101	-	2.820.101
Pagamento de obrigações por arrendamento	(2.500)	(1.014)	(147.788)	(125.421)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(379.135)	1.967.087	4.345.966	308.782
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de	28.230	(127.291)	456.728	991.191
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.540	176.831	3.806.388	2.815.197
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	77.770	49.540	4.263.116	3.806.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 14401, Torre B1 Aroeira, município de São Paulo, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Enel Américas S.A. localizada em Santiago, no Chile, controlada indireta da Enel S.p.A., localizada em Roma, Itália.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil (“Grupo Enel” ou “Grupo”) atuando em qualquer segmento e prestação de serviços no setor elétrico conforme suas divisões estratégicas: redes, geração, comercialização, soluções e outros.

a) Infraestrutura e Redes

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“Eletropaulo” ou “Enel Distribuição São Paulo”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição São Paulo atende a aproximadamente 7,8 milhões de unidades consumidoras em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 162/1998, de 15 de junho de 1998 com vencimento em junho de 2028.

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Ampla”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição Rio atende a aproximadamente 3 milhões de unidades consumidoras em 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 05/1996, de 9 de dezembro de 1996 com vencimento em dezembro de 2026.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia Energética do Ceará

A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Coelce”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regida pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição Ceará atende a aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado do Ceará regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, com vencimento em maio de 2028.

CELG Distribuição S.A. - CELG D

A CELG Distribuição S.A (“Enel Distribuição Goiás” ou “Celg”), sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria “B”, com sede no município de Goiânia, Estado de Goiás, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regida pela ANEEL.

A controlada Enel Distribuição Goiás atende a aproximadamente 3,1 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado de Goiás regida pelo 5ª termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015 com vencimento em dezembro de 2045.

Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. (“Enel CIEN”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar transmissão e conversão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - (“RAP”), pela ANEEL revisada a cada quatro anos. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Até a data das demonstrações financeiras, os passos que antecederiam uma eventual licitação dos ativos estão em discussão junto ao órgão regulador e ao Ministério de Minas e Energia. A indenização estimada que seria paga pelo Poder Concedente ao término destas outorgas, caso não sejam renovadas, excedem o valor contábil dos ativos registrados, não demonstrando qualquer indicativo de perda do valor recuperável (“*Impairment*”) dos ativos imobilizados.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Geração

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“Cachoeira Dourada”), sociedade por ações de capital fechado com sede no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma geradora de energia elétrica de origem hídrica regulada pela ANEEL.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada Cachoeira Dourada é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658MW, subdivididos em 10 unidades geradoras.

A controlada Cachoeira Dourada possui autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai válida até 31 de dezembro de 2022. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no sentido de reduzir os custos de operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“CGTF”), sociedade de capital fechado, com sede no município de Caucaia, Estado do Ceará, é um produtor independente de geração de energia elétrica composta de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor. A controlada foi autorizada pela ANEEL através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690GWh/ano (equivalente a 327MW médios), para a Enel Distribuição Ceará, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”), do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Green Power Volta Grande S.A.

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Volta Grande”), sociedade de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro é uma geradora de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a controlada Volta Grande conquistou um contrato de 30 anos de concessão para a usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com uma capacidade total instalada de 380MW. A controlada Volta Grande firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017.

Controladas adquiridas da Enel Green Power Brasil Participações

As controladas adquiridas da Enel Green Power Brasil Participações (EGP) possuem como atividade a geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar totalizando uma capacidade de geração de 3.624MW. Veja nota explicativa 1.3.2. sobre a incorporação da EGP.

Controlada	Tipo de Sociedade	Usinas/Parques	Potencial de geração (MW)	Operacional	Fim do Prazo de concessão	Contrato de concessão/ autorização
Alba Energia Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	Holding	-	-
Alvorada Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	PCH Lajes	2,07	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		PCH Taguatinga	1,75	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		PCH Lageado	1,776	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		CGH Bagagem	0,48	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		CGH Corujão	0,68	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		CGH Ponte Alta	0,28	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		UHE Casca III	12,42	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 005/2006
PCH Casca II	3,52	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 005/2006		
Apiacás Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Casca III	12,42	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 005/2006
		Casca III	3,52	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 005/2006
Bondia Energia Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	Holding	-	-
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome	-	Em desenvolvimento	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Aroeira 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 01	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 02	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 03	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 04	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 05	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 06	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 07	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Aroeira 08	30	Em construção	18/05/2056	Autorizada
EGP Aroeira 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Boa Vista Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Boa Vista da Lagoinha	30	Operação Comercial	17/08/2045	Autorizada
EGP Brejolândia Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Cabeça De Boi S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cabeça de Boi	30	Operação Comercial	11/08/2043	Autorizada
EGP Cerrado Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Cristal Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cristal	29,9	Operação Comercial	01/02/2047	Autorizada
EGP Cumaru 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cumaru 01	42	Em construção	16/04/2051	Autorizada
EGP Cumaru 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cumaru 02	42	Em construção	16/04/2051	Autorizada
EGP Cumaru 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cumaru 03	42	Em construção	16/04/2051	Autorizada
EGP Cumaru 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cumaru 04	42	Em construção	16/04/2051	Autorizada
EGP Cumaru 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Cumaru 05	42	Em construção	16/04/2051	Autorizada
EGP Cumaru Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Cumaru Solar 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Cumaru Solar 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Damascena Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Damascena	30	Operação Comercial	13/02/2049	Autorizada
EGP Delfina A Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Delfina I	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
		Delfina II	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
		Delfina V	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
EGP Delfina B Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Delfina III	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
EGP Delfina C Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Delfina IV	8	Operação Comercial	23/06/2045	Autorizada
EGP Delfina D Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Delfina VI	30	Operação Comercial	23/06/2045	Autorizada
EGP Delfina E Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Delfina VII	30	Operação Comercial	23/06/2045	Autorizada
EGP Desenvolvimento Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Dois Riachos Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Dois Riachos	30	Operação Comercial	27/05/2048	Autorizada
EGP Emiliana Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Emiliana	28,2	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Esperança Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Esperança	28	Operação Comercial	24/02/2049	Autorizada
EGP Esperança Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Fazenda S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Da Fazenda	27	Operação Comercial	20/03/2049	Autorizada
EGP Fontes Dos Ventos 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Fonte Dos Ventos 02	49,5	Em construção	20/05/2055	Autorizada
EGP Fontes Dos Ventos 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Fonte Dos Ventos 03	49,5	Em construção	20/05/2055	Autorizada
EGP Fontes II Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Fontes Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Horizonte Mp Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	HORIZONTE MP 1	28,7	Operação Comercial	22/03/2051	Autorizada
		HORIZONTE MP 11	20	Operação Comercial	22/03/2051	Autorizada
		HORIZONTE MP 2	28,7	Operação Comercial	22/03/2051	Autorizada
EGP Ituverava Norte Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ituverava 1	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
		Ituverava 2	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
EGP Ituverava Solar S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ituverava 3	28	Operação Comercial	11/05/2050	Autorizada
		Ituverava 4	28	Operação Comercial	11/05/2050	Autorizada
EGP Ituverava Sul Solar S/A		Ituverava 5	28	Operação Comercial	11/05/2050	Autorizada

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Sociedade anônima de capital fechado	Ituverava 6	28	Operação Comercial	08/05/2050	Autorizada
		Ituverava 7	28	Operação Comercial	15/05/2050	Autorizada
EGP Joana Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Joana	28,2	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Lagoa Do Sol 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa Do Sol 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa do Sol 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Lagoa II Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Lagoa III Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Lagoa Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Maniçoba Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Maniçoba	30	Operação Comercial	13/02/2049	Autorizada
EGP Modelo I Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Modelo I	30,55	Operação Comercial	23/03/2047	Autorizada
EGP Modelo II Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Modelo II	25,85	Operação Comercial	23/03/2047	Autorizada
EGP Morro Do Chapéu I Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de São Mário	30	Operação Comercial	03/07/2050	Autorizada
		Ventos de São Paulo	28	Operação Comercial	03/07/2050	Autorizada
EGP Morro Do Chapéu II Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Dulce	28	Operação Comercial	03/07/2050	Autorizada
		Ventos de Santa Esperança	28	Operação Comercial	03/07/2050	Autorizada
EGP Morro Do Chapéu Solar 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Mourão S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Mourão	8,2	Operação Comercial - Cotas	30/12/2045	Contrato de concessão 004/2016
EGP Nova Olinda 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Nova Olinda 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Nova Olinda 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Nova Olinda 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Nova Olinda 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Nova Olinda 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Novo Lapa 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Paranapanema S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Paranapanema	31,5	Operação Comercial - Cotas	30/12/2045	Contrato de concessão 005/2016
EGP Pau Ferro Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Pau Ferro	30,55	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Pedra Do Gerônimo Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Pedra do Gerônimo	30,55	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Primavera Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Primavera	29,9	Operação Comercial	01/02/2047	Autorizada
EGP Salto Apicás S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Salto Apicás	45	Operação Comercial	11/08/2043	Autorizada
EGP São Abraão Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santo Abraão	28	Operação Comercial	06/07/2045	Autorizada

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP São Gonçalo 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 07	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 08	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 1	50	Operação Comercial	05/06/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 10 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 10	50	Operação Comercial	18/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 11 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 11	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 12 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 12	34,54	Em construção	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 14 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 14	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 15 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 15	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 17	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 18 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 18	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 19 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Sao Gonçalo 19	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 2	45,68	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 21 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 21	50	Operação Comercial	17/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 22 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 22	50	Operação Comercial	01/06/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 3 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 3	50	Operação Comercial	14/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 4 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 4	50	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 5 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 5	45,68	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 6 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 6	50	Operação Comercial	11/12/2053	Autorizada
EGP São Judas Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Judas	29,9	Operação Comercial	01/02/2047	Autorizada

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP São Micael 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP São Micael 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Tacaico Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Tacaicó	18,8	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Ventos Da Boa Vista 01 Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Parque Eolico Ventos Da Boa Vista	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Ventos De Santa Ângela 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 01	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 10 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 10	40,95	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 11 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 11	44,1	Operação Comercial	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 14 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 14	42,6	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 15 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 15	43,5	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 17	47,25	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 19 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 19	30	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 02	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 20 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 20	30	Em construção	01/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 21 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 21	27	Em construção	04/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 3 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 03	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 4 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 04	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 5 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 05	31,5	Operação Comercial	14/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 6 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 06	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 7 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 07	25,2	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 8 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 08	31,5	Operação Comercial	17/06/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela 9 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Angela 09	44,1	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 12 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Angela Acl 12	30	Em construção	02/04/2054	Autorizada

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Ventos De Santa Ângela ACL 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Angela 13	28,35	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Angela 16	31,5	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 18 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Angela Acl 18	31,5	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 08	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Ventos De Santa Esperança 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Esperança 13	27	Em construção	03/07/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 15 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Esperança 15	27	Em construção	03/07/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 16	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Esperança 17	27	Em construção	03/07/2053	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 21 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 21	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 22 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 22	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 25 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 25	27*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 26 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Santa Esperança 26	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos De Santa Esperança 3 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Ventos De Santa Esperança 7 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em autorização	-	-
EGP Ventos De Santa Esperança Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
EGP Ventos De Santo Orestes 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Ventos De Santo Orestes 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Ventos De São Roque 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Sao Roque 01	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Sao Roque 02	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 03	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0895/2021
EGP Ventos De São Roque 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De Sao Roque 04	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Ventos De São Roque 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 05	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0896/2021
EGP Ventos De São Roque 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 06	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0897/2021
EGP Ventos De São Roque 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 07	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0898/2021
EGP Ventos De São Roque 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 08	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 11 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 11	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 13	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0899/2021
EGP Ventos De São Roque 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 16	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 17	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 18 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 18	49,5	Em autorização	Em autorização	Em autorização
EGP Ventos De São Roque 19 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 17	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0900/2021
EGP Ventos De São Roque 22 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 19	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0901/2021
EGP Ventos De São Roque 26 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 22	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0902/2021
EGP Ventos De São Roque 29 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 26	45,6	Possui Outorga	23/11/2056	0903/2021
EGP Zeus II - Delfina 8 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Zeus II	29,4	Operação Comercial	20/06/2053	Autorizada
EGP Zeus Sul 1 Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Parque Eolico Zeus	-	Em desenvolvimento	-	-
EGP Zeus Sul 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos De São Roque 29	34,2	Em desenvolvimento	-	-
Enel Green Lagoa do Sol 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
Enel Soluções Energéticas Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Fontes Solar I	5	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		Fontes Solar II	5			Operação Comercial
Enelpower Do Brasil Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	Holding	-	-
Fazenda Aroeira Empreendimento De Energia Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
Fotons De Santo Anchieta Energias Renovaveis S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
Isamu Ikeda Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Isamu Ikeda	29,064	Operação Comercial	31/01/2050	Portaria 547/2021

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Jade Energia Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	-	-	-
Parque Eólico Engenho Geradora de Energias Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	-	-	-
Parque Eólico Palmas Dos Ventos Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Parque Eolico Palmas Dos Ventos	-	Em desenvolvimento	-	-
Parque Eólico Ventania Geradora de Energias Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	-	-	-	-	-
Primavera Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	PCH Braço Norte	5,3	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 009/2006
		PCH Alto Paraguai	1,68	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 008/2006
		PCH Primavera	8,12	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 007/2006
		CGH Alto Araguaia	0,8	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 006/2006
		PCH Culuene	1,79	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 006/2006
		PCH Poxoréo	1,2	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 006/2006
		PCH São Domingos (Torixoréu)	2,4	Operação Comercial	10/12/2027	Contrato de concessão 006/2006
Quatiara Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	PCH Quatiara	2,6	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		CGH Laranja Doce	0,72	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
		PCH Pari	1,344	Operação Comercial	Registro - não tem prazo final	Registro
Socibe Energia S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Agro Trafo	14,04	Operação Comercial	13/07/2047	Portaria 546/2021
Ventos De Santa Ângela Energias Renováveis S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Holding	-	-
Ventos De Santa Esperança Energias Renováveis S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
Ventos De Santo Orestes Energias Renováveis S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-
Ventos De São Roque Energias Renováveis S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	Em desenvolvimento	-	-

(*) Usinas submetidas a processo de alteração de características técnicas perante à ANEEL com previsão de modificação da capacidade instalada autorizada.

c) Comercialização

Enel Trading Brasil S.A.

A Enel Trading Brasil S.A. (“Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Enel X

Enel X Brasil S.A.

A Enel X Brasil S.A. (“Enel X”), sociedade por ações de capital fechado, com sede município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a prestação de serviços geral, relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral, bem como a participação no capital de outras companhias e/ou sociedades.

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. (“CGFSF”), sociedade empresarial de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social de atividades de locação e gestão de equipamentos para produção de energia elétrica de origem solar, eficiência energética, infraestrutura elétrica e outros, bem como as atividades de operação e manutenção desses ativos. A CGFSF é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Angra Energia S.A.

A Luz de Angra Energia S.A. (“Luz de Angra”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública, firmado com a Prefeitura de Angra dos Reis, conforme Concorrência Pública nº 004/2020 pelo prazo de 15 anos. A Luz de Angra é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Luz de Macapá S.A.

A Luz de Macapá S.A. (“Luz de Macapá”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem como objeto social a execução de obras e prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública da Prefeitura de Macapá, conforme Concorrência Pública nº 006/2020. A Luz de Macapá é controlada indireta através da controlada Enel X Brasil.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outros

CTM e TESA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM - Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. ("CTM") e TESA - Transportadora de Energia S.A. ("TESA"), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional.

Enel Uruguay S.A.

A Enel Uruguay S.A. ("Enel Uruguay"), anteriormente denominada de Nuxer Trading S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Montevideo, capital do Uruguai, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, bem como a prestação de serviços geral no Uruguai, relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

Enel Brasil Central S.A.

A Enel Brasil Central S.A. ("Enel Brasil Central"), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, cujo objeto é a participação no capital social de outras companhias e sociedades de distribuição de energia elétrica.

1.2. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, o Grupo Enel providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pelo grupo. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Monitoramento e plano estratégico

O Grupo Enel tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração do Grupo Enel continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

O Grupo tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 31 de dezembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa do Grupo, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores, vide nota explicativa nº 2.5 – Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

O Grupo tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Para as controladas distribuidoras de energia, por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 504.801 vide nota explicativa nº 8 – Créditos a receber – subvenção CDE e outros descontos tarifários. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pelas controladas, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 57.347, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022, vide nota explicativa nº 12 Ativos e passivos financeiros setoriais.

Na mesma resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, que será ainda realizada pela ANEEL, possivelmente, no 1º trimestre de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a medida provisória que permitia o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez de água, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da medida provisória publicada em dezembro. O custo do empréstimo será pago pelos consumidores (clientes regulados e novos clientes livres que migrarem a partir da data de emissão da referida Provisão Temporária) por meio da conta de energia. A ANEEL ainda publicará a resolução com as condições para o empréstimo.

1.3. Reorganização societária

1.3.1. Gridspertise Latam

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha participação direta de 100% (das 10.000 ações) na Enel Tecnologia de Redes S.A, uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, constituída em 10 de abril de 2018, cujo objeto social era o planejamento, desenvolvimento e execução de atividades de geração, distribuição, transmissão e/ou comercialização de energia elétrica, participação no capital social de outras companhias e sociedades e comércio ou distribuição de aparelhos, instrumentos e equipamentos de distribuição, medição e controle de energia.

Com o objetivo de digitalizar a infraestrutura das redes de energia dos sistemas de distribuição apoiando na entrega de uma nova era de redes inteligentes sustentáveis em todo o mundo, o Grupo Enel constituiu a Gridspertise Srl, empresa localizada na Itália. Como forma de se alinhar às novas diretrizes globais, em 31 de maio de 2021, a Enel Tecnologia de Redes passou a se denominar Gridspertise Latam S.A. cujo objeto social passou a ser o de atuação nos setores de energia elétrica, incluindo infraestrutura e redes, comunicações, telemática,

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tecnologia da informação, automação doméstica, estruturas de rede (eletricidade, água, gás, fibra ótica, aquecimento distrital, telecomunicações) e consecução de projetos, construção, manutenção e operação de plantas, produção e comercialização de equipamentos.

No mesmo ato, a Companhia aumentou o capital social nesta investida no montante de R\$ 2.000 integralizando-o (i) por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) no montante de R\$ 982, (ii) pela capitalização dos créditos do mútuo celebrado entre a Companhia e a investida no montante de R\$ 909 e (iii) pela transferência em moeda corrente nacional no valor de R\$ 109 correspondendo a 2.000.000 novas ações de posse da Companhia.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia vendeu o controle da investida para a Gridspertise Srl na totalidade de 2.009.999 ações pelo seu valor contábil de R\$ 558, permanecendo com apenas uma ação equivalente a menos de 0,01% de participação.

	2020		2021	
	Quantidade de ações	Participação total	Quantidade de ações	Participação total
Enel Brasil	10.000	100,00%	1	0,00005%
Gridspertise Srl	-		2.009.999	99,99995%
Total	10.000	100,00%	2.010.000	100,00000%

Por se tratar de uma operação entre entidades sob controle comum, foram considerados os valores contábeis dos acervos da investida Gridspertise Latam para a reorganização societária, conseqüentemente, não há ágio por expectativa de rentabilidade futura na operação.

Os efeitos, no exercício, oriundos da equivalência patrimonial do investimento são de R\$ 1.320 vide nota explicativa nº 15 - Investimentos. Adicionalmente, não havia qualquer efeito oriundo da Gridspertise Latam em Outros Resultados Abrangentes da Companhia relacionado com o investimento.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3.2. EGP Brasil Participações Ltda.

Em 4 de novembro de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador final (Enel S.p.A), a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

O patrimônio líquido da EGP Brasil Participações Ltda. foi avaliado em 31 de outubro de 2021, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 14.036.781, conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado da EGP Brasil Participações Ltda. está apresentado como segue:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	268.330
Tributos a compensar	97.724
Dividendos a receber	387.081
Créditos com partes relacionadas	526.014
Instrumentos financeiros derivativos	22.914
Outros créditos	22.531
Total do ativo circulante	1.324.594
Não circulante	
Depósitos vinculados a litígios	184
Instrumentos financeiros derivativos	340.176
Investimentos	13.985.824
Imobilizado	694.074
Intangível	817.888
Total do ativo não circulante	15.838.146
Total do ativo	17.162.740
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	264.338
Debêntures, empréstimos e financiamentos	93.346
Débitos com partes relacionadas	1.363.528
Obrigações por arrendamentos	1.790
Folha de pagamento	39.882
Obrigações fiscais	6.938
Instrumentos financeiros derivativos	26.169
Outras obrigações	34
Total do passivo circulante	1.796.025
Não circulante	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	1.324.600
Obrigações por arrendamentos	2.007
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	407
Outras obrigações	2.919
Total do passivo não circulante	1.329.933
Patrimônio líquido	
Capital social	13.409.323
Reserva de lucros	347.766
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	(35.711)
Resultado do período	315.404
Total do patrimônio líquido	14.036.782
Total do passivo e patrimônio líquido	17.162.740

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência da incorporação a Companhia teve um aumento de capital de R\$ 13.409.323 mediante a emissão de 306.596.915 novas ações, que passa dos atuais R\$ 18.978.311 para R\$ 32.387.634. As novas ações emitidas são distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Enel Américas S.A.	306.596.914	100%
Energia y Servicios South América SpA	1	0%
Total	306.596.915	100%

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada, vide nota explicativa nº 15. Seguem abaixo os efeitos da incorporação no balanço individual da Companhia na data de incorporação:

	Saldo antes da incorporação	Efeito da incorporação	Eliminações	Saldo após a incorporação
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	87.217	268.330	-	355.547
Títulos e valores mobiliários	6.260	-	-	6.260
Tributos a compensar	226.512	97.724	-	324.236
Dividendos a receber	1.332.912	387.081	-	1.719.993
Créditos com partes relacionadas	2.656.704	526.014	(10.742)	3.171.976
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.914	-	22.914
Outros créditos	507.351	22.530	-	529.881
Total do ativo circulante	4.816.956	1.324.593	(10.742)	6.130.807
Não circulante				
Depósitos vinculados a litígios	2.892	184	-	3.076
Tributos diferidos	571.191	-	-	571.191
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.176	-	340.176
Créditos com partes relacionadas	1.211.104	-	-	1.211.104
Investimentos	23.949.907	13.985.824	-	37.935.731
Imobilizado	20.800	694.074	-	714.874
Intangível	542.206	817.888	-	1.360.094
Total do ativo não circulante	26.298.100	15.838.146	-	42.136.246
Total do ativo	31.115.056	17.162.739	(10.742)	48.267.053

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo				
Circulante				
Fornecedores	1.305.875	264.338	-	1.570.213
Debêntures, empréstimos e financiamentos	2.145.894	93.346	-	2.239.240
Débitos com partes relacionadas	-	1.363.528	(10.742)	1.352.786
Obrigações por arrendamentos	148	1.790	-	1.938
Folha de pagamento	15.614	39.882	-	55.496
Obrigações fiscais	261.992	6.938	-	268.930
Dividendos a pagar	377.311	-	-	377.311
Instrumentos financeiros derivativos	-	26.169	-	26.169
Outras obrigações	27.944	34	-	27.978
Total do passivo circulante	4.134.778	1.796.025	(10.742)	5.920.061
Não circulante				
Debêntures, empréstimos e financiamentos	-	1.324.600	-	1.324.600
Obrigações por arrendamentos	-	2.007	-	2.007
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	1.434	407	-	1.841
Outras obrigações	-	2.917	-	2.917
Total do passivo não circulante	1.434	1.329.931	-	1.331.365
Patrimônio líquido				
Capital social	18.978.311	13.409.323	-	32.387.634
Ações em tesouraria	(111.025)	-	-	(111.025)
Reserva de capital	2.471.243	-	-	2.471.243
Reserva de lucros	3.586.981	347.766	-	3.934.747
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	980.433	(35.711)	-	944.722
Resultado do período	1.072.901	315.405	-	1.388.306
Total do patrimônio líquido	26.978.844	14.036.783	-	41.015.627
Total do passivo e patrimônio líquido	31.115.056	17.162.739	(10.742)	48.267.053

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de Fevereiro de 2022.

2.1.2. Moeda funcional, transações em moeda estrangeira e conversão de saldos

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Desde o exercício de 2018 as controladas indiretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina foi considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (“CPC 42”). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos.

De acordo com as disposições do CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado dessas subsidiárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços e assim, as demonstrações financeiras foram retrospectivamente corrigidas a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Após a correção, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

O resultado do exercício foi atualizado no final do período com base no índice de preços ao consumidor argentino do período de 2021, divulgado pelo INDEC – Instituto de Nacional de Estatísticas e Censo da República da Argentina, de forma a ajustar as variações monetárias do resultado no exercício. Atualmente, a taxa de inflação acumulada permanece superior a 100% se comparados o período dos últimos de três anos.

	IPC(*)
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2018	47,6%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2019	53,8%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2020	36,1%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2021	50,9%

(*) Índice de Precios al Consumidor equivalente ao IPCA do Brasil na Argentina.

Fonte: Índices y variaciones porcentuales mensuales e interanuales según divisiones de la canasta, bienes y servicios, clasificación de grupos. Diciembre de 2016-diciembre de 2021 (<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-5-31>)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Reclassificação de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado de 31 de dezembro de 2020, originalmente aprovadas em 22 de fevereiro de 2021, conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A mudança efetuada não altera o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, embora aceita poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica em dizer que a política contábil anterior estaria inadequada, uma vez que a norma permite as duas interpretações. A Companhia entende que a nova política é um aprimoramento e permite melhor refletir a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica, bem como o pleno alinhamento de política contábil para o segmento de distribuição do Grupo Enel;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil adota a política agora implementada pela Companhia. Entendemos que essa mudança possibilita aos usuários das demonstrações uma melhor comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 524.767 da receita financeira para o resultado operacional, vide nota explicativa nº 33 – Receita líquida e nº 35 – Resultado financeiro.

	2020		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional bruta	55.492.572	524.767	56.017.339
Deduções da receita	(19.201.835)		(19.201.835)
Receita operacional líquida	36.290.737		36.815.504
Custos do serviço	(30.318.809)		(30.318.809)
Lucro Bruto	5.971.928		6.496.695
(Despesas) e receitas operacionais	(2.046.189)		(2.046.189)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	3.925.739		4.450.506
Receitas financeiras	2.268.908	(524.767)	1.744.141
Despesas financeiras	(3.833.966)		(3.833.966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.360.681		2.360.681

2.1.5. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Segmento	Percentual de participação (%)	Direta (%)	Indireta (%)
Cachoeira Dourada	Geração	99,61	99,61	-
CGFSF	Enel X	100,00	0,01	99,99
CGTF	Geração	100,00	100,00	-
Enel Brasil Central	Outros	100,00	100,00	-
Enel CIEN	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Enel Distribuição Ceará	Infraestrutura e Redes	74,05	74,05	-
Enel Distribuição Goiás	Infraestrutura e Redes	99,96	99,96	-
Enel Distribuição Rio de Janeiro	Infraestrutura e Redes	99,73	99,73	-
Enel Distribuição São Paulo	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Enel Trading	Comercialização	100,00	100,00	-
Enel X Brasil	Enel X	100,00	100,00	-
Luz de Angra	Enel X	51,00	-	51,00
Luz de Macapá	Enel X	51,00	-	51,00
Volta Grande	Geração	100,00	100,00	-
Enel Uruguay S/A (i)	Outros	100,00	100,00	-
CTM (ii)	Outros	99,99	74,14	25,86
Tesa (ii)	Outros	99,99	60,15	39,84
Alba Energia Ltda (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Alvorada Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Apiacás Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Bondia Energia Ltda (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Boa Vista Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Brejolândia Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cabeça De Boi S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Cerrado Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cristal Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,20	0,80
EGP Cumaru 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Cumaru 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Solar 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Solar 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Damascena Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,16	0,84
EGP Delfina A Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Delfina B Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Delfina C Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Delfina D Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Delfina E Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Desenvolvimento Ltda (iii)	Geração	99,99	99,99	-
EGP Dois Riachos Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Emiliana Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,82	1,18
EGP Esperança Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,14	0,86
EGP Esperança Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fazenda S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Fontes Dos Ventos 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes Dos Ventos 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes II Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Horizonte Mp Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
EGP Ituverava Norte Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Ituverava Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Ituverava Sul Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Joana Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,84	1,16
EGP Lagoa Do Sol 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Do Sol 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa II Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa III Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Lagoa Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Maniçoba Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,20	0,80
EGP Modelo I Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Modelo II Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro Do Chapéu I Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro Do Chapéu II Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro Do Chapéu Solar 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Mourão S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Nova Olinda 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Paranapanema S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Pau Ferro Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,76	1,24
EGP Pedra Do Gerônimo Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,87	1,13
EGP Primavera Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,00	1,00
EGP Salto Apiacás S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP São Abraão Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP São Gonçalo 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 10 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 11 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 12 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP São Gonçalo 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 14 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 15 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 18 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 19 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 21 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 22 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 3 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 4 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 5 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 6 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Judas Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,00	1,00
EGP São Micael 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Micael 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Tacaico Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,76	1,24
EGP Ventos Da Boa Vista 01 Ltda (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 10 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 11 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 14 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 15 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 19 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 20 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 21 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 3 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 4 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 5 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 6 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 7 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 8 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela 9 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 12 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EGP Ventos De Santa Ângela ACL 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Ângela ACL 18 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 15 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 21 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 22 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 25 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 26 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 3 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança 7 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santa Esperança Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santo Orestes 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De Santo Orestes 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 11 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 18 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 19 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 22 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 26 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos De São Roque 29 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Zeus II - Delfina 8 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Zeus Sul 1 Ltda (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Zeus Sul 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
Enel Green Lagoa do Sol 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Soluções Energéticas Ltda (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Enelpower Do Brasil Ltda (iii)	Geração	99,99	99,99	-
Fazenda Aroeira Empreendimento De Energia Ltda (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Fotons De Santo Anchieta Energias Renovaveis S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Isamu Ikeda Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Jade Energia Ltda (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Parque Eólico Engenho Geradora de Energias Ltda (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Parque Eólico Palmas Dos Ventos Ltda (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
Parque Eólico Ventania Geradora de Energias Ltda (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Primavera Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Quatiara Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Socibe Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Ventos De Santa Ângela Energias Renovaveis S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Ventos De Santa Esperança Energias Renovaveis S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Ventos De Santo Orestes Energias Renováveis S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Ventos De São Roque Energias Renovaveis S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-

(i) Controlada direta localizada no Uruguai.

(ii) Controladas diretas e indiretas localizadas na Argentina.

(iii) Controladas adquiridas oriundas da incorporação da Enel Green Power Brasil Participações.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Segmento	Percentual de participação (%)	Direta (%)	Indireta (%)
Cachoeira Dourada	Geração	99,61	99,61	-
CGFSF	Enel X	100,00	0,01	99,99
CGTF	Geração	100,00	100,00	-
Enel Brasil Central	Outros	100,00	100,00	-
Enel CIEN	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Gridspertise Latam (i)	Outros	100,00	100,00	-
Enel Distribuição Ceará	Infraestrutura e Redes	74,05	74,05	-
Enel Distribuição Goiás	Infraestrutura e Redes	99,96	99,96	-
Enel Distribuição Rio de Janeiro	Infraestrutura e Redes	99,73	99,73	-
Enel Distribuição São Paulo	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Enel Trading	Comercialização	100,00	100,00	-
Enel X Brasil	Enel X	100,00	100,00	-
Luz de Angra	Enel X	51,00	-	51,00
Volta Grande	Geração	100,00	100,00	-
Enel Uruguay S/A (ii)	Outros	100,00	100,00	-
CTM (iii)	Outros	99,99	74,14	25,86
Tesa (iii)	Outros	99,99	60,15	39,84

(i) Anteriormente denominada Enel Tecnologia de Redes, vide nota explicativa nº 1.3.1, Gridspertise Latam.

(ii) Controlada direta localizada no Uruguai.

(iii) Controladas diretas e indiretas localizadas na Argentina.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Principais políticas contábeis

2.2.1. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

2.2.1.1. Receita de distribuição (fornecimento e disponibilidade da rede elétrica)

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes.

As distribuidoras efetuam o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, as controladas realizam uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa), vide nota explicativa nº 2.5, Receita de distribuição não faturada.

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Conforme mencionado anteriormente, a receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada deduzida das compensações pagas aos consumidores (contraprestação

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

variável), relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. As controladas efetuam o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

2.2.1.2. Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

2.2.1.3. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão líquida das eventuais penalidades.

2.2.1.4. Receita de atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para as usinas Volta Grande, Mourão e Paranapanema a que se aplicam, existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

2.2.1.5. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As controladas distribuidoras de energia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

No caso da receita de construção da infraestrutura de iluminação pública da controlada Luz de Angra, aplica-se margem de 10% uma vez que se possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura da prestação do serviço público à medida que atinge a obrigação de desempenho dos custos incorridos.

2.2.1.6. Receita de serviço

As receitas com serviços são complementares às atividades de energia como, por exemplo, serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. Ainda, as receitas de serviços praticadas pelas controladas do segmento Soluções são (i) agente na negociação de seguros em geral, tendo sua receita gerada pelo percentual sobre a receita total auferida via prêmios dos seguros; (ii) realização de projetos de eficiência energética, que permite ao cliente a otimização dos custos de energia através da inteligência tecnológica e consumo eficiente do projeto de iluminação instalado no site do cliente; (iii) execução de obras; e (iv) prestação de serviços de iluminação pública, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento das redes de iluminação pública.

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.1.7. Receita de comercialização de energia

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber.

2.2.1.8. Receita de arrendamento

As receitas com arrendamento são desempenhadas pelas controladas Enel X Brasil e suas subsidiárias e são oriundas do aluguel de plantas de geração de energia fotovoltaicas. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, tais arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros os contratos que apresentam as seguintes características: (i) o valor presente dos fluxos de caixa futuros é superior ao custo do ativo; (ii) o prazo do arrendamento cobre substancialmente toda a vida útil das plantas solares; e, (iii) os riscos e benefícios da planta são substancialmente transferidos ao arrendatário com base nos termos contratuais.

Para os arrendamento operacionais, o Grupo reconhece os recebimentos como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.2.1.9. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.2.1.10. Serviços de importação de energia

As receitas de importação de energia são oriundas das atividades de agente importador e tem como objetivo atender situações emergenciais de desequilíbrio energético de carga no Brasil. As receitas são reconhecidas quando entregues no centro de gravidade do SIN conforme os montantes de carga e preços estabelecidos pela ONS. Como agente de importação a controlada apresenta o resultado da operação de forma líquida deduzidos dos custos de importação e outros estabelecidos pela Portaria MME nº 339/2018.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas as empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é liquidada, revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou,
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 24 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o Grupo geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

g) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial.

O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 24 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

h) Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão

Bonificação de Outorga: Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Iluminação Pública: Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a Companhia possui um ativo financeiro com a Prefeitura de Angra dos Reis por possuir o direito incondicional de receber caixa pela execução de obras e prestação de serviços relacionados à infraestrutura de iluminação pública do município. A margem de construção é mensurada inicialmente a valor justo, e custo amortizável, posteriormente, com base no método da taxa efetiva do projeto apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. As contraprestações são mensais, garantidas pela Contribuição de Iluminação Pública (“CIP”), e não requerem registro de perdas esperadas para créditos de liquidez duvidosa.

i) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (“VNR”), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

2.2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Administração baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos do Grupo estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

2.2.4. Intangível

São decorrentes de combinações de negócios, licenças de software, direito de uso da infraestrutura operada pelas controladas e aquisição de novos projetos. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

(i) Adquiridos através de combinações de negócios ou aquisição de ativos: A parcela oriunda de combinações de negócios ou aquisição de ativos que corresponde ao direito de exploração da concessão ou autorização está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado com base no prazo da concessão ou autorização, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até ao final do prazo de concessão ou autorização.

(ii) Investimentos na infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão: Em função dos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.2.5. Ágio atribuído à concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão das controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A Administração procedeu com os processos de análise dos ágios e não encontrou indicativos de que eles possam apresentar perda de recuperabilidade.

2.2.6. Ativos contratuais

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

2.2.7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 17 – Imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

2.2.8. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.8.1. Como arrendatário

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o Grupo tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.2.8.2. Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

2.2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício para as empresas tributadas pelo Regime Lucro Real. As controladas tributadas pelo Regime de Lucro Presumido apuram o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta, para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

c) Incentivo fiscal das controladas

As controladas Enel Distribuição Ceará, EGP Morro do Chapéu II, EGP Ituverava Norte e EGP Ituverava Sul contam com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o benefício apurado foi de R\$ 32.022 (R\$ 46.080 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no Patrimônio Líquido como Reservas de Incentivos Fiscais.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.10. Benefício a empregados – Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.2.11. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais são reconhecidas quando o Grupo (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.2.12. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como “outras receitas” denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide nota explicativa nº 8 - Subvenção CDE - Desconto Tarifário e nº 34 - Imposto de renda e contribuição social.

2.2.13. Resultado por ação - básico/diluído

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas.

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 – *Leases*

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidência e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia possui transações sujeitas a taxa variável vinculada à LIBOR e designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo Enel no Brasil, vide nota explicativa nº 22 - Debêntures, empréstimos e financiamentos. Tal designação permite a manutenção da contabilização de *hedge* mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

2.4. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1° de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

O Grupo adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a julgamentos e estimativas incluem: receita de distribuição não faturada, arrendamentos, instrumentos financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, intangível, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais e benefícios pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de distribuição não faturada

O cálculo da renda não faturada, considera o montante médio diário (montante total faturado dividido pelo número de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%), vide nota explicativa nº 35 – Receita Líquida.

Arrendamentos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os ativos e passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação considera estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera, nesta estimativa, aspectos que são específicos do Grupo, como o *rating* de crédito da subsidiária.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público).

Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- (i) Individualmente, o Grupo determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Coletivamente, o Grupo utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, analisa-se as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado à direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também, por analogia, o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo considerando a melhor estimativa tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo do Grupo é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal de uma parte do Grupo. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

Enel Distribuição Rio

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 9 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021 aprovando um reajuste de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02% sendo +10,38% e +4,63% para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT) e Baixa Tensão (BT), respectivamente.

Enel Distribuição Ceará

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 22 de abril, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2021 aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +13,54% composto por reajuste econômico de +24,07% e componente financeiro de -10,53%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +8,95% sendo de 10,21%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 8,54%, em média, para os consumidores na BT.

Enel Distribuição Goiás

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 21 de outubro, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de outubro aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +13,29% composto por reajuste econômico de +7,52% e componente financeiro de +5,77%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +16,45% sendo de +14,21%, em média, para os consumidores conectados na AT e de +17,23%, em média, para os consumidores na BT.

Enel Distribuição São Paulo

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 29 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2021 aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +9,60% composto por reajuste econômico de +11,41% e componente financeiro de -1,81%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +9,44% sendo de 3,67%, em média, para os consumidores conectados na AT e de 11,38%, em média, para os consumidores na BT.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Bandeiras tarifárias

Diante de condições hidro energéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20, que suspendia a aplicação das Bandeiras tarifárias, e reativou o sistema das bandeiras tarifárias.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. Já no segundo trimestre, com a piora do cenário hidrológico, em abril de 2021 foi acionada a bandeira amarela, e em maio de 2021 a bandeira vermelha patamar 1. Em junho de 2021, foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21). A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	19.774	5.484	307.575	243.814
Aplicações financeiras				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	57.996	43.563	3.267.233	2.913.688
Operações compromissadas	-	-	627.053	636.679
Fundo Curto Prazo (não exclusivo)	-	-	452	2.390
Total aplicações financeiras	77.770	49.047	4.202.313	3.796.571
Fundos exclusivos				
Fundos de investimentos aberto	-	477	60.803	7.818
Operações compromissadas	-	16	-	1.999
Total de fundos exclusivos	-	493	60.803	9.817
Total de caixa e equivalentes de caixa	77.770	49.540	4.263.116	3.806.388

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos não exclusivos	6.319	-	259.167	249.983
Total de fundos de investimentos	6.319	-	259.167	249.983
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	-	5.190	12.720	97.168
Letras financeiras	-	879	8.929	12.916
Outros	-	-	-	1.416
Total de fundos exclusivos	-	6.069	21.649	111.500
Total de títulos e valores mobiliários	6.319	6.069	280.816	361.483

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os fundos de investimentos exclusivos Córdoba e Pienza são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A. e pelo Banco Itaú S.A.

A Companhia e suas controladas detém participação de 100% sobre o capital destes fundos, apesar da participação integral sobre o capital, a Companhia e suas controladas não exercem controle sobre as atividades e operação destes fundos, bem como, não influencia seus administradores, logo, de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, a consolidação destes fundos não é requerida.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativos financeiros - Contas a receber vinculados à concessão

Como informado na nota 1.b, o Grupo Enel possui ativos financeiros relacionados aos contratos de concessão firmados por suas controladas Volta Grande, Enel Green Power Paranapanema (EGPs) e Enel Green Power Mourão (EGPs) com pagamento da Bonificação pela Outorga – BO, nos montantes de R\$1.419.784, R\$164.473 e R\$28.609, respectivamente, e relacionados à iluminação pública com a controlada Luz de Angra. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.429.218</u>
Atualização financeira do bônus de concessão	64.770
Amortização do bônus de concessão	<u>(51.895)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.442.093</u>
Incorporação Societária (a)	173.275
Reconhecimento ativo financeiro vinculado à concessão	2.336
Atualização financeira do bônus de concessão	147.307
Amortização do bônus de concessão	<u>(57.530)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.707.481</u>
	<u>66.031</u>
Circulante	66.031
Não circulante	1.641.450

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.2, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A..

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Consumidores, concessionários e permissionários, líquidos

	Consolidado						Total	
	A vencer	Vencidos até 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
	Classes de consumidores:							
Residencial	1.368.341	1.254.922	167.442	384.746	652.907	2.005.101	5.833.459	4.800.077
Industrial	132.272	67.755	8.103	13.592	19.123	183.529	424.374	524.134
Comercial	563.225	210.948	24.588	58.172	84.137	365.772	1.306.842	1.156.858
Rural	142.183	86.927	9.844	22.893	34.159	111.858	407.864	337.072
Poder público	160.795	49.103	6.137	15.393	23.490	123.129	378.047	353.172
Iluminação pública	165.042	47.499	12.658	32.638	49.066	179.226	486.129	342.789
Serviço público	114.072	7.600	2.016	3.266	3.904	22.824	153.682	145.967
Fornecimento de energia faturado	2.645.930	1.724.754	230.788	530.700	866.786	2.991.439	8.990.397	7.660.069
Fornecimento de energia não faturado (a)	2.526.636	-	-	-	-	-	2.526.636	1.782.376
Parcelamento de débitos de consumidores	908.071	48.329	116.195	58.642	95.065	649.027	1.875.329	1.723.070
Compartilhamento - uso mútuo	20.618	29.047	6.211	20.990	41.019	33.264	151.149	111.372
Agente de cobrança da iluminação pública	22.782	11.311	3.370	2.668	2.408	59.953	102.492	40.943
Compensação de iluminação pública	-	(70.037)	-	-	-	-	(70.037)	-
Venda de Energia Excedente - MVE	48.649	6.787	-	-	-	-	55.436	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	520.025	-	-	41.041	-	19.425	580.491	2.045.351
Concessionárias e permissionárias	357.515	-	8.453	14.325	-	-	380.293	282.920
Consumidores livres	3.779	-	-	72	-	113	3.964	3.823
Outros	61.403	425	223.690	19.934	163	203	305.818	292.126
Subtotal	7.115.408	1.750.616	588.707	688.372	1.005.441	3.753.424	14.901.968	13.942.050
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(124.148)	(77.265)	(65.081)	(263.036)	(755.288)	(2.849.071)	(4.133.889)	(3.060.302)
Total	6.991.260	1.673.351	523.626	425.336	250.153	904.353	10.768.079	10.881.748
Circulante							10.351.493	10.569.909
Não circulante							416.586	311.839

- (a) Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Para as controladas EGPs, o prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Residencial	(2.571.340)	(1.732.505)
Industrial	(153.909)	(199.907)
Comercial	(449.758)	(325.251)
Rural	(109.809)	(128.108)
Poder público	(35.427)	(41.493)
Iluminação pública	(53.315)	(64.281)
Serviço público	(22.231)	(19.566)
Parcelamento de débitos de consumidores	(534.708)	(435.660)
Outros	(203.392)	(113.531)
	(4.133.889)	(3.060.302)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(3.060.302)	(2.764.120)
Adições	(1.569.034)	(720.237)
Baixado para perdas (incobráveis)	495.447	416.185
Baixas (reversões)	-	7.870
Saldos finais	(4.133.889)	(3.060.302)

A Companhia, com o objetivo de melhor refletir a PECLD, avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O ano de 2021 se mostrou desafiador no sentido de recuperar dívidas mais antigas, acumuladas durante o primeiro ano da pandemia de COVID, o que acabou impactando a expectativa de perda, vide nota explicativa nº 1.2. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação.

8. Créditos a receber – subvenção CDE e outros descontos tarifários

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Baixa renda - subsídio CDE	37.434	55.646
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	4.566	49.291
CDE a receber - diferença ciclo anterior	66.494	15.598
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(8.475)	22.715
Bônus - Redução voluntária de consumo (a)	504.801	-
	604.820	143.250

- a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, o Grupo constituiu um conta a receber e uma obrigação do mesmo valor de R\$ 504.801.

9. Créditos especiais

	31/12/2020	Adições (Reversões)	Transferência (depósitos judiciais)	PECLD (Adições) Reversões	Provisão para perda de valor recuperável	31/12/2021
Fundo de aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC	973.510	(40.755)	14.332	(14.883)	(63.572)	868.632
Total	973.510	(40.755)	14.332	(14.883)	(63.572)	868.632
Circulante	34.992					149.403
Não circulante	938.518					719.229

Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Enel Distribuição Goiás de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela controlada Enel Distribuição Goiás que são repassados ao Fundo.

Conforme disposto do contrato de compra e venda da Companhia assinado entre CELG, Eletrobras e CELGPAR de 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da CELG D por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC". Desde então a Companhia mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados as contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle conforme disposto no contrato de compra e venda da Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada a Lei 20.416, que alterou a Lei 17.555/12 (que instituiu o Fundo de Aporte à CELG Distribuição-FUNAC) e a Lei 19.473/16 (que instituiu a política estadual energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás) onde o Governo do Estado de Goiás suspendeu parte do ressarcimento à Companhia, ao retroagir o período de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012.

Em 25 de abril de 2019, foi publicada a Lei 20.468 que revogou a Lei Estadual nº 19.473 de 3 de novembro de 2016 que concedia o direito da Companhia em apropriar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015.

Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG D, a Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG Distribuição S/A – CELG D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente.

No dia 16 de setembro de 2019, foi indeferido o pedido liminar da Companhia, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Companhia apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 1 de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, a qual voltou a vigorar.

Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Em 03 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADÉE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADÉE apresentou recurso, o qual ainda está aguardando julgamento pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADÉE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2020 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida.

A Administração da Companhia conclui, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC.

Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da Companhia garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário são mantidos no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos e em caso de decisão desfavorável à controlada Enel Distribuição Goiás, serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa de realização do crédito pela Companhia.

Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, a Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 575.007 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 511.435 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e 19.473/16. O impacto da referida provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 78.455 (R\$ 74.737 em 31 de dezembro de 2020) (nota explicativa 36).

A provisão para perdas mencionada anteriormente gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 201.975 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 173.888 em 31 de dezembro de 2020) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda contabilizada (nota explicativa 34).

10. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	271.760	192.237	916.232	656.958
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	-	-	999.999	741.889
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS - Parcelamento	-	-	-	78.801
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	1.160	-	160.948	129.695
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - ICMS (c)	-	-	13.208.084	8.279.880
INSS Patronal	-	-	2.545	4.355
Tributos sobre importação de serviços	-	5.251	-	5.251
Outros tributos	30.618	729	51.343	34.490
Total de tributos a compensar	303.538	198.217	15.339.151	9.931.319
Circulante	303.538	198.217	3.986.117	2.352.920
Não circulante	-	-	11.353.034	7.578.399

- (a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes à razão de 1/48 avos e a outros sobre o faturamento protocolados nas secretarias dos Estados aguardando autorização de compensação.
- (c) O Grupo constituiu ativo de PIS e COFINS a compensar com base em decisões favoráveis de ações judiciais transitadas em julgado entre dezembro de 2018 e março de 2020 em algumas subsidiárias e complementou após a decisão do STF de 13 de maio de 2021 nas demais que possuíam o crédito reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota nº 21 – PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
		Não circulante	Não circulante
Bradesco	CDB	-	13
BNB	CDB	33.768	14.940
BNB	Fundo Reserva FI RF DI	6.420	-
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.507	13.630
Citibank	Fundo Santander Cash Blue	56.816	-
Total		112.511	28.583

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada Enel Distribuição Ceará e EGPs correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco.

12. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros setoriais são reconhecidos pela Companhia e suas controladas e são apresentadas como a seguir:

Ativo (passivo) regulatório Líquido	Consolidado							31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição
	31/12/2020	Adição	Amortização	Recebimento			Reclassificação			
				Tarifárias	Remuneração	Bandeiras				
Aquisição de Energia - (CVAenergia) (1)	(228.278)	4.637.224	(661.512)	(3.879.591)	133.028	1.194.387	1.195.259	880.226	315.033	
Custo da Energia de Itaipu	891.363	1.044.556	-	-	23.305	(1.180.188)	779.036	-	779.036	
Proinfa	4.019	50.462	(26.479)	-	999	6.906	35.908	16.184	19.724	
Transporte Rede Básica	47.996	138.128	(43.128)	-	19.493	(9.354)	153.136	34.173	118.963	
Transporte de Energia - Itaipu	14.734	30.211	(10.137)	-	3.594	524	38.926	16.881	22.045	
ESS (2)	266.795	2.452.968	(108.168)	(453.206)	(13.524)	68.707	2.213.571	740.660	1.472.911	
CDE	45.056	6.803	(88.157)	-	(10.612)	(25.830)	(72.740)	29.039	(101.779)	
CVA	1.041.685	8.360.353	(937.580)	(4.332.797)	156.283	55.153	4.343.096	1.717.163	2.625.934	
PIS/COFINS alíquota efetiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Neutralidade da Parcela A	30.511	67.980	(65.606)	-	1.783	(12.587)	22.081	24.709	(2.628)	
Sobrecontratação de Energia	11.914	4.740	113.818	(91.634)	(6.007)	(89.847)	(57.015)	14.222	(71.237)	
Devoluções Tarifárias	(495.758)	(164.099)	165.150	-	(14.842)	0	(509.550)	(177.863)	(331.687)	
Antecipação da parcela B	(127.794)	140.000	78.017	-	-	34.174	124.397	(15.603)	140.000	
Risco hidrológico	(1.310.765)	(1.357.036)	1.297.933	-	(19.970)	13.477	(1.376.361)	(623.358)	(753.003)	
Demais ativos e passivos setoriais	128.803	701.965	(71.031)	-	(63.825)	(73.242)	622.670	(102.615)	725.285	
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.763.089)	(606.450)	1.518.280	(91.634)	(102.862)	(128.024)	(1.173.779)	(880.508)	(293.271)	
Total ativo (passivo) regulatório líquido	(721.404)	7.753.903	580.700	(4.424.431)	53.421	(72.871)	3.169.317	836.655	2.332.663	

1. Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, maior acionamento térmico, aumento do PLD médio no período e da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,38.
2. ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) regulatório Líquido	Consolidado								Valores em Amortização	Valores em Constituição
	31/12/2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento			31/12/2020		
					Bandeiras Tarifárias	Remuneração	Reclassificação			
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	2.201.119	1.562.973	(1.579.367)	(2.714.907)	(540.276)	42.359	799.821	(228.278)	5.765	(234.043)
Custo da Energia de Itaipu	455.850	1.221.668	-	-	-	13.666	(799.821)	891.363	891.363	-
Proinfra	21.696	(58.107)	(11.775)	52.731	-	(526)	-	4.019	(8.452)	12.471
Transporte Rede Básica	172.422	291.035	(85.792)	(332.857)	-	3.188	-	47.996	(14.808)	62.804
Transporte de Energia - Itaipu	42.386	46.338	(19.968)	(54.837)	-	774	41	14.734	16.146	(1.412)
ESS	(779.761)	(206.171)	537.279	745.833	(14.419)	(15.925)	(41)	266.795	100.668	166.127
CDE	69.601	302.548	(173.080)	(155.087)	-	1.074	-	45.056	15.276	29.780
CVA	2.183.313	3.160.284	(1.332.703)	(2.459.124)	(554.695)	44.610	-	1.041.685	1.005.958	35.727
PIS/COFINS alíquota efetiva	22.179	-	-	-	-	-	(22.179)	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	(44.157)	270.499	2.951	(202.619)	-	3.838	(1)	30.511	(36.323)	66.834
Sobrecontratação de Energia	(303.668)	309.482	368.947	(323.310)	(28.528)	(1.130)	(9.879)	11.914	121.592	(109.678)
Devoluções Tarifárias	(561.427)	(239.716)	160.776	-	-	(5.129)	149.738	(495.758)	(190.299)	(305.459)
Antecipação da parcela B	-	-	-	(127.680)	-	(114)	-	(127.794)	-	(127.794)
Risco hidrológico	(948.259)	(1.284.801)	941.128	-	-	(18.833)	-	(1.310.765)	(650.748)	(660.017)
Demais ativos e passivos setoriais	399.426	248.718	(370.388)	(59.289)	-	32.921	(122.585)	128.803	103.171	25.632
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.435.906)	(695.818)	1.103.414	(712.898)	(28.528)	11.553	(4.906)	(1.763.089)	(652.607)	(1.110.482)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	747.407	2.464.466	(229.289)	(3.172.022)	(583.223)	56.163	(4.906)	(721.404)	353.351	(1.074.755)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a composição dos itens de ativos e passivos regulatórios:

	Consolidado					
	31/12/2021					
	Circulante			Não Circulante		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVA)energia	1.382.636	(126.597)	1.256.039	89.070	(149.850)	(60.780)
Custo da Energia de Itaipu	389.518	-	389.518	389.518	-	389.518
Proinfra	35.682	-	35.682	226	-	226
Transporte Rede Básica	113.669	(3.012)	110.657	43.414	(935)	42.479
Transporte de Energia - Itaipu	29.340	(398)	28.942	9.984	-	9.984
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.235.727	-	1.235.727	977.844	-	977.844
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.119	(62.210)	(16.091)	2.681	(59.330)	(56.649)
CVA	3.232.691	(192.217)	3.040.474	1.512.737	(210.115)	1.302.622
Neutralidade da Parcela A	66.567	(44.617)	21.950	23.667	(23.536)	131
Sobrecontratação de Energia	137.955	(190.350)	(52.395)	36.835	(41.455)	(4.620)
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(376.930)	(376.930)	-	(132.620)	(132.620)
Antecipação da parcela B	70.000	(15.603)	54.397	70.000	-	70.000
Risco hidrológico	-	(1.057.478)	(1.057.478)	-	(318.883)	(318.883)
Outros	699.371	(328.996)	370.375	530.661	(278.366)	252.295
Demais passivos regulatórios	973.893	(2.013.974)	(1.040.081)	661.163	(794.860)	(133.697)
Total ativo (passivo) regulatório	4.206.584	(2.206.191)	2.000.393	2.173.900	(1.004.975)	1.168.925
	Consolidado					
	31/12/2020					
	Circulante			Não Circulante		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVA)energia	397.098	(769.906)	(372.808)	295.305	(150.775)	144.530
Custo da Energia de Itaipu	470.057	(24.376)	445.681	470.057	(24.376)	445.681
Proinfra	11.146	(13.075)	(1.929)	6.252	(304)	5.948
Transporte Rede Básica	46.030	(20.496)	25.534	30.833	(8.371)	22.462
Transporte de Energia - Itaipu	11.097	(6.270)	4.827	10.179	(272)	9.907
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	209.954	(67.432)	142.522	124.273	-	124.273
Conta de desenvolvimento energético - CDE	79.981	(27.677)	52.304	7.289	(14.537)	(7.248)
CVA	1.225.363	(929.232)	296.131	944.188	(198.635)	745.553
Neutralidade da Parcela A	109.585	(44.279)	65.306	13.014	(47.809)	(34.795)
Sobrecontratação de Energia	108.967	(159.091)	(50.124)	106.570	(44.532)	62.038
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(153.677)	(153.677)	-	(342.081)	(342.081)
Antecipação da parcela B	-	(101.885)	(101.885)	-	(25.909)	(25.909)
Risco hidrológico	-	(991.991)	(991.991)	-	(318.774)	(318.774)
Outros	210.289	(72.429)	137.860	16.993	(26.049)	(9.056)
Demais passivos regulatórios	428.841	(1.523.352)	(1.094.511)	136.577	(805.154)	(668.577)
Total ativo (passivo) regulatório	1.654.204	(2.452.584)	(798.380)	1.080.765	(1.003.789)	76.976

13. Benefício fiscal das incorporações

Ágio de incorporação da controladora

Controlada Enel Distribuição Ceará

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 06 de novembro de 2019, foi de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta “Reserva de capital”, no patrimônio líquido.

A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma:

- (i) R\$ 413.943 – até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão.
- (ii) R\$ 1.467.615 – de agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos.

Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			31/12/2020 Valor líquido
	31/12/2021			
	Ágio	Provisão	Valor líquido	
Distriluz				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(713.823)	388.270	(325.553)	(321.075)
Subtotal	62.137	(41.095)	21.042	25.520
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(224.161)	147.946	(76.215)	(60.972)
Subtotal	291.409	(192.329)	99.080	114.323
Brasília Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(133.938)	88.399	(45.539)	(36.431)
Subtotal	174.120	(114.920)	59.200	68.308
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.558
Amortização acumulada	(297.479)	194.978	(102.501)	(55.192)
Subtotal	5.852.838	(4.073.780)	1.779.058	1.826.366
Total do benefício fiscal gerado por incorporações	6.380.504	(4.422.124)	1.958.380	2.034.517

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	Percentual
Em 2022	75.985	3,88%
Em 2023	75.618	3,86%
Em 2024	75.283	3,84%
Em 2025	74.974	3,83%
2026 em diante	1.656.520	84,59%
	1.958.380	100,00%

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Convênios de arrecadação	-	-	113.904	191.425
Consumidores - serviços prestados	-	-	-	9.002
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	89.793	87.120
Serviços a terceiros	252	811	65.477	101.507
Adiantamentos	1.023	425	294.964	128.023
Consórcio Tapajós	-	16.921	-	16.921
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	(16.921)	(41.241)	(60.908)
Estoque	-	-	80.531	66.659
Despesas pagas antecipadamente	957	22	149.016	112.583
Partes Relacionadas	1.182.497	928.191	45.624	36.582
Projeto Ecoelce/Ecoampla	-	-	696	3.354
Desativações em curso	-	-	65	3.104
Bens destinados à alienação	-	-	5.615	59.901
Alienação de Bens e Direitos	-	-	112.462	72.898
Indenização danos materiais	-	-	23.873	-
Indenização lucro cessante	-	-	17.753	-
Outros	22.675	1.249	335.117	134.494
Total	1.207.404	930.698	1.293.649	962.665
Circulante	1.205.300	930.143	1.143.296	828.399
Não circulante	2.104	555	150.354	134.266

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(44.768)
(Adições)	(22.854)
Baixas (Reversões)	6.714
Baixa incobráveis	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(60.908)
(Adições)	(3.974)
Baixas (Reversões)	23.641
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(41.241)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

Controladas	% Participação direta	Controladora					
		Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	914.347	3.486.810	11.693.259	8.109.507	488.587	171.729
Enel Distribuição Goiás	99,96%	5.664.952	5.911.459	19.568.208	9.735.479	(118.285)	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.712.961	16.683.220	8.473.369	83.400	77.771
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.378.301	32.712.948	20.658.070	1.141.434	576.116
CGTF	100,00%	151.936	895.063	1.345.147	1.719.626	358.403	7.168
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	443.736	2.098.544	1.016.475	13.521	129.471
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	744.957	1.700.998	436.629	161.773	34.671
Enel CIEN	100,00%	-	173.653	578.437	294.552	150.224	70.557
Enel X	100,00%	324.726	293.942	475.597	135.296	19.257	-
Enel Uruguay	100,00%	4	2.486	6.781	9.375	7.019	-
Gridspertise Latam	100,00%	-	1	-	-	(1.324)	-
Enel Trading	100,00%	5.271	214.247	932.904	4.461.564	276.234	68.612
CTM	74,15%	228.595	11.968	15.671	2.600	(2.642)	-
TESA	60,15%	300.869	16.593	18.401	2.600	(8.922)	-
EGPs (a)	100,00%	14.754.308	14.617.680	22.195.552	431.791	85.375	72.143
Total		28.552.859	32.903.857	110.025.667	55.486.933	2.654.054	1.208.238

- (a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.2, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A.. A linha EGPs representa o somatório de todas as 196 empresas incorporadas que totalizam R\$ 22.195.552 em ativos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	Controladora						
	31/12/2020						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	892.246	3.230.550	9.710.922	5.867.330	265.180	115.620
Enel Distribuição Goiás	99,96%	5.075.679	5.408.312	13.625.340	7.116.997	134.604	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.591.235	11.964.413	6.224.317	48.924	57.878
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.699.038	31.694.956	15.267.422	980.817	60.834
CGTF	100,00%	151.936	714.866	1.154.935	964.862	160.154	3.203
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	694.061	3.754.145	1.748.801	398.273	-
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	674.412	1.608.117	322.089	124.985	59.684
Enel CIEN	100,00%	285.045	481.242	622.091	272.050	189.050	76.659
Enel X	100,00%	187.726	136.753	227.223	114.099	(13.893)	-
Enel Uruguay	100,00%	4	(4.542)	2.429	1.196	(727)	-
Enel Tecnologia	100,00%	10	(22)	318	-	(23)	-
Enel Trading	100,00%	1.000	2.023	8.249	2.793	1.353	321
CTM	74,15%	173.730	11.284	65.783	183.382	136.391	-
TESA	60,15%	228.651	25.053	72.060	147.893	121.099	-
Total		13.203.878	17.664.265	74.510.981	38.233.231	2.546.187	374.199

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

Controladora										
31/12/2021										
Controladas	Investimentos 31/12/2020	Adição	Equivalência patrimonial	Dividendos	Incorporação	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	Investimentos 31/12/2021
Enel Distribuição Ceará	2.392.253	-	361.804	(178.429)	-	-	-	-	6.386	2.582.014
Enel Distribuição Goiás	5.406.145	589.273	(118.242)	-	-	-	-	(116)	32.148	5.909.208
Enel Distribuição Rio	3.581.688	-	83.180	(19.755)	-	-	-	-	57.979	3.703.092
Enel Distribuição São Paulo	8.558.009	-	1.060.345	(1.269.419)	-	-	-	-	(192.750)	8.156.185
CGTF	714.867	-	358.402	(186.120)	-	-	-	-	7.915	895.064
Cachoeira Dourada	691.608	-	13.487	(269.346)	-	-	-	747	6.154	442.650
Volta Grande	674.412	-	161.773	(91.229)	-	-	-	-	-	744.956
Enel CIEN	480.994	-	150.226	(174.535)	-	982	-	1.033	-	458.700
Enel X	134.769	137.000	19.257	-	-	-	-	-	932	291.958
Enel Uruguay	(4.442)	-	7.019	-	-	21	-	-	-	2.598
Gridspertise Latam	(22)	1.347	(1.325)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading	2.023	4.280	276.234	(68.612)	-	-	-	321	-	214.246
CTM	8.345	-	(2.059)	-	-	(1.350)	3.624	-	-	8.560
TESA	15.029	-	(5.286)	-	-	(1.978)	2.263	-	-	10.028
EGPs (a)	-	1.158.916	85.366	(110.834)	13.985.815	-	-	126	5.653	15.125.042
Total	22.655.678	1.890.816	2.450.181	(2.368.279)	13.985.815	(2.325)	5.887	2.111	(75.583)	38.544.301

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.2, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A..

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição São Paulo, Apiacás Energia S.A., Primavera Energia S.A., Isamu Ikeda Energia S.A. e Socibe Energia S.A. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.668.616
Transferências do ativo contratual	1.640.357
Marcação a mercado - ativo financeiro	524.768
Baixas	(13.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.820.257
Incorporação	110.933
Transferências do ativo contratual	1.756.811
Transferências do ativo financeiro	10.424
Marcação a mercado - ativo financeiro	1.359.300
Baixas	(28.618)
Reclassificação do ativo imobilizado	35.819
Reclassificação do ativo intangível	4.942
Reclassificação a outros ativos	3.902
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.073.770
Não circulante	16.073.770

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	Controladora									31/12/2020
		31/12/2021									
		Custo histórico	Incorporação	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço											
Terrenos		546	-	-	-	-	-	-	-	546	546
Edificações	31	4.840	12.866	-	-	-	-	-	-	17.706	4.840
Reservatórios, Barragens e adutoras	50	-	337	-	-	-	-	-	-	337	-
Máquinas e Equipamentos	13	6.925	46.339	-	-	-	-	-	-	53.264	6.925
Veículos	6	3.044	1.916	-	-	-	-	-	-	4.960	3.044
Móveis e Utensílios	15	4.045	905	-	-	-	-	-	-	4.950	4.045
		19.400	62.363	-	-	-	-	-	-	81.763	19.400
Depreciação acumulada em serviço											
Edificações		(6.463)	(2.395)	5.319	-	(129)	-	-	-	(3.668)	(6.463)
Reservatórios, Barragens e adutoras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos		(2.262)	(9.413)	621	-	(1.649)	-	-	-	(12.703)	(2.262)
Veículos		(332)	(1.721)	(567)	-	(520)	-	-	-	(3.140)	(332)
Móveis e Utensílios		(51)	(774)	(753)	-	(335)	-	-	-	(1.913)	(51)
		(9.108)	(14.303)	4.620	-	(2.633)	-	-	-	(21.424)	(9.108)
Em curso											
Edificações		2.220	-	-	-	-	-	-	-	2.220	2.220
Máquinas e Equipamentos		3.470	175.029	(211.592)	3.320	-	-	-	-	(29.773)	3.470
Veículos		21	-	-	133.769	-	-	-	-	133.790	21
Móveis e Utensílios		17	-	-	-	-	-	-	-	17	17
Compras em andamento		-	468.510	-	-	-	-	(137.081)	-	331.429	-
		5.728	643.539	(211.592)	137.089	-	-	(137.081)	-	437.683	5.728
Arrendamento mercantil - IFRS 16											
Terrenos	4	-	1.671	-	-	26	-	-	-	1.645	-
Edificações	2	249	804	-	51.452	2.385	-	-	-	50.120	249
Ativos de tecnologia	15	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Veículos	2	-	-	-	3.379	45	-	-	-	3.334	-
		251	2.475	-	54.831	(2.456)	-	-	-	55.101	251
Total do imobilizado		16.271	694.074	(206.972)	191.920	(5.089)	-	(137.081)	-	553.123	16.271

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado								31/12/2020	
		31/12/2021									
	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	Custo histórico	Incorporação	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço											
Terrenos		12.275	14.001	(3.211)	-	-	-	-	-	23.065	12.275
Reservatórios	50	243.095	932.604	-	-	-	-	-	818	1.176.517	243.095
Edificações	32	258.208	3.267.793	23.770	-	-	-	(70.080)	106.190	3.585.881	258.208
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	30	-	3.190.644	-	-	-	-	(5.839)	2.675	3.187.480	-
Máquinas e Equipamentos	15	4.914.646	5.342.402	(91.779)	44.142	-	46.601	(27.277)	231.355	10.460.090	4.914.646
Veículos	7	10.870	1.786	3.098	2.031	-	-	-	-	17.785	10.870
Móveis e Utensílios	16	200.552	1.816	(58.318)	905	-	11	(2.288)	(604)	142.074	200.552
		5.639.646	12.751.046	(126.440)	47.078	-	46.612	(105.484)	340.434	18.592.892	5.639.646
Depreciação acumulada em serviço											
Reservatórios		(187.255)	(58.223)	-	-	(6.109)	-	-	-	(251.587)	(187.255)
Edificações		(197.157)	(244.542)	(12.616)	-	(23.359)	-	9.266	-	(468.408)	(197.157)
Instalações técnicas/mecânicas - Solar		-	(268.888)	-	-	(18.204)	-	85	-	(287.007)	-
Máquinas e Equipamentos		(3.828.495)	(714.657)	66.842	-	(195.172)	(53.073)	9.679	69.360	(4.645.516)	(3.828.495)
Veículos		(6.816)	(2.514)	(2.569)	-	(3.956)	-	25	-	(15.830)	(6.816)
Móveis e Utensílios		(136.516)	(3.816)	31.844	-	(7.908)	(11)	4.875	719	(110.813)	(136.516)
		(4.356.239)	(1.292.640)	83.501	-	(254.708)	(53.084)	23.930	70.079	(5.779.161)	(4.356.239)
Em curso											
Reservatórios		5.982	-	(3.510)	2.284	-	-	-	-	4.756	5.982
Edificações		18.150	(2.220)	(4.820)	21.745	-	-	(2.327)	(19)	30.509	18.150
Máquinas e Equipamentos		291.576	(3.470)	38.059	95.686	-	-	(10.676)	(72.104)	339.071	291.576
Veículos		3.634	(21)	6.686	444	-	-	(2)	(26)	10.715	3.634
Móveis e Utensílios		13.906	6.293.887	(349)	1.030.940	-	-	-	(338.364)	7.000.020	13.906
Compras em andamento		-	-	-	16.888	-	55	-	-	16.943	-
		333.248	6.288.176	36.066	1.167.987	-	55	(13.005)	(410.513)	7.402.014	333.248
Arrendamento - IFRS 16											
Terrenos	3	7.644	-	(3)	-	(1.877)	-	-	-	5.764	7.644
Edificações	2	110.904	(17.914)	477	3.498	(42.436)	105.590	-	-	160.119	110.904
Ativos de tecnologia	15	12.630	(2)	-	-	(10.255)	-	-	-	2.373	12.630
Veículos	2	92.689	-	-	83.476	(38.001)	29.251	-	-	167.415	92.689
Outros		-	147.784	-	174.505	-	-	-	-	322.289	-
		223.867	129.868	474	261.479	(92.569)	134.841	-	-	657.960	223.867
Outros											
Provisão para perda por redução ao valor recuperável		-	(12.279)	-	-	-	-	-	-	(12.279)	-
Total do imobilizado		1.840.522	17.864.171	(6.399)	1.476.544	(347.277)	128.424	(94.559)	-	20.861.426	1.840.522

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, substancialmente, pelos saldos das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A, EGP Cachoeira Dourada e Enel CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

Controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001. Conforme estabelecido na resolução citada, o prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

Controlada EGP Cachoeira Dourada

A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados pela ANEEL.

Repactuação do GSF - *Generation Scaling Factor*

O mercado brasileiro de curto prazo está com problema de liquidez desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R\$ 8,5 bilhões e representa cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da controlada EGP Cachoeira Dourada aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 782 dias de extensão da outorga e o montante de R\$316.711, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga. Como a controlada EGP Cachoeira Dourada havia apurado e registrado no exercício findo de 2020, o montante de R\$312.474, o efeito no exercício de 2021 foi somente do complemento, no montante de R\$ 4.237. Adicionalmente as pendências de liquidação no âmbito da CCEE foram solucionadas, e os saldos a receber de R\$115.203 e a pagar de R\$ 607.644, foram liquidados.

Controlada Enel CIEN

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

O resultado esperado para operação da controlada CIEN até o fim da outorga de Garabi I e II, bem como a indenização estimada que seria paga pelo Poder concedente ao término destas outorgas caso não sejam renovadas, excedem o valor contábil dos ativos registrados, não demonstrando qualquer indicativo de perda do valor recuperável ("Impairment") dos ativos imobilizados. Em caso de renovação das concessões, também não foi observado qualquer indicativo de perda do valor recuperável.

Distribuidoras

As distribuidoras controladas pela companhia possuem em 31 de dezembro de 2021 os seguintes saldos: Enel Distribuição Rio R\$ 106.659 (R\$101.701 em 31/12/2020), Enel Distribuição Goiás R\$ 94.016 (R\$ 68.695 em 31/12/2020), Enel Distribuição Ceará R\$ 80.146 (R\$ 43.564 em 31/12/2020) e

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo e R\$ 263.349 (R\$ 178.965 em 31/12/2020), que se referem a máquinas e equipamentos e veículos, substancialmente.

Os imobilizados das controladas estão registrados ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em linha com as taxas definidas pela ANEEL.

Incorporação

Conforme mencionado na nota explicativa 1.3.2 a companhia em 04 de novembro de 2021 aprovou a incorporação da EGP Brasil participações Ltda, em decorrência da incorporação a companhia teve um aumento de seus ativos imobilizados de R\$ 694.074

18. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	437.939	(335.730)	102.209	54.498	156.707
Adições	-	-	-	4.700	4.700
Amortização do ágio	-	(19.196)	(19.196)	-	(19.196)
Transferência	24.797	-	24.797	(24.788)	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.736	(354.926)	107.810	34.410	142.220
Incorporação de saldos	212.002	(179.750)	32.252	781.236	813.488
Adições	-	(3.890)	(3.890)	266.192	262.302
Baixas	(2.104)	-	(2.104)	-	(2.104)
Amortização do ágio	-	(15.591)	(15.591)	-	(15.591)
Transferência	-	(4.620)	(4.620)	(362.583)	(367.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	672.634	(558.777)	113.857	719.255	833.112

	Consolidado							
	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.430.330	(14.306.457)	(2.662.821)	21.461.052	85.672	-	85.672	21.546.724
Adições	3.630	-	-	3.630	332.372	-	332.372	336.002
Baixas	(283.825)	198.195	-	(85.630)	-	-	-	(85.630)
Transferência para benefício fiscal após incorporação	-	(1.950.912)	119.904	(1.831.008)	-	-	-	(1.831.008)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	31.771	-	-	31.771	(31.762)	-	(31.762)	9
Transferência de ativos contratuais (regulatório)	2.207.101	-	(61.897)	2.145.204	-	-	-	2.145.204
Reclassificação do imobilizado	1.186	-	-	1.186	-	-	-	1.186
Reclassificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.390.193	(16.059.174)	(2.604.814)	21.726.205	386.282	-	386.282	22.112.487
Incorporação de saldos	186.122	1.815	-	187.937	1.234.054	-	1.234.054	1.421.991
Adições	11.932	(43.290)	8.500	(22.858)	289.245	-	289.245	266.387
Baixas	(368.181)	319.669	-	(48.512)	(1)	-	(1)	(48.513)
Amortização	299	(2.026.058)	122.501	(1.903.258)	-	-	-	(1.903.258)
Transferências	595.829	3.804	-	599.633	(451.561)	-	(451.561)	148.072
Transferências entre ativo imobilizado	(19.830)	-	-	(19.830)	-	-	-	(19.830)
Transferência de ativos contratuais (regulatório)	2.528.926	-	-	2.528.926	-	-	-	2.528.926
Transferências ativo indenizável	12.404	(19.134)	1.788	(4.942)	-	-	-	(4.942)
Reclassificação do imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	10.519	(12.926)	-	(2.407)	(362.584)	-	(362.584)	(364.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.348.213	(17.835.294)	(2.472.025)	23.040.894	1.095.435	-	1.095.435	24.136.329

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável (concessão) nos moldes da Lei nº 12.783. Vide nota 16.

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2021			Valor líquido	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais		
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	29.843.858	(15.657.251)	(1.523.156)	12.663.451	11.100.483
Software	1.655.194	(1.196.953)	-	458.241	540.199
Bens de Renda	22.245	(20.583)	-	1.662	1.906
UBP	-	-	-	-	-
Aquisição de novos projetos	-	-	-	-	-
Bifurcação indenizável	-	-	-	-	-
Ágio aquisição Enel Distribuição Goiás	3.949.030	(587.653)	-	3.361.377	3.502.414
Intangível reflexo (a)	4.417.551	-	-	4.417.551	4.442.591
Goodwill Enel Distribuição São Paulo	2.138.612	-	-	2.138.612	2.138.612
	42.026.490	(17.462.440)	(1.523.156)	23.040.894	21.726.205
Em curso					
Direito de uso da concessão	26.094	-	-	26.094	4.166
Software	743.903	-	-	743.903	69.642
Direito de implantação e aquisição de novos projetos	-	-	-	-	-
Extensão de Concessão GSF (b)	325.438	-	-	325.438	312.474
	1.095.435	-	-	1.095.435	386.282
	43.121.925	(17.462.440)	(1.523.156)	24.136.329	22.112.487

(a) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível reflexo oriundo da incorporação realizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo é de R\$ 4.516.996, este intangível foi incorporado de forma reflexa pela Controladora à época da incorporação, sendo o montante total reconhecido de R\$ 4.268.759, que após incorporação, tal montante foi acrescido de R\$ 264.218 relacionado à compra dos acionistas minoritários e deduzido por R\$ 15.981 referente à amortização dos meses posteriores a incorporação.

(b) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, a Cachoeira Dourada apurou o montante R\$ 312.474 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis, em 31 de dezembro de 2021, são a recuperação de custos com energia elétrica e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante. O ativo intangível constituído foi amortizado a partir de 2021 pelo prazo da concessão estendido.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações especiais representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e participação financeira dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, a companhia registra mensalmente a amortização dos saldos de obrigações especiais, tal registro ocorre nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10%, 3,84%, 3,78% e 3,82% a.a. nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo, respectivamente.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio apurado na aquisição da Enel Distribuição São Paulo em 2018 é alocado ao investimento da Enel Brasil na própria Enel Distribuição São Paulo (unidade geradora de caixa) para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (“UGC”) foi determinado com base no valor em uso. A metodologia aplicada para determinar o valor em uso da UGC é o Fluxo de Caixa Descontado. O conceito base dessa metodologia é estimar o valor do negócio com base no seu fluxo de caixa futuro descontado por uma taxa que reflita o risco do fluxo.

O valor em uso no modelo foi determinado por:

- (i) Fluxos de caixa projetados até 2023 com base no orçamento e descontados a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais da Companhia (“WACC”); e
- (ii) Valor residual apurado com base na perpetuação do fluxo no último ano de projeção, descontado a valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

19. Ativos contratuais

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	Em curso		
	Custo	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.817.297	(544.526)	3.272.771
Adições	6.287.819	(147.641)	6.140.178
Baixas	-	-	-
Juros capitalizados(a)	1.248		1.248
Transferências entre ativo intangível da concessão	(2.549.270)	20.344	(2.528.926)
Transferências entre ativo financeiro	(1.834.474)	57.629	(1.776.845)
Reclassificação do imobilizado	6.933		6.933
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.729.553	(614.194)	5.115.359

- (a) Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura são registrados mensalmente no ativo de contrato, considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (ii) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (iv) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de: (a) Enel Distribuição Rio de 3,11% a.a.; (b) Enel Distribuição Ceará de 0,27% a.a.; (c) Enel Distribuição Goiás de 10,64% a.a.; (d) e Enel Distribuição São Paulo de 30,26% a.a., no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(a) Compra de energia	-	-	4.735.110	5.527.712
(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	481.984
(c) Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	1.698.536	837.969
(d) Materiais e serviços	389.720	124.042	4.178.963	1.325.357
Energia livre	-	-	65.121	62.380
(e) Partes relacionadas	1.174.217	647.235	1.790.562	1.155.463
Outros	65	-	26.994	958
Total Fornecedores	1.564.002	771.277	12.495.286	9.391.823
Circulante	1.564.002	771.277	12.089.200	8.869.713
Não circulante	-	-	406.086	522.110

- (a) (i) A diminuição do saldo à pagar no âmbito da compra de energia está principalmente relacionado à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo das usinas termoeletricas. (ii) Em 31 de dezembro de 2021, o valor registrado no passivo não circulante é substancialmente representado pelo Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de ITAIPU – ECF 3286/2016, celebrado entre a controlada Enel Distribuição Goiás e a Eletrobras, com um montante total de R\$ 406.086 (R\$ 522.110 em 31 de dezembro de 2020). O acordo foi assinado em 17 de junho de 2016 e é referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar RS2,6929 do Contrato ECF 3002/2012. A dívida vem sendo corrigida pela taxa Selic calculada pro rata die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O Termo foi parcelado em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes o principal e juros remuneratórios.
- (b) Devido a melhora no sistema hidrológico desde novembro de 2021, e redução do PLD (preço de liquidação das diferenças), a receita do efeito disponibilidade e venda de energia no curto prazo foi superior ao custo de risco hidrológico
- (c) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado a redução do PLD nos últimos dois meses de 2021, que ocasionou o provisionamento de EER (Encargo de energia de reserva).
- (d) Materiais e serviços necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, o aumento do saldo comparado ao exercício anterior reflete principalmente a incorporação da EGP Brasil Participações (Nota 1.3.2)
- (e) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 29.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui, através de suas controladas, seis processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, sendo dois processos na controlada Enel Distribuição São Paulo, um na controlada Enel Distribuição Ceará, um na Enel Distribuição Rio, outro na Enel Distribuição Goiás e um na controlada CGTF.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Em dezembro de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Controlada Enel Distribuição Ceará

Em abril de 2019, a controlada Enel Distribuição Ceará obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Controlada Enel Distribuição Rio

Em setembro de 2020, a controlada Enel Distribuição Rio obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre 2003 e 2019.

Controlada Enel Distribuição Goiás

Em março de 2021, a controlada Enel Distribuição Goiás obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS compreendendo o período de 2005 a 2019.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada CGTF

Em março de 2019, a controlada CGTF obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a controlada CGTF passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em conformidade com as decisões transitadas em julgado, as controladas passaram a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparadas nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente ao período abrangido pelas ações mencionadas acima, a Companhia e suas controladas constituíram ativos e passivos de PIS e de COFINS, no total de R\$ 13.208.084 e R\$ 14.836.207, respectivamente (saldos em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 8.279.880 e R\$ 8.756.835 respectivamente).

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema e a Administração aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando até 31 de dezembro de 2021, o montante compensado de R\$ 1.865.960 (em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 664.650).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos ativos e passivos:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Goiás		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar												
Ativo circulante	814.140	781.381	473.748	317.774	45.825	80.832	436.501	-	565.244	-	2.335.458	1.179.987
Ativo não circulante	5.117.610	6.107.701	571.894	992.192	-	-	2.774.969	-	2.408.153	-	10.872.626	7.099.893
Total Ativo	5.931.750	6.889.082	1.045.642	1.309.966	45.825	80.832	3.211.470	-	2.973.397	-	13.208.084	8.279.880
PIS/COFINS - consumidores a restituir												
Passivo circulante	814.140	781.381	473.748	317.774	-	-	436.501	-	565.244	-	2.289.633	1.099.155
Passivo não circulante	6.326.144	6.529.143	997.855	1.128.537	-	-	2.814.422	-	2.408.153	-	12.546.574	7.657.680
Total Passivo	7.140.284	7.310.524	1.471.603	1.446.311	-	-	3.250.923	-	2.973.397	-	14.836.207	8.756.835

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer relativos à referida ação e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

Os impactos no resultado são demonstrados como a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Goiás		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado												
Receita operacional bruta												
PIS/COFINS - consumidores a restituir	(127.376)	(1.866.587)	-	-	-	-	(2.055.395)	-	(1.984.969)	-	(4.167.740)	(1.866.587)
PIS/COFINS - tributo a compensar	127.376	1.866.587	-	-	48.295	-	2.055.395	-	1.984.969	-	4.216.035	1.866.587
Impacto líquido	-	-	-	-	48.295	-	-	-	-	-	48.295	-
Receita financeira												
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	178.282	469.322	25.807	25.964	1.332	1.849	1.195.528	-	988.428	-	2.389.377	497.135
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(178.282)	(469.860)	(25.807)	(25.964)	-	-	(1.195.528)	-	(988.428)	-	(2.388.045)	(495.824)
Impacto líquido	-	(538)	-	-	1.332	1.849	-	-	-	-	1.332	1.311

A movimentação do ativo e passivo são demonstrados a seguir:

	Enel Distribuição São Paulo		Enel Distribuição Ceará		CGTF		Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Goiás		Total	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.889.082	7.310.524	1.309.966	1.446.311	80.832	-	-	-	-	-	8.279.880	8.756.835
Adições	248.855	248.855	-	-	48.295	-	2.055.395	2.055.395	1.984.969	1.984.969	4.337.514	4.289.219
Atualizações	56.803	56.803	25.807	25.807	1.332	-	1.195.528	1.195.528	988.428	988.428	2.267.898	2.266.566
Compensações	(787.092)	-	(290.131)	-	(84.634)	-	(39.453)	-	-	-	(1.201.310)	-
Outros	(475.898)	(475.898)	-	(515)	-	-	-	-	-	-	(475.898)	(476.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.931.750	7.140.284	1.045.642	1.471.603	45.825	-	3.211.470	3.250.923	2.973.397	2.973.397	13.208.084	14.836.207

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Debêntures, empréstimos e financiamentos

Segue abaixo descritivo a respeito das operações com debêntures, empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantias	1.332.471	1.291.944
Empréstimos bancários sem garantias	261.763	1.474.010
Debêntures	1.252.790	1.008.050
Total passivo circulante	2.847.024	3.774.004
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantias	3.744.499	1.017.493
Empréstimos bancários sem garantias	4.625.811	400.000
Debêntures	5.630.084	5.997.636
Total passivo não circulante	14.000.394	7.415.129
Total empréstimos e financiamentos	16.847.418	11.189.133

As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado	
Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020
Moeda estrangeira							
Enel Distribuição Rio	Citibank 4131	USD	LIBOR + 0,55%	2021	Avalista	-	501.282
Enel Distribuição Rio	Itaú BBA International PLC	USD	4,21%	2021	Avalista	-	401.155
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas 4131	USD	1,63%	2022	Avalista	218.922	203.866
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 III	USD	0,01393	2025	Avalista	207.118	-
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 IV	USD	1,4%	2025	Avalista	124.161	-
Enel Distribuição Ceará	União Federal - Bônus de Desconto	USD	LIBOR + 1,0125%	2024	Recebíveis e conta reserva	6.383	5.946
Enel Distribuição Ceará	União Federal - Bônus ao Par	USD	6,20%	2024	Recebíveis e conta reserva	9.244	8.608
Enel Distribuição Ceará	MUFG 4131 I	USD	1,22%	2021	Sem garantias	-	165.015
Enel Distribuição Ceará	MUFG 4131 II	USD	1,31%	2021	Sem garantias	-	55.252
Enel Distribuição Ceará	Scotibank 4131 I	USD	2,14%	2021	Sem garantias	-	193.489
Enel Distribuição Ceará	Scotibank 4131 II	USD	1,67%	2021	Sem garantias	-	156.559
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 III	USD	1,23%	2023	Sem garantias	437.720	-
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II	USD	2,14%	2024	Sem garantias	131.753	-
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 III	USD	0,0157	2022	Sem garantias	131.558	-
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131	USD	1,51%	2023	Sem garantias	225.532	-
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131	USD	2,13%	2024	Sem garantias	280.294	-
Enel Distribuição Goiás	Scotibank 4131	USD	2,30%	2022	Avalista	272.720	253.963
Enel Distribuição Goiás	BNP Paribas 4131 II	USD	1,84%	2021	Avalista	-	172.053
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131	USD	1,48%	2021	Sem garantias	-	169.682
Enel Distribuição São Paulo	Scotibank 4131	USD	1,65%	2021	Sem garantias	-	267.094
Enel Distribuição São Paulo	BNP Paribas 4131	USD	2,96%	2021	Sem garantias	-	453.199
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 II	USD	1,71%	2024	Sem garantias	246.942	-
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 III	USD	1,97%	2024	Sem garantias	468.547	-
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK 4131 II	USD	2,31%	2025	Sem garantias	220.681	-
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank 4131 III	USD	2,61%	2026	Sem garantias	313.580	-
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131	USD	1,95%	2024	Sem garantias	217.146	-
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank 4131 IV	USD	2,37%	2025	Sem garantias	433.289	-
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 1	USD	LIBOR + 1,76%	2033	Sem garantias	492.000	-
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 1	USD	LIBOR + 1,76%	2033	Sem garantias	296.304	-
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 2	USD	LIBOR + 1,76%	2033	Sem garantias	265.037	-
Enel Brasil	SCOTIABANK 4131	USD	LIBOR + 1,91%	2024	Sem garantias	386.307	-
Enel Green Power Cachoeira D	SCOTIABANK 4131	USD	LIBOR + 1,49%	2023	Fiança corporativa	175.021	-
Enel Green Power Ituverava No	CHINA 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	69.467	-
Enel Green Power Ituverava No	SANTANDER 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	62.498	-
Enel Green Power Ituverava No	PROPARCO 4131	EUR	2,28%	2032	Fiança corporativa	150.401	-
Enel Green Power Ituverava Su	CHINA 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	104.206	-
Enel Green Power Ituverava Su	SANTANDER 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	93.760	-
Enel Green Power Ituverava Su	PROPARCO 4131	EUR	2,28%	2032	Fiança corporativa	225.602	-
Enel Green Power Ituverava So	CHINA 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	69.467	-
Enel Green Power Ituverava So	SANTANDER 4131	USD	LIBOR + 1,5%	2031	Fiança corporativa	62.235	-
Enel Green Power Ituverava So	PROPARCO 4131	EUR	2,28%	2032	Fiança corporativa	150.401	-
Total moeda estrangeira						6.548.296	3.007.163

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado	
Empresa	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional							
Enel Distribuição Rio	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3%	2023	Receíveis	11.713	19.981
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas	R\$	8,40%	2022	Avalista	413.720	413.720
Enel Distribuição Ceará	BNDES (Capex 2012-2013) - FINAME	R\$	3,00%	2023	Receíveis	6.190	10.317
Enel Distribuição Ceará	Eletrobrás (Luz para todos IV e V)	R\$	0,06	2021	Receíveis e nota promissória	-	1.394
Enel Distribuição Ceará	Eletrobrás (Luz para todos VI e VII)	R\$	6,00%	2023	Receíveis e nota promissória	3.795	6.839
Enel Distribuição Ceará	BNB II	R\$	IPCA + 2,18%	2028	Fiança banária e conta reserva	307.131	352.482
Enel Distribuição Ceará	FINEP	R\$	TJLP + 1%	2030	Fiança banária e conta reserva	665	665
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série A	R\$	CDI + 3%	2023	Receíveis	9.098	64.305
Enel Distribuição Goiás	FIDC Série B	R\$	IPCA + 9,7%	2023	Receíveis	59.219	87.167
Enel Distribuição Goiás	Eletrobrás_ECF - 232/2008	R\$	0,06	2024	Receíveis e nota promissória	3.684	6.473
Enel Distribuição Goiás	BNDES CG 2018	R\$	IPCA + 5,34%	2023	Avalista	55.399	94.422
Enel Distribuição Goiás	Celg de Participações – CELGPAR	R\$	IPCA + 5,34%	2027	Sem garantias	62.962	74.906
Enel Distribuição São Paulo	FINEP II	R\$	TJLP + 1%	2024	Carta fiança	31.532	43.613
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 IV	R\$	0,0841	2024	Sem garantias	277.923	-
Enel Green Power Boa Vista Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	74.468	-
Enel Green Power Cabeça De E	BNDES	R\$	TJLP + 2,18%	2037	Avalista	108.505	-
Enel Green Power Damascena	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2032	Avalista	55.031	-
Enel Green Power Delfina B Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	77.373	-
Enel Green Power Delfina C Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	18.120	-
Enel Green Power Delfina D Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	77.501	-
Enel Green Power Delfina E Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Avalista	77.872	-
Enel Green Power Fazenda	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2037	Avalista	71.951	-
Enel Green Power Manicoba Eó	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2032	Avalista	49.359	-
Enel Green Power Salto Apiacá	BNDES	R\$	TJLP + 2,02%	2037	Avalista	93.799	-
Enel Green Power São Abraão	BNDES	R\$	TJLP + 1,70%	2034	Fiança bancária	74.652	-
Enel Green Power Horizonte M	BNB 20181207	R\$	0,1014	2035	Avalista	72.453	-
Enel Green Power Morro Do Ch	BNDES	R\$	TJLP + 1,52%	2035	Avalista	143.941	-
Enel Green Power Morro Do Ch	BNDES	R\$	TJLP + 1,34%	2035	Avalista	134.071	-
Enel Green Power Delfina A Eó	BNDES	R\$	TJLP + 1,86%	2035	Avalista	238.731	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	65.987	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	72.262	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	67.202	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	71.922	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	72.692	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	65.703	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	60.848	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 1,45%	2039	Fiança bancária	69.850	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	63.185	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	49.139	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	49.082	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	48.965	-
Enel Green Power São Gonçal	BNB Contrato Nº 152.2019.1493.7102	R\$	IPCA + 2,14%	2044	Fiança bancária	48.554	-
Total moeda nacional						3.416.249	1.176.284
Total empréstimos e financiamentos						9.964.545	4.183.447

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Debêntures	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	Consolidado	
						31/12/2021	31/12/2020
Enel Distribuição Rio	10ª emissão - 1ª série	R\$	108% CDI	2024	Sem garantias	-	1.005.987
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2022	Sem garantias	175.798	350.410
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,95%	2023	Sem garantias	40.185	40.049
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,50%	2023	Sem garantias	357.819	352.456
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,0013%	2024	Sem garantias	187.364	169.107
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,20%	2025	Sem garantias	331.870	299.529
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,50%	2024	Sem garantias	369.241	333.221
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 1ª série	R\$	108,25% CDI	2021	Sem garantias	-	708.334
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 2ª série	R\$	111% CDI	2023	Sem garantias	1.428.913	1.404.655
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2025	Sem garantias	708.150	702.385
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,0134%	2026	Sem garantias	908.082	932.579
Enel Distribuição São Paulo	DEBÊNTURES - 25ª EMISSÃO	R\$	IPCA + 4,26%	2031	Sem garantias	755.875	-
Enel Distribuição São Paulo	DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	R\$	CDI + 1,64%	2028	Sem garantias	587.622	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 1ª séi	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	10.197	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 2ª séi	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	10.197	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 3ª séi	R\$	CDI + 0,97%	2023	Sem garantias	311.013	-
EGP Volta Grande	01ª emissão - 1ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	488.325	495.947
EGP Volta Grande	01ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	264.392	268.519
Enel Green Power Damascena	33.3.0030934-9	R\$	IPCA + 7,62%	2029	Fiança bancária	10.283	-
Enel Green Power Manicoba Eó	33.3.0030925-0	R\$	IPCA + 7,62%	2028	Fiança bancária	9.911	-
(-) custos da transação						(72.364)	(57.492)
Total debêntures						6.882.873	7.005.686
Total Empréstimos e Financiamentos e Debêntures						16.847.418	11.189.133
Total passivo circulante						2.847.024	3.774.004
Total passivo não circulante						14.000.394	7.415.129

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Volta Grande e as plantas geradoras do Grupo estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2021:

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
Eletrobrás	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual	Enel Distribuição Ceará
Scotiabank, BNP e Sumitomo 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / (PL + Endividamento bancário líquido) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES (*)	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Cabeça de Boi
BNDES (*)	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Salto Apicás
BNDES (*)	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Fazenda
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Delfina A
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu I
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu II
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Debêntures:				
1ª série - 05ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 05ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 06ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 06ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 07ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 07ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 10ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Rio
2ª série - 23ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª série - 24ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
2ª série - 24ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª série - 1ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande
2ª série - 1ª emissão	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).
- (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.
- (v) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)
- (vi) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e CS apurados no exercício, líquidos de diferimentos.
- (vii) Serviço da dívida refere-se ao somatório da (a) amortização do principal e pagamento de juros realizados referentes ao subcrédito social A durante o exercício social; (b) amortização de principal e juros do crédito junto aos debenturistas.

(*) Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi, Enel Green Power fazenda e Enel Green Power Salto Apicás o contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exige manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Para o exercício de 2021, o BNDES autorizou a suspensão da obrigação do atingimento do ICSD mínimo.

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos				
Saldos iniciais	4.183.447	5.079.730	7.005.686	7.521.817
Saldo de incorporação grupo EGP Brasil	4.623.379	-	21.364	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.717.954	2.036.905	1.620.000	-
Custo de transação	-	-	(29.859)	-
Variação monetária	65.880	20.029	309.303	106.089
Variação cambial	344.058	909.361	-	-
Encargos financeiros provisionados	179.590	207.890	355.422	266.716
Ajuste a valor de mercado	(18.797)	-	(140.681)	82.608
Amortização do custo de transação	6.477	7.082	15.106	13.248
Encargos financeiros pagos	(175.049)	(213.886)	(302.328)	(302.338)
Amortização de principal	(3.962.394)	(3.863.664)	(1.971.140)	(682.454)
Saldos finais	9.964.545	4.183.447	6.882.873	7.005.686

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Obrigações por arrendamentos

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	Controladora					
	31/12/2021	Valor Nominal	Vencimento	Média ponderada de meses	Tipo de amortização	Encargos financeiros
IFRS 16						
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	2.172	3.537	04/12/2048	16,19	Mensal	de 6,18% a.a até 13,93% a.a
Imóveis	52.087	87.587	06/11/2030	2,52	Mensal	de 4,19% a.a até 15,92% a.a
Veículos e outros meios de transport	2.908	3.376	26/11/2024	2,92	Mensal	11,10% a.a
Total	57.167	94.500				
Circulante	5.984	14.320				
Não circulante	51.183	80.180				
	Consolidado					
	31/12/2021	Valor Nominal	Vencimento	Média de anos remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	257.210	420.987	30/11/2053	26,88	Mensal	de 5,37% a.a até 18,72% a.a
Imóveis	260.507	320.931	05/12/2031	2,32	Mensal	de 0,00% a.a até 15,92% a.a
Veículos (outros transportes)	165.909	193.464	01/02/2027	3,20	Mensal	de 0,00% a.a até 11,73% a.a
Equipamentos de TI	3.284	3.696	31/05/2022	0,42	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Outros	67	68	30/07/2022	0,58	Mensal	de 6,50% a.a até 11,14% a.a
Total	686.977	939.145				
Circulante	130.299	190.514				
Não circulante	556.678	748.631				

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2021	-	-	-	115	-	115
2022	12.845	(7.620)	5.225	-	-	-
2023	12.647	(6.789)	5.858	-	-	-
2024	11.658	(5.903)	5.755	-	-	-
2025 em diante	43.030	(8.685)	34.345	-	-	-
	80.180	(28.997)	51.183	115	-	115

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Não circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
2021	-	-	-	62.772	(15.570)	47.202
2022	130.155	(49.102)	81.053	48.141	(11.456)	36.685
2023	99.308	(42.710)	56.598	39.438	(8.429)	31.009
2024	90.991	(38.439)	52.553	38.601	(5.461)	33.140
2025 em diante	428.172	(61.698)	366.474	40.816	(2.374)	38.442
	748.626	(191.948)	556.678	229.768	(43.290)	186.478

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185	115	81.560	186.478
Incorporação EGP	1.789	2.007	21.483	114.376
Adições	-	54.831	-	418.281
Remensuração	-	-	-	(22.452)
Amortizações	(2.500)	-	(147.788)	-
Transferências	5.770	(5.770)	140.006	(140.005)
Encargos provisionados	740	-	35.038	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.984	51.183	130.299	556.678

O montante que está apresentado na linha de remensuração foram provenientes de: (i) atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais; (ii) alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato; e (iii) atualização das taxas de desconto utilizando-se das premissas já estabelecidas para os contratos de arrendamento financeiro regidos pelo CPC 06 (R2).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Empresa, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um Comitê de Controles e Riscos, que apoia a avaliação e decisões do Conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de Controle e Gestão de Riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a Política de Controle e Gestão de Riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: Política de Gestão de Garantias, Política Controle de Risco de Commodities, Política de Controle de Risco de Crédito e Contraparte, Política de Controle de Risco Financeiro e Política de Cobertura (Taxa de Câmbio e Taxa de Juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um Comitê Global de Gestão e Controle de Riscos e um Comitê Regional de Gestão e Controle de Riscos para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Controle de Risco Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os Diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

Fatores de risco

a) *Risco de taxa de câmbio*

Esse risco decorre da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, importação de energia e importação de equipamentos para a construção dos parques geradores.

Os passivos em moeda estrangeira são monitorados e seguem as políticas e procedimentos internos do Grupo Enel e estão substancialmente protegidos por instrumentos de hedge cambial.

b) *Risco de encargos de dívida*

Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco o Grupo prioriza a

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratação de empréstimos e debêntures remunerados pela variação de TJLP ou CDI, taxas variáveis, porém com menor volatilidade quando comparadas ao IPCA. Além disso, para as dívidas mais relevantes indexadas ao IPCA (R\$ 1.520.000), o Grupo possui uma operação de SWAP que troca IPCA + Spread para CDI + Spread de forma a minimizar a sua exposição à volatilidade da inflação.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para 2022, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread):

Indexador do contrato	Consolidado				
	31/12/2021	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
CDI	(9.647.900)	(1.305.852)	(58.872)	(1.491.385)	(301.643)
FIXO	(502.066)	184.010	(157.469)	216.620	(124.859)
IPCA	8.590.952	265.176	(82.127)	177.927	(169.376)
LIBOR	68.302	22.227	15.279	34.878	27.930
TJLP	1.335.633	120.203	18.820	138.785	37.402
DOLAR	2.778.718	28.171	(90.472)	(125.481)	(244.124)
EURO	(112.275)	(41.313)	(69.333)	(79.505)	(107.525)
Total	2.511.365	(727.378)	(424.172)	(1.128.162)	(882.194)

c) *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) *Risco de vencimento antecipado*

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia poderá justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f) *Gestão do risco de capital*

O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos detalhados nas notas 22, 27 e 24, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas notas 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2021</u>
Dívida financeira	20.087.453
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	<u>(4.543.932)</u>
Dívida líquida (a)	15.543.521
Patrimônio líquido (b)	<u>41.232.825</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>27%</u>

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos relacionados à empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas notas 4, 5, 22, 24 e 29.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

g) *Risco hidrológico*

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A controlada Cachoeira Dourada está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a controlada Cachoeira Dourada ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da controlada Cachoeira Dourada.

h) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

i) Risco de mercado

O risco de mercado está associado substancialmente ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") no mercado de curto prazo, no qual a Companhia liquida as obrigações necessárias para recomposição de lastro de energia oriundo da insuficiência de produção energia, a fim de honrar os contratos de venda assinados no mercado regulado. O comportamento do PLD é flutuante, acompanhando as variações de oferta e demanda de energia, e pode apresentar valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de venda de longo prazo. Para tanto, sempre que necessário, a Companhia procura cobrir eventuais déficits previstos com contratos bilaterais de compra de energia.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	206.508	898.813	1.929.203	2.213.797	25.420	5.273.741
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	275.165	558.544	198.026	707.840	334.962	2.074.537
Debêntures	-	49.634	1.118.971	5.257.930	1.235.988	7.662.523
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	227	-	2.231.930	2.304.632	-	4.536.789
	481.900	1.506.991	5.478.130	10.484.199	1.596.370	19.547.590
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	9.210	579.317	664.547	4.317.976	344.306	5.915.356
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	104.761	74.980	419.606	2.136.291	2.891.210	5.626.848
Debêntures	(146)	266.478	1.387.806	5.299.642	2.020.819	8.974.599
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	1.012.935	1.742.089	4.621.902	6.669.147	-	14.046.073
	1.126.760	2.662.864	7.093.861	18.423.056	5.256.335	34.562.876

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Enel

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Enel Distribuição Goiás, CGTF e Cachoeira Dourada:

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2020						
NDF BRL x USD	(19.781)	10.205	2.068	-	-	(7.508)
Swaps de taxa de juros	(47.564)	(245.197)	(157.928)	(96.090)	(54.276)	(601.054)
	(67.345)	(234.992)	(155.860)	(96.090)	(54.276)	(608.562)
31 de dezembro de 2021						
NDF BRL x USD	96.790	(92)	(8.669)	-	-	88.029
Swaps de taxa de juros	18.152	68.433	629.743	1.096.588	(18.360)	1.794.556
	114.942	68.341	621.074	1.096.588	(18.360)	1.882.585

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2021 e 2020 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2021	31/12/2020
Contratada	1.970.000	1.340.000

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. A classificação dos níveis hierárquicos segue conforme o exposto na nota 2.6, Instrumentos financeiros, Mensuração do valor justo.

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora				
	Categoria	Nível	31/12/2021	
			Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	77.770	77.770
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	6.319	6.319
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	4.280.856	4.280.856
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	311.578	311.578
Passivo				
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.564.002	1.564.002
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	57.167	57.167
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	1.439.647	1.050.092
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	53.707	53.707
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	997.610	997.610
Outras obrigações	Custo amortizado	2	1.213.504	1.213.504
Consolidado				
	Categoria	Nível	31/12/2021	
			Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.263.116	4.263.116
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	280.816	280.816
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	112.511	112.511
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Custo amortizado	2	10.768.079	10.768.079
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	3.169.325	3.169.325
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	1.041.086	1.041.086
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	16.073.770	16.073.770
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à	Custo amortizado	3	1.707.481	1.707.481
Passivo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	2	14.420.015	14.830.031
Empréstimos e debêntures marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	2.427.403	2.468.286
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	8.541.931	7.326.933
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	297.020	297.020
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	686.977	686.977
Fornecedores	Custo amortizado	2	12.495.286	12.495.286
Outras obrigações	Custo amortizado	2	2.907.841	2.907.841
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	1.002.491	1.002.491

Instrumento financeiro derivativo

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante de debênture, proteção à variação cambial dos empréstimos com terceiros atrelados ao dólar, receitas que possuem na fórmula de reajuste do preço anual o dólar americano como componente, importação de energia e importação de equipamentos para os parques geradores.

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos derivativos (swap) relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS S.A.	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	18.468	17.764	704
Enel Distribuição Rio	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	491	(8.711)	9.202
Enel Distribuição Rio	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	717	(5.049)	5.766
Enel Distribuição Rio	Banco Credit Agricole Brasil S.A.	01/07/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	17.554	10.926	6.628
Enel Distribuição Rio	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	08/07/2021	10/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,66% aa	6.929	3.854	3.075
Enel Distribuição Rio	Itaú Unibanco S.A.	03/09/2021	03/09/2024	EUR + 1,53%aa CDI + 1,79% aa	2.399	(394)	2.793
Enel Distribuição Rio	HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	13/10/2021	14/10/2024	EUR + 1,59%aa CDI + 1,77% aa	(9.040)	(9.432)	392
Enel Distribuição Rio	Banco Bradesco S.A.	14/12/2021	16/12/2024	EUR + 1,65%aa CDI + 1,78% aa	3.948	(5.038)	8.986
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS S.A.	28/12/2021	28/12/2022	EUR + 1,06%aa CDI + 1,23% aa	(15.274)	(18.986)	3.712
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	CDI + 0,80% aa	24.018	21.337	2.681
Enel Distribuição Ceará	BNP II	01/04/2021	28/03/2024	CDI + 1,18% aa	(6.216)	(7.462)	1.246
Enel Distribuição Ceará	BNP III	01/04/2021	28/03/2022	CDI + 0,55% aa	(6.189)	(6.059)	(130)
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank IV	16/07/2021	17/07/2023	CDI + 1,25% aa	8.229	5.466	2.763
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	CDI + 1,12% aa	(3.074)	(5.982)	2.908
Enel Distribuição Goiás	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	27/08/2019	29/08/2022	USD 2,30% aa	67.512	68.973	(1.461)
Enel Distribuição Goiás	ITAÚ UNIBANCO S.A.	01/07/2021	03/07/2023	EUR + 1,29% a.a. 100% CDI +	7.497	5.839	1.658
Enel Distribuição Goiás	ITAÚ UNIBANCO S.A.	05/08/2021	05/08/2024	EUR + 1,53% a.a. 100% CDI +	(290)	(1.362)	1.072
Enel Distribuição Goiás	Banco Credit Agricole Brasil S.A.	01/09/2021	02/09/2024	EUR + 1,53% a.a. 100% CDI +	2.026	(1.525)	3.551
Enel Distribuição Goiás	Banco Credit Agricole Brasil S.A.	20/09/2021	20/09/2024	EUR + 1,59% a.a. 100% CDI +	4.725	(3.633)	8.358
Enel Distribuição Goiás	BNP PARIBAS S.A.	01/10/2021	01/10/2024	EUR + 1,59% a.a. 100% CDI +	(7.177)	(11.514)	4.337
Enel Distribuição São Paulo	Banco Bradesco S.A.	16/06/2019	15/05/2026	IPCA + 4,0134% a.a. CDI + 0,72%	132.478	74.674	57.804
Enel Distribuição São Paulo	BNP PARIBAS S.A.	09/03/2021	11/03/2024	USD + 1,71% a.a. CDI + 0,75% a.a.	(9.064)	(11.402)	2.338
Enel Distribuição São Paulo	Itaú Unibanco S.A.	30/04/2021	15/04/2031	IPCA + 4,26% a.a. CDI + 0,93% a.a.	47.412	(14.746)	62.158
Enel Distribuição São Paulo	BNP PARIBAS S.A.	19/04/2021	19/04/2024	USD + 1,97% a.a. CDI + 0,98% a.a.	(14.781)	(19.053)	4.272
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	17/05/2021	20/05/2025	USD + 2,31% a.a. CDI + 1,25% a.a.	9.197	6.144	3.053
Enel Distribuição São Paulo	BNP PARIBAS S.A.	30/06/2021	28/06/2024	Taxa fixa + 8,41% a.a. CDI + 0,68%	(41)	(16.342)	16.301
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	27/08/2021	27/08/2026	USD + 2,61% a.a. CDI + 1,63% a.a.	4.895	(2.485)	7.380
Enel Distribuição São Paulo	Banco MUFG Brasil S.A.	09/09/2021	09/09/2024	USD + 1,95% a.a. CDI + 1,28% a.a.	12.008	8.144	3.864
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	09/09/2021	09/09/2025	USD + 2,37% a.a. CDI + 1,39% a.a.	22.876	15.498	7.378
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Scotiabank	27/04/2021	27/04/2023	USD + 1,49% a.a. BRL CDI + 1,10%	2.289	715	1.574
Enel Brasil S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	08/08/2019	08/08/2033	USD + 1,76% a.a. BRL CDI + 2,52%	178.240	142.028	36.212
Enel Brasil S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	08/08/2019	08/08/2033	USD + 1,76% a.a. BRL CDI + 2,52%	159.431	127.040	32.391
Enel Brasil S.A.	Scotiabank Brasil S.A.	15/09/2024	16/09/2024	USD + 1,91% a.a. BRL CDI + 1,26%	19.678	10.190	9.488
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	30/03/2017	01/12/2031	USD Libor + 1,76% x BRL CDI +	59.250	57.706	1.544
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	22/12/2017	15/12/2027	EUR + 2,28% x BRL CDI + 2,16%	54.956	53.306	1.650
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	30/03/2017	01/12/2031	USD Libor + 1,76% x BRL CDI +	88.881	86.564	2.317
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	22/12/2017	15/12/2027	EUR + 2,28% x BRL CDI + 2,16%	82.434	79.959	2.475
EGP Ituverava Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	30/03/2017	01/12/2031	USD Libor + 1,76% x BRL CDI +	59.250	57.706	1.544
EGP Ituverava Solar S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	22/12/2017	15/12/2027	EUR + 2,28% x BRL CDI + 2,16%	54.956	53.306	1.650
Total Geral					1.081.598	757.964	323.634

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado das NDFs relacionadas a importação de energia e compra de equipamentos para a construção de plantas geradoras solares e eólicas são demonstradas a seguir:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Itaú Unibanco S.A.	22/10/2021	22/04/2022	5.908 USD x BRL	4.902	4.902	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Bradesco	21/10/2021	22/04/2022	5.854 USD x BRL	3.580	3.580	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Bradesco	18/10/2021	01/04/2022	5.6886 USD x BRL	187	187	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	03/11/2021	07/01/2022	5.6515 USD x BRL	(732)	(732)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	04/11/2021	12/01/2022	5.6945 USD x BRL	(280)	(280)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	05/11/2021	12/01/2022	5.6634 USD x BRL	(114)	(114)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	05/11/2021	07/01/2022	5.6425 USD x BRL	(735)	(735)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	08/11/2021	07/01/2022	5.6429 USD x BRL	(334)	(334)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF BNP	08/11/2021	12/01/2022	5.6465 USD x BRL	(92)	(92)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	08/11/2021	07/01/2022	5.6263 USD x BRL	(1.073)	(1.073)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF BNP	10/11/2021	12/01/2022	5.5315 USD x BRL	102	102	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	09/11/2021	12/01/2022	5.5705 USD x BRL	106	106	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	09/11/2021	07/01/2022	5.5605 USD x BRL	317	317	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	10/11/2021	12/01/2022	5.5687 USD x BRL	41	41	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	10/11/2021	07/01/2022	5.5595 USD x BRL	389	389	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	12/11/2021	12/01/2022	5.5308 USD x BRL	102	102	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	16/11/2021	12/01/2022	5.5557 USD x BRL	61	61	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	12/11/2021	07/01/2022	5.47 USD x BRL	1.593	1.593	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	12/11/2021	07/01/2022	5.527 USD x BRL	2.111	2.111	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	25/11/2021	12/01/2022	5.6218 USD x BRL	(49)	(49)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	30/11/2021	12/01/2022	5.6521 USD x BRL	(35)	(35)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	12/01/2022	5.6998 USD x BRL	(306)	(306)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	09/02/2022	5.7481 USD x BRL	(96)	(96)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	07/12/2021	14/02/2022	5.7396 USD x BRL	(57)	(57)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	06/12/2021	09/02/2022	5.7785 USD x BRL	(119)	(119)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	14/02/2022	5.7535 USD x BRL	(33)	(33)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	09/12/2021	14/02/2022	5.6672 USD x BRL	(23)	(23)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	17/12/2021	09/02/2022	5.7509 USD x BRL	(266)	(266)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	17/12/2021	09/02/2022	5.7492 USD x BRL	(146)	(146)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	21/12/2021	09/02/2022	5.8011 USD x BRL	(56)	(56)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	22/12/2021	14/02/2022	5.7454 USD x BRL	(109)	(109)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	29/12/2021	14/02/2022	5.6937 USD x BRL	(76)	(76)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	30/12/2021	14/02/2022	5.6325 USD x BRL	2	2	-
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	28/12/2020	25/01/2022	USD 6.7106	(13.637)	(10.306)	(3.331)
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	28/12/2020	25/01/2022	USD 5.4405	7.202	6.017	1.185
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	21/10/2021	25/01/2022	USD 5.8362	(1.817)	(2.249)	432
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	21/10/2021	25/01/2022	USD 5.8362	(448)	(554)	106
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	23/11/2021	25/01/2022	USD 5.6817	(581)	(688)	107
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	16/12/2021	25/01/2022	USD 5.7535	(5.285)	(5.103)	(182)
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	16/12/2021	25/01/2022	EUR 6.4937	(8.101)	(8.504)	403
Total					(13.905)	(12.625)	(1.280)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Trading possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco do Grupo. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis IFRS9/CPC48. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A posição desses contratos em 31/12/2021 é conforme segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	18	2.793
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	(1.291)	(742)
	<u>(1.273)</u>	<u>2.051</u>

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II	22.348	72.076	49.728	113.398	91.050
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(21.896)	(70.618)	(48.722)	(111.105)	(89.209)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	22.155	27.012	4.857	31.763	9.608
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 III	20.652	67.689	47.037	106.775	86.123
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(19.883)	(65.169)	(45.286)	(102.801)	(82.918)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	24.872	30.013	5.141	35.041	10.169
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 IV	12.380	40.577	28.197	64.008	51.628
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(11.905)	(39.020)	(27.115)	(61.552)	(49.647)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	14.872	17.946	3.074	20.953	6.081
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III	19.955	93.175	73.220	154.020	134.065
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(19.810)	(92.502)	(72.692)	(152.907)	(133.097)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	37.220	44.883	7.663	52.377	15.157
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV	19.630	91.659	72.029	151.513	131.883
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(16.069)	(75.033)	(58.964)	(124.031)	(107.962)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	31.137	37.477	6.340	43.678	12.541
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V	20.348	92.306	71.958	152.101	131.753
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(16.215)	(73.558)	(57.343)	(121.208)	(104.993)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	31.092	37.360	6.268	43.490	12.398
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI	16.399	73.873	57.474	121.633	105.234
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(13.671)	(61.584)	(47.913)	(101.398)	(87.727)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	27.050	32.511	5.461	37.853	10.803
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII	23.061	103.163	80.102	169.725	146.664
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(23.554)	(105.367)	(81.813)	(173.353)	(149.799)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	44.869	53.921	9.052	62.774	17.905
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VIII	60.066	289.104	229.038	479.430	419.364
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(58.990)	(283.924)	(224.934)	(470.839)	(411.849)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	118.506	143.520	25.014	167.984	49.478
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 III	42.913	142.307	99.394	224.900	181.987
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(42.767)	(141.824)	(99.057)	(224.137)	(181.370)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	46.766	57.010	10.244	67.028	20.262
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - COELCE	14.112	44.052	29.940	68.931	54.819
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(14.155)	(44.185)	(30.030)	(69.139)	(54.984)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	16.267	19.715	3.448	23.087	6.820
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 III - COELCE	1.047	8.474	7.427	14.646	13.599
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(1.037)	(8.394)	(7.357)	(14.507)	(13.470)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	3.361	4.114	753	4.852	1.491
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131	22.750	73.974	51.224	116.540	93.790
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(22.749)	(73.970)	(51.221)	(116.534)	(93.785)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	25.793	31.229	5.436	36.544	10.751

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido	Cenário	Efeito líquido
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131	29.984	93.677	63.693	146.605	116.621
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(28.430)	(88.823)	(60.393)	(139.008)	(110.578)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	31.500	38.212	6.712	44.776	13.276
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK 4131	19.336	60.649	41.313	94.979	75.643
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(19.491)	(61.133)	(41.642)	(95.738)	(76.247)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	14.990	18.275	3.285	21.490	6.500
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement IV	14.138	66.016	51.878	109.126	94.988
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(13.000)	(60.703)	(47.703)	(100.342)	(87.342)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	24.626	29.687	5.061	34.637	10.011
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement V	8.149	36.968	28.819	60.915	52.766
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(7.602)	(34.486)	(26.884)	(56.826)	(49.224)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	14.698	17.665	2.967	20.567	5.869
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VI	9.099	41.276	32.177	68.015	58.916
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(8.722)	(39.567)	(30.845)	(65.199)	(56.477)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	16.872	20.276	3.404	23.605	6.733
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VII	18.769	84.547	65.778	139.208	120.439
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(18.021)	(81.180)	(63.159)	(133.664)	(115.643)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	35.169	42.152	6.983	48.982	13.813
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement VIII	29.944	134.890	104.946	222.098	192.154
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(30.526)	(137.510)	(106.984)	(226.412)	(195.886)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	59.424	71.383	11.959	83.079	23.655
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(100.863)	(116.444)	(15.581)	(131.770)	(30.907)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	97.404	112.536	15.132	127.421	30.017
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(88.768)	(108.350)	(19.582)	(127.502)	(38.734)
Enel Distribuição São Paulo	BNP 4131 II	(25.410)	(81.506)	(56.096)	(128.120)	(102.710)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	25.171	80.739	55.568	126.915	101.744
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(28.730)	(35.051)	(6.321)	(41.233)	(12.503)
Enel Distribuição São Paulo	BNP III 4131	(49.419)	(155.878)	(106.459)	(244.343)	(194.924)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	49.245	155.330	106.085	243.484	194.239
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(55.650)	(67.650)	(12.000)	(79.386)	(23.736)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II 4131	(23.997)	(74.152)	(50.155)	(115.829)	(91.832)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	24.052	74.320	50.268	116.092	92.040
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(25.205)	(30.517)	(5.312)	(35.711)	(10.506)
Enel Distribuição São Paulo	BNP IV 4131	(22.518)	(22.518)	-	(22.518)	-
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	22.196	22.196	-	22.196	-
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(32.372)	(39.539)	(7.167)	(46.548)	(14.176)
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25ª Emissão	(84.732)	(97.457)	(12.725)	(109.974)	(25.242)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	83.882	96.644	12.762	109.198	25.316
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(85.118)	(103.552)	(18.434)	(121.580)	(36.462)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131	(35.026)	(106.311)	(71.285)	(165.548)	(130.522)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	35.592	108.030	72.438	168.224	132.632
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(38.856)	(46.790)	(7.934)	(54.550)	(15.694)
Enel Distribuição São Paulo	MUFG 4131	(22.860)	(72.197)	(49.337)	(113.195)	(90.335)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	21.384	67.537	46.153	105.888	84.504
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(22.913)	(27.729)	(4.816)	(32.440)	(9.527)
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131	(47.373)	(145.852)	(98.479)	(227.686)	(180.313)
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	47.607	146.571	98.964	228.809	181.202
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(49.807)	(60.180)	(10.373)	(70.325)	(20.518)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
EGP Ituverava Solar S.A.	CHINA 4131	7.711	23.682	15.971	36.989	29.278
EGP Ituverava Solar S.A.	SAN 4131	7.409	22.754	15.345	35.539	28.130
EGP Ituverava Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(15.302)	(46.275)	(30.972)	(72.081)	(56.778)
EGP Ituverava Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	9.636	11.539	1.903	13.399	3.764
EGP Ituverava Solar S.A.	PROPARCO 4131	10.567	44.640	34.073	72.954	62.387
EGP Ituverava Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(9.847)	(41.599)	(31.752)	(67.984)	(58.137)
EGP Ituverava Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	10.965	13.111	2.147	15.211	4.246
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	CHINA 4131	7.711	23.682	15.971	36.989	29.278
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	SAN 4131	7.409	22.754	15.345	35.539	28.130
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(15.302)	(46.275)	(30.972)	(72.081)	(56.778)
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	9.636	11.539	1.903	13.399	3.764
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	PROPARCO 4131	10.567	44.640	34.073	72.954	62.387
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(9.847)	(41.599)	(31.752)	(67.984)	(58.137)
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	10.965	13.111	2.147	15.211	4.246
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	CHINA 4131	11.568	35.525	23.958	55.487	43.919
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	SAN 4131	11.114	34.132	23.018	53.311	42.197
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(22.955)	(69.416)	(46.461)	(108.127)	(85.172)
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	14.454	17.309	2.854	20.100	5.646
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	PROPARCO 4131	15.850	66.960	51.110	109.431	93.581
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Derivativo (swap) - PA	(14.770)	(62.398)	(47.628)	(101.976)	(87.206)
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Derivativo (swap) - PP	16.447	19.667	3.220	22.816	6.369
Enel green Power Cachoeira Dourada S.A.	SCOTIABANK 4131	17.620	57.371	39.751	90.403	72.783
Enel green Power Cachoeira Dourada S.A.	SCOTIABANK 4131 PA	(17.525)	(57.062)	(39.537)	(89.916)	(72.391)
Enel green Power Cachoeira Dourada S.A.	SCOTIABANK 4131 PP	20.061	24.342	4.281	28.530	8.469
Enel Brasil S.A.	SAN 4131	40.157	105.640	65.483	160.176	94.693
Enel Brasil S.A.	CHINA 4131	41.796	109.952	68.156	166.714	98.558
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PA	(77.596)	(203.033)	(125.437)	(307.538)	(182.101)
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PP	60.986	70.952	9.966	80.699	70.733
Enel Brasil S.A.	SAN 4131	35.919	94.493	58.574	143.274	84.700
Enel Brasil S.A.	CHINA 4131	37.385	98.350	60.965	149.122	88.157
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PA	(69.408)	(181.608)	(112.200)	(275.085)	(162.885)
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PP	54.551	63.465	8.914	72.183	63.269
Enel Brasil S.A.	SCOTIABANK 4131	51.223	139.193		212.294	212.294
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PA	(50.261)	(136.577)	(86.316)	(208.305)	(121.989)
Enel Brasil S.A.	Derivativo (swap) - PP	55.911	65.047	9.136	73.982	64.846

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) (a)	522	9	1.021.685	845.659
Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ/CSLL) (b)	67.211	27.427	260.291	232.603
Refis (c)	-	-	7.994	4.720
Imposto sobre Serviços (ISS)	971	181	47.975	19.562
Programa de Integração Social (PIS)	246	3.304	31.683	39.429
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.579	15.347	324.466	181.886
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido)	-	479	13.328	42.743
Contribuições e Encargos Trabalhistas	557	994	31.271	39.163
Tributos sobre Importação de Serviços (c)	14.461	145.832	27.120	158.892
ICMS Diferido (d)	-	-	48.599	-
Outros tributos e Contribuições	175.865	-	204.345	101.596
Total	261.412	193.573	2.018.757	1.666.253
Circulante	261.412	193.573	1.816.580	1.662.765
Não Circulante	-	-	202.177	3.488

- (a) O ICMS é apurado conforme legislação de cada Estado onde se pratica transações de mercadorias. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos.
- (b) O saldo é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social a pagar, líquidas das antecipações.
- (c) O saldo é composto por tributos incidentes sobre serviços técnicos e gerais prestados por fornecedores domiciliados no Exterior. Tais tributos correspondem ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), ao Imposto sobre Serviços (ISS), ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).
- (d) Conforme o Convênio ICMS 109/2014 que autoriza o Estado do Piauí a conceder diferimento do ICMS incidente nas operações de aquisição interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, e de importação de máquinas, equipamentos e materiais sem similar nacional, destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, incorporadas ao ativo imobilizado de estabelecimentos geradores de energia solar ou eólica. O diferimento valerá até 31/12/2032 conforme cláusula décima do Convênio 190/17.

26. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Reserva global de reversão - ("RGR")	2.587	953
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	58.321	-
Encargos emergenciais	2.647	2.647
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	480.878	637.729
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	451.778	377.955
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - ("CCRBT")	46.385	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	5.957	2.687
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	2.861	4.621
Outros	3.729	9.591
Total	1.055.143	1.036.183
Circulante	880.182	823.609
Não Circulante	174.961	212.574

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

A) Por meio da Despacho nº 939 de abril de 2021, a Aneel homologou nesse primeiro ciclo tarifário, os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE CONTA COVID, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

27. Contas a pagar – acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela em junho de 2021, no montante de R\$ 361.111, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal Atualizado
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	375.145
Junho de 2022	5ª - Eletrobras	250.000	312.621
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	51.156
			738.922
Circulante			375.145
Não Circulante			363.777

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (covenants) relacionados ao acordo firmado.

28. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições de iluminação Pública Arrecadada	-	-	713.361	370.542
Devoluções à consumidores (obras vinculadas a concessão)	-	-	-	133.876
Devoluções à consumidores	-	-	289.021	70.872
Salários e benefícios	-	-	-	109
Repasse a terceiros	-	-	38.901	17.164
Cauções em Garantia	-	-	52.534	60.038
Receita Antecipada	-	-	17.494	25.678
Subvenções governamentais	-	-	2.660	5.215
Reserva global de reversão	-	-	36.714	44.056
Partes relacionadas (a)	26.872	24.937	1.205.304	-
Adiantamento de clientes	-	-	190.123	233.628
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	1.038	1.142
Postergação revisão tarifária	-	-	13.469	-
Outras Obrigações	1.186.632	3.943	347.221	109.806
Total	1.213.504	28.880	2.907.839	1.072.126
Circulante	1.208.582	28.880	2.682.825	820.836
Não Circulante	4.922	-	225.014	251.290

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 29 (Partes Relacionadas).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enel Trading Brasil S.A.		Capital Social a integralizar	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Tecnologia De Redes S.A.		Capital Social a integralizar	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		Comissão de Fiança	1.132	-	-	-	(5.032)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Ceará - CDELCE		Comissão de Fiança	484	-	-	-	(1.583)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		Comissão de Fiança	296	-	-	-	(1.181)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL DISTRIBUICAO SAO PAULO		Comissão de Fiança	1.335	-	-	-	(6.287)	-	-	-	-	-	-	-
EGP Cachoeira Dourada		Comissão de Fiança	48	-	-	-	(205)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Rio		Dividendos	57.880	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Dividendos	478.657	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EGP Cachoeira Dourada		Dividendos	125.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Dividendos	156.860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel CIEN S.A.		Dividendos	41.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Dividendos	-	-	997.610	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel SPA		Guarantee fee	-	-	649.302	-	24.204	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Finance International N.V.		Commitment Fee	-	-	1.132	-	4.192	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.	(d)	Mútuo	-	-	1.285.690	837.075	258.957	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Ceará		Mútuo	212.213	-	-	-	(1.116)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Rio	(e)	Mútuo	1.285.286	-	-	-	(70.245)	-	-	-	-	-	-	-
Nuser trading S.A.		Mútuo	1.216	-	-	-	(648)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Mútuo	107.799	-	-	-	(5.722)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Goiás		Mútuo	2.646.078	-	-	-	(143.761)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		Compartilhamento de Recursos Human	219	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compartilhamento de Recursos Human	4.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alvorada Energia S.A		Compartilhamento	424	-	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-
Apiacas Energia S.A		Compartilhamento	136	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A. (antigua Egp Projetos Xiii)		Compartilhamento	3.907	-	-	-	(77)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 2 S.A. (antigua Egp Projetos Xi)		Compartilhamento	3.872	-	-	-	(80)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 22 S.A. (antigua Egp Projetos 3i)		Compartilhamento	6.500	-	-	-	(73)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 5 S.A. (antigua Egp Projetos Xiv)		Compartilhamento	10.300	-	-	-	(90)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A. (antigua Egp Projetos Xj)		Compartilhamento	3.013	-	-	-	(81)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 21 S.A. (antigua Egp Projetos Xi)		Compartilhamento	9.356	-	-	-	(80)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 10 S.A. (antigua Egp Projetos Xl)		Compartilhamento	3.640	-	-	-	(73)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A. (antigua Egp Projetos Xii)		Compartilhamento	37.665	-	-	-	(81)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	550	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	327	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 13		Compartilhamento	7.408	-	-	-	(173)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	440	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	365	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	712	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	1.347	-	-	-	(64)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	1.298	-	-	-	(37)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	390	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	503	-	-	-	(64)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	7.809	-	-	-	(62)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A. (antigua Egp F)		Compartilhamento	534	-	-	-	(64)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	546	-	-	-	(69)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	1.614	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.		Compartilhamento	9.798	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.		Compartilhamento	30.674	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A. (antigua Egp I)		Compartilhamento	598	-	-	-	(60)	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			5.269.856	-	2.933.743	837.075	49.879	-	-	-	-	-	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora										
		31/12/2021					31/12/2020					
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A. (antigua Egg		Compartilhamento	360	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		Compartilhamento	1.178	-	-	-	(43)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 15 S.A.		Compartilhamento	8.046	-	-	-	(226)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 17 S.A. (antiga EC		Compartilhamento	6.562	-	-	-	(233)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 6 S.A. (antigua Enel Green Pow		Compartilhamento	15.375	-	-	-	(67)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.		Compartilhamento	21.868	-	-	-	(61)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.		Compartilhamento	10.091	-	-	-	(285)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.		Compartilhamento	5.996	-	-	-	(88)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.		Compartilhamento	9.101	-	-	-	(300)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.		Compartilhamento	8.793	-	-	-	(294)	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER SAO GONCALO 07 S.A. (antigua ENEL I		Compartilhamento	21.769	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 08 S.A (antigua Enel Green Pow		Compartilhamento	16.264	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 11 S.A. (antigua Enel Green Pow		Compartilhamento	15.181	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER SAO GONCALO 12 S.A. (antigua ENEL C		Compartilhamento	12.932	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 08 S.A.		Compartilhamento	17.266	-	-	-	(134)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 16 S.A. (antiga EC		Compartilhamento	8.557	-	-	-	(226)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 21 S.A. (antiga EC		Compartilhamento	9.813	-	-	-	(246)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 22 S.A. (antiga EI		Compartilhamento	9.871	-	-	-	(246)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 25 S.A. (antiga EI		Compartilhamento	5.062	-	-	-	(133)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 26 S.A. (antiga EI		Compartilhamento	10.572	-	-	-	(246)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12		Compartilhamento	291	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A		Compartilhamento	5.555	-	-	-	(41)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A		Compartilhamento	240	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.		Compartilhamento	224	-	-	-	(46)	-	-	-	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A		Compartilhamento	306	-	-	-	(42)	-	-	-	-	-
Primavera Energia S.A		Compartilhamento	1.196	-	-	-	(32)	-	-	-	-	-
Quatara Energia S.A		Compartilhamento	556	-	-	-	(9)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 01 S.A.		Compartilhamento	19.601	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 02 S.A.		Compartilhamento	5.399	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 04 S.A.		Compartilhamento	5.443	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 08 S.A.		Compartilhamento	5.325	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 11 S.A.		Compartilhamento	5.350	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 16 S.A.		Compartilhamento	5.330	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 17 S.A.		Compartilhamento	5.326	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 18 S.A.		Compartilhamento	5.326	-	-	-	(184)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 14		Compartilhamento	19.197	-	-	-	(145)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 15		Compartilhamento	7.215	-	-	-	(143)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 19 S.A		Compartilhamento	7.261	-	-	-	(109)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 18 S.A		Compartilhamento	7.266	-	-	-	(148)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 17 S.A		Compartilhamento	7.271	-	-	-	(111)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Compartilhamento	16.592	-	-	-	(153)	-	-	-	-	-
Socibe Energia S.A		Compartilhamento	508	-	-	-	(21)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.		Compartilhamento	6.518	-	-	-	(153)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 22 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 26 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 29 S.A.		Compartilhamento	2.444	-	-	-	(238)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 13 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 19 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cristal Eolica S.A		Compartilhamento	6.999	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Judas Eolica S.A		Compartilhamento	153	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			374.585	-	-	-	(7.381)	-	-	-	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora											
			31/12/2021					31/12/2020						
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível		
Enel Green Power Primavera Eólica S.A.		Compartilhamento	156	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 03 S.A.		Compartilhamento	4.844	-	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 05 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.		Compartilhamento	1.030	-	-	-	-	(50)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 07 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Joana Eólica S.A.		Compartilhamento	1.008	-	-	-	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.		Compartilhamento	1.145	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Pedra Do Geronimo Eólica S.A.		Compartilhamento	1.105	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Tacaico Eólica S.A.		Compartilhamento	681	-	-	-	-	(27)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 06 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.		Compartilhamento	1.096	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.		Compartilhamento	1.017	-	-	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	(361)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	(361)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	(361)	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BDI S.A.		Compartilhamento	1.069	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.		Compartilhamento	1.605	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fazenda S.A.		Compartilhamento	972	-	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiaças S.A (ex Enel Green Power Dam		Compartilhamento	216	-	-	-	-	(66)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.		Compartilhamento	9.384	-	-	-	-	(398)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.		Compartilhamento	7.678	-	-	-	-	(325)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	(361)	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ARDEIRA 01 S.A.		Compartilhamento	11.380	-	-	-	-	(398)	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ARDEIRA 02 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	(361)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.		Compartilhamento	3.051	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Esperanca Eólica S.A.		Compartilhamento	135	-	-	-	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Manicoba Eólica S.A.		Compartilhamento	3.002	-	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Compartilhamento	2.316	-	-	-	-	(16)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.		Compartilhamento	41.084	-	-	-	-	(123)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.		Compartilhamento	1.005	-	-	-	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.		Compartilhamento	4.231	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.		Compartilhamento	1.076	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.		Compartilhamento	1.076	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.		Compartilhamento	358	-	-	-	-	(106)	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ITUVERAVA SUL SOLAR S.A.		Compartilhamento	1.447	-	-	-	-	(159)	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ITUVERAVA SOLAR S.A.		Compartilhamento	394	-	-	-	-	(106)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.		Compartilhamento	1.092	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapu I Eólica S.A.		Compartilhamento	24.310	-	-	-	-	(85)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapu II Eólica S.A.		Compartilhamento	3.707	-	-	-	-	(82)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Abraao Eólica S.A.		Compartilhamento	1.022	-	-	-	-	(41)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Mourao S.A.		Compartilhamento	78	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Compartilhamento	5.601	-	-	-	-	(230)	-	-	-	-	-	-
Alba Energia Ltda.		Compartilhamento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA		Compartilhamento	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque Eolico Palmas Dos Ventos Ltda		Compartilhamento	68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.		Compartilhamento	430	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.		Compartilhamento	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		Compartilhamento	7.775	-	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Energias Renovavei		Compartilhamento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda		Compartilhamento	8.072	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			209.260	-	-	-	-	(6.076)	-	-	-	-	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Controladora											
			31/12/2021					31/12/2020						
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enel X Brasil		Prestação de serviço	992	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Ceará		Prestação de serviço	40.634	-	3.975	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		Prestação de serviço	60.251	-	6.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição Rio		Prestação de serviço	38.604	-	1.067	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Prestação de serviço	20.675	-	5.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	541	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Services S.r.l.		Prestação de serviço	-	-	230.951	-	(2.696)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Costa Rica S.A.		Prestação de serviço	2.449	-	1.424	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Geração Fortaleza - CGTF		Prestação de serviço	154	-	850	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network	(b)	Prestação de serviço	976	-	311.144	-	143.290	-	-	-	-	-	-	-
Energía Nueva Energía Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Prestação de serviço	1.715	-	1.128	-	82	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	2.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	10.798	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-
Enel SPA	(c)	Prestação de serviço	1.296	-	393.316	-	99.903	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power SPA		Prestação de serviço	4.055	-	108.199	-	10.689	-	-	-	-	-	-	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA		Prestação de serviço	-	-	1.295	-	534	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading Brasil S.A.		Prestação de serviço	-	-	22.830	-	7.460	-	-	-	-	-	-	-
Alvorada Energia S.A.		Dividendos	6.406	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apiacas Energia S.A.		Dividendos	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A. (antigua Egp I)		Dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A. (antigua Egp F)		Dividendos	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A. (antigua Egp F)		Dividendos	21	-	-	-	-	57.878	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A. (antigua Egp F)		Dividendos	17	-	-	-	-	60.834	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A. (antigua Egp F)		Dividendos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A. (antigua Egp I)		Dividendos	40	-	-	-	-	115.620	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A. (antigua Egp F)		Dividendos	39	-	-	-	-	3.203	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A. (antigua Egp I)		Dividendos	150	-	-	-	-	76.859	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.		Dividendos	1.020	-	-	-	-	60.005	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A. (antigua Egp)		Dividendos	25	-	-	-	-	-	-	348.506	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12		Dividendos	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A.		Dividendos	9	-	-	-	-	487	-	-	-	-	1.073	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A.		Dividendos	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.979	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.		Dividendos	11	-	-	-	-	2.193	-	-	-	-	6.757	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		Dividendos	2.298	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primavera Energia S.A.		Dividendos	7.171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Dividendos	306	-	-	-	-	715	-	-	-	-	-	-
Socibe Energia S.A.		Dividendos	2.729	-	-	-	-	-	-	7.384	-	-	(3.497)	-
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.		Dividendos	302	-	-	-	-	-	-	14.766	-	-	(9.297)	-
Enel Green Power Cristal Eolica S.A.		Dividendos	2.297	-	-	-	-	-	-	5.300	-	-	(130)	-
Enel Green Power Sao Judas Eolica S.A.		Dividendos	6.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Primavera Eolica S.A.		Dividendos	6.291	-	-	-	-	-	-	3.872	-	-	(3.872)	-
Enel Green Power Dois Píachos Eolica S.A.		Dividendos	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.760	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A. (ex Enel Green Power Dam)		Dividendos	1.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Damascena Eolica S.A.		Dividendos	483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.473	-
Enel Green Power Esperanca Eolica S.A.		Dividendos	3.917	-	-	-	-	-	-	808.357	1.169.257	-	(548.696)	-
Enel Green Power Manicoba Eolica S.A.		Dividendos	970	-	-	-	-	-	1.316.368	-	-	-	51.950	-
Enel Green Power Delfina A Eolica S.A.		Dividendos	2.599	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina C Eolica S.A.		Dividendos	2.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			229.069	-	1.101.102	-	259.269	-	377.594	1.316.368	1.188.185	1.169.257	(451.900)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora											
			31/12/2021						31/12/2020					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa) Intangível	Receita (despesa) Intangível	
Enel Green Power Morro Do Chapeu II Eolica S.A.		Dividendos	6.273	-	-	-	-	6.136	-	-	-	-	1.107	-
Enel Green Power Mourao S.A.		Dividendos	1.038	-	-	-	-	-	102.076	-	-	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Dividendos	7.130	-	-	-	-	2.169.370	-	-	-	-	22.370	-
Enel SPA		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		Compartilhamento das despesas de infr	74.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Rio		Compartilhamento das despesas de infr	63.553	-	26.531	-	-	485	-	-	-	-	485	-
Enel Green Power Peru Sa (USD)		Compartilhamento das despesas de infr	1.201	-	-	-	-	2.955	-	762	-	-	1.060	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF		Compartilhamento das despesas de infr	623	-	-	-	-	-	-	3.378	-	-	(498)	-
Enel X S.r.l.		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
ENEL CIEN S.A.		Compartilhamento das despesas de infr	232	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-	-
ENEL Distribuição Ceará		Compartilhamento das despesas de infr	59.588	-	-	-	-	-	-	174	-	-	(389)	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compartilhamento das despesas de infr	1.421	-	-	-	-	1.599	-	19	-	-	-	-
Enel Global Thermal Generation		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motor Werks, Inc.		Compartilhamento das despesas de infr	196	-	-	-	-	4.692	-	-	-	-	-	-
Emgesa SA ESP		Compartilhamento das despesas de infr	1.026	-	-	-	(94)	77.651	-	1.007	-	-	-	-
EGP Cachoeira Dourada		Compartilhamento das despesas de infr	2.204	-	-	-	-	79.371	-	870	-	-	-	-
Enel Green Power Costa Rica S.A.		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	80.602	-	540	-	-	-	-
Enel Green Power SPA		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	69.492	-	196	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	-	-	416	-	-	181	-
Enel Produzione SPA		Compartilhamento das despesas de infr	960	-	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	1.601	-	6	-	-	-	-
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	608	-	207.464	-	-	(209.710)	-
Endesa Américas S/A		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	530.028	-	(21.915)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		Compartilhamento das despesas de infr	46.834	-	-	-	-	-	-	2.261	-	-	-	-
Enel Green Power North America, Inc.		Compartilhamento das despesas de infr	1.172	-	-	-	(93)	-	-	5.683	-	-	(171)	-
Enel Green Power Rsa (PTY) Ltd		Compartilhamento das despesas de infr	530	-	-	-	-	-	-	195.931	-	-	(40.050)	-
Enel Green Power Chile SA		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	-	-	-	-	-	3.439	-	-	(3.671)	-
ENEL GREEN POWER HORIZONTE MP SOLAR S.A.		Compartilhamento das despesas de infr	437	-	341	-	(113)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	1.296	-	257.666	-	-	(118.899)	-
Alvorada Energia S.A		Mútuo	470	-	-	-	-	7.043	-	5	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 4 S.A. (antigua Egp Projetos Xiii)		Mútuo	811	-	-	-	-	2.986	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 5 S.A. (antigua Egp Projetos Xiv)		Mútuo	1.025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 1 S.A. (antigua Egp Projetos X)		Mútuo	590	-	-	-	-	249	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 3 S.A. (antigua Egp Projetos Xii)		Mútuo	840	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatara Energia S.A		Mútuo	617	-	-	-	-	-	-	761	-	-	(840)	-
Enel Green Power Sao Goncalo 14		Mútuo	3.346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 15		Mútuo	3.689	-	-	-	-	-	-	14.012	-	-	(11.040)	-
Enel Green Power Sao Goncalo 19 S.A		Mútuo	1.222	-	-	-	-	1.730	-	1.911	-	-	(323)	-
Enel Green Power Sao Goncalo 18 S.A		Mútuo	5.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Sao Goncalo 17 S.A		Mútuo	1.724	-	-	-	-	-	-	24.937	-	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Mútuo	8.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		Mútuo	706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF		Manutenção de licenças dos sistemas f	1.540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		Manutenção de licenças dos sistemas f	3.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			302.309	-	556.900	-	(22.285)	2.507.866	102.076	722.137	-	-	(360.383)	-
Total			6.395.778	-	4.664.860	837.075	271.427	2.885.460	1.418.444	1.910.322	1.169.257	-	(812.283)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Fundo de pensão	-	-	1.338	62.615	(8.649)	-	-	-	1.530	320.466	(18.774)	1.480
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETRO	(a.2)	Fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	568.521	(31.046)	-
FUNCESP	(a.3)	Fundo de pensão	-	-	6.563.132	176.045	(22.932)	-	-	-	6.586.820	-	27.144	-
FUNCESP	(a.4)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	336.109	582.014	-	-
Endesa Américas S.A.	(d)	Mútuo	-	-	1.285.690	837.075	258.957	-	-	-	808.357	1.163.257	(548.696)	-
Enel Finance International N.V.	(g)	Mútuo	-	-	1.082.827	5.336.339	(255.446)	-	-	-	754	750.000	(754)	-
Enel Green Power SPA		Management Fee	-	-	-	-	-	-	-	-	14.766	-	(9.297)	-
Enel SPA		Management fee	-	-	3.582	-	36	-	-	-	3.619	-	(1.054)	-
Enel Global Thermal Generation		Management fee	-	-	3.935	-	(3.935)	-	-	-	7.384	-	(3.497)	-
Enel Produzione SPA		Management fee	-	-	-	-	-	-	-	-	5.300	-	(130)	-
ENEL Finance International N.V.		Commitment Fee	-	-	1.132	-	4.192	-	-	-	3.872	-	(3.872)	-
Enel SPA		Guarantee fee	-	-	643.302	-	24.204	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Dividendos	-	-	937.610	-	-	-	-	-	348.506	-	-	-
Enel Americas S.A.	(e)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	2.775	-	-	-	1.117	-
Enel North America, Inc.		Prestação de serviço	2.635	-	-	-	(591)	-	485	-	-	-	485	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	6.163	-	654	-	(2.030)	-	2.955	-	762	-	1.060	-
Enerjis Chile		Prestação de serviço	1.730	-	2.025	-	114	-	1.730	-	1.911	-	(323)	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Prestação de serviço	-	-	3.779	-	(199)	-	-	-	3.978	-	(498)	-
Enel Global Infrastructure and Network	(b)	Prestação de serviço	976	-	311.144	-	143.290	-	-	-	-	-	-	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	541	-	125	-	-	-	416	-	181	-
Enel SPA	(c)	Prestação de serviço	1.296	-	393.316	-	99.803	-	2.233	-	259.066	-	(119.688)	-
Endesa Generacion SA		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	43	-	-	-
Generadora Eolica Alto Paoora, S.A.		Prestação de serviço	-	-	13	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	2.215	-	-	-	-	-	3.465	-	-	-
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Prestação de serviço	1.715	-	1.128	-	82	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.597	-	-	-
Enel X Brasil Gerenciamento De Energia Ltda		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	249	-	61	-	(194)	-
Enelpower do Brasil Ltda	(f)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	7.043	-	5	-	-	-
Enel Global Services S.r.l.		Prestação de serviço	-	-	230.951	-	(2.696)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	10.798	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Prestação de serviço	-	-	157	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	34	-	-	-	-	-	3.439	-	(3.671)	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	5.683	-	(171)	-
Emgesa SA ESP		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	604	-	(112)	-
Enel Global Services		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	196.284	-	(40.126)	-
Enel Trading		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	14.012	-	(11.040)	-
Enel X S.r.l.		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	16.037	-	(19.890)	-
Servizio Elettrico Nazionale SpA		Prestação de serviço	-	-	1.295	-	534	-	-	-	761	-	(840)	-
Enel Global Thermal Generation S.r.l.		Prestação de serviço	-	-	8.898	-	540	-	545	-	-	-	276	-
Codensa S.A. ESP		Prestação de serviço	-	-	43	-	43	-	-	-	-	-	5	-
Electric Motors		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	731	-	-	-	731	-
E-Distribucione SPA		Prestação de serviço	-	-	173	-	(2)	-	-	-	174	-	(389)	-
Edistribución Redes Digitales, S.L.		Prestação de serviço	-	-	93	-	-	-	-	-	93	-	-	-
Enel Iberia SRL		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	298	-	-	-
Enel Iberia SRL		Prestação de Serviço tecnologia ICT	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387	-	-	-
Electric Motors		Prestações de serviços relativos à tecn	953	-	-	-	221	-	-	-	-	-	-	-
ENEL SPA	(c)	Prestações de serviços relativos à tecn	-	-	1.845	-	(385)	-	-	-	-	-	-	-
Enel X S.r.l.		Prestações de serviços relativos à tecn	-	-	40.502	-	(19.861)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Services		Prestações de serviços relativos à tecn	-	-	663	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberia SRL		Prestações de serviços relativos à tecn	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			15.488	-	11.604.858	6.412.074	215.345	-	18.746	-	8.627.093	3.390.258	(783.062)	1.480

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível
Endesa Energia SA		Prestações de serviços relativos à teon	-	-	604	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Generacion SA		Compartilhamento	-	-	64	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-
Enel X S.r.l.		Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	2.248	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	9.620	-	2.863	-	-	-
Enel SPA		Compartilhamento	937	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresa Distribuidora Sur SA - Edesur		Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Thermal Generation S.r.l.		Compartilhamento	833	-	-	-	288	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Compartilhamento	4.097	-	-	-	1.321	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Compartilhamento das despesas de infr	-	-	530.028	-	(21.915)	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motor Werks, Inc.		Compartilhamento das despesas de infr	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emgesa SA ESP		Compartilhamento das despesas de infr	1.026	-	-	-	(94)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Compartilhamento das despesas de infr	960	-	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Iberoamérica		Expatriados	-	-	899	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network		Expatriados	1.340	-	15.901	-	(10.527)	-	608	-	207.464	-	(209.710)	-
Enel Romania S.A.		Expatriados	444	-	-	-	142	-	-	-	-	-	-	-
Enel SPA		Expatriados	1.292	-	4.587	-	(2.644)	-	1.292	-	1.942	-	(1.935)	-
Enel Itália Servizi		Expatriados	-	-	1.057	-	(786)	-	-	-	270	-	(615)	-
Enel Global Infrastructure and Network		Expatriados	-	-	-	-	-	-	704	-	6.114	-	(11.368)	-
E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		Expatriados	-	-	-	-	-	-	302	-	-	-	302	-
Enel Chile		Expatriados	2.285	-	197	-	934	-	1.154	-	-	-	969	-
Enel Américas		Expatriados	-	-	618	-	(174)	-	-	-	444	-	(390)	-
Codensa S.A. ESP		Expatriados	-	-	246	-	(30)	-	-	-	216	-	(145)	-
Enel Global Thermal Generation		Expatriados	-	-	1.278	-	(1.441)	-	-	-	-	-	-	-
Endesa S.A.		Expatriados	-	-	977	-	796	-	-	-	1.772	-	(1.177)	-
Enel Global Thermal Generation S.r.l.		Manutenção de licenças dos sistemas IT	-	-	3.141	-	32	-	-	-	-	-	-	-
Enel Ibérica SLR		Manutenção de licenças dos sistemas IT	-	-	1.639	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamericana		Manutenção de licenças dos sistemas IT	-	-	315	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Trading Spa IT		Manutenção de licenças dos sistemas IT	-	-	397	-	4	-	-	-	-	-	-	-
ENDESA S.A.		Reembolso de despesas de viagens (pr	-	-	162	-	-	-	-	-	162	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione		Outros Prestação de Serviço	-	-	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Global Trading Spa IT		Outros Prestação de Serviço	-	-	(70)	-	1.261	-	-	-	-	-	-	-
Enel Produzione SPA		Outros Prestação de Serviço	-	-	(512)	-	(564)	-	-	-	-	-	-	-
Enel SpA		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	113.769	-	-	-	-	-	-	-
Codensa SA ESP		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de RL. de C.V.		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	1.002	-	-	-	-	-	-	-
Enel Americas S.A.		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	130.015	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motor Werks, Inc.		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	239	-	-	-	-	-	-	-
Enel North America, Inc.		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	562	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália		Transporte de energia	-	-	3.944	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A		Transporte de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.734)	-
Endesa Constanera S.A.		Transporte de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(194.230)	-
Enel Green Power	(f)	Transporte de energia	-	-	-	-	-	-	99	-	-	-	1.113	-
Enel Soluções S.A.		Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Enel Green Power Delfina C	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.121	-	322	-	(5.149)	-
Enel Green Power Delfina D	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.256	-	2.615	-	(24.906)	-
Enel Green Power Delfina E	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.397	-	1.299	-	(22.192)	-
Enel Green Power Dois Riachos	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	6.772	-	171	-	(1.334)	-
ENEL Green Power Fazenda S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	588	-	898	-	(6.151)	-
Enel Green Power Mourão	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	680	-	(2.357)	-
Sub-total Partes Relacionadas			13.410	-	565.192	-	212.106	-	31.161	-	227.238	-	(717.006)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado											
			31/12/2021						31/12/2020					
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível
Enel Green Power Paranapanema	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	736	-	(7.350)	-
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	981	-	713	-	(260)	-
Avorada Energia S.A.		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-	(699)	-
Quatiara Energia		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	271	-	(3.205)	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	3.642	-	(42.300)	-
Socibe Energia		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.233)	-
Enel Green Power Zeus II - Dellina 8 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	5.512	-	1.842	-	(24.726)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	937	-	4.071	-	(3.134)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.315	-	3.844	-	(2.529)	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.334	-	995	-	(24.553)	-
Enel Green Power Joana Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.463	-	484	-	(9.458)	-
Enel Green Power Modelo I Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	6.656	-	1.347	-	(16.730)	-
Enel Green Power Modelo II Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.897	-	902	-	(13.372)	-
Enel Green Power Emiliana Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	5.075	-	1.828	-	(12.453)	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	6.798	-	1.062	-	(14.541)	-
Enel Green Power Pedra de Gerônimo Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	5.443	-	931	-	(18.226)	-
Enel Green Power Tacaóil Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	3.979	-	534	-	(8.218)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	795	-	1.087	-	(6.698)	-
Enel Green Power Dellina B	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.401	-	1.299	-	(21.589)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.479	-	1.282	-	(22.870)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.833	-	1.431	-	(23.786)	-
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	4.468	-	1.304	-	(23.627)	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.960	-	(19.386)	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(12.872)	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	16.677	-	(10.604)	-
Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	10.054	-	(7.845)	-
Enel Green Power São Gonçalo 8 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	10.054	-	(7.738)	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(18.342)	-
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.541	-	10.054	-	(1.377)	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.541	-	10.054	-	(735)	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(19.807)	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(19.658)	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(21.328)	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.960	-	(16.677)	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(18.145)	-
Isamu Ikeda Energia S.A.		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.939)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.247	-	3.966	-	(2.719)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.692	-	4.021	-	(2.329)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.290	-	3.812	-	(1.522)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.311	-	3.815	-	(1.504)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	517	-	3.032	-	(2.515)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	3.506	-	3.514	-	(7)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	9.135	-	5.704	-	3.431	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	7.233	-	4.486	-	2.747	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	7.954	-	4.934	-	3.020	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	7.417	-	4.599	-	2.818	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	8.471	-	5.259	-	3.212	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	8.581	-	5.340	-	3.242	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	5.614	-	3.460	-	2.154	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	6.032	-	3.700	-	2.332	-
Sub-total partes relacionadas			-	-	-	-	-	-	140.448	-	163.128	-	(469.250)	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado											
			31/12/2021						31/12/2020					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não	Receita (despesa)	Intangível
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	5.405	-	3.310	-	2.095	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.963	-	1.141	-	822	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	1.936	-	1.125	-	811	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.145	-	1.247	-	898	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	2.010	-	1.169	-	842	-
Electric Motors		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.647	-	-	-
Sub-total partes relacionadas			-	-	-	-	-	-	13.459	-	10.639	-	5.468	-
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	(6.570.470)	(238.660)	31.641	-	-	-	(1.530)	(888.987)	49.820	(1.480)
Total			28.898	-	5.599.580	6.173.414	459.093	-	203.815	-	9.026.568	2.501.271	(1.914.031)	-

Empresa	Ref	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Garantias	2021	2020
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement III	EUR	1,29%	2023	Sem garantias	323.429	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	Sem garantias	318.164	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	Sem garantias	317.789	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,59%	2024	Sem garantias	253.812	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,65%	2024	Sem garantias	353.721	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,06%	2022	Sem garantias	1.011.897	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	Sem garantias	229.154	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	Sem garantias	127.271	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,53%	2024	Sem garantias	142.105	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,59%	2024	Sem garantias	290.485	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,59%	2024	Sem garantias	463.451	-
Enel Brasil	(d)	Enel Américas S/A - CELG I	USD	6,27%	2022	Sem garantias	713.356	664.522
Enel Brasil	(d)	Enel Américas S/A - CELG II	USD	6,32%	2022	Sem garantias	570.766	531.712
Enel Brasil	(d)	Enel Américas III	USD	4,33%	2023	Sem garantias	838.623	781.360
Enel Distribuição São Paulo		Fundação CESP	R\$	IGP-DI + 5,22%	2028	Fiança bancária	-	918.123
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,41%	2024	Sem garantias	752.791	750.754
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement II	R\$	CDI + 1,05%	2023	Sem garantias	242.046	-
Enel Distribuição Ceará	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2025	Sem garantias	515.237	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,29%	2023	Sem garantias	618.086	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2023	Sem garantias	163.732	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2023	Sem garantias	295.996	-
Total empréstimos							8.541.931	3.646.491
Total passivo circulante							2.368.517	1.145.220
Total passivo não circulante							6.173.414	2.501.271

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos com partes relacionadas é como segue:

	Empréstimos com partes relacionadas	
	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	3.646.491	1.533.952
Empréstimos e financiamentos obtidos	5.563.373	1.668.123
Variação monetária	58.194	-
Variação cambial	220.085	439.173
Encargos financeiros provisionados	288.520	110.277
Encargos financeiros pagos	(216.316)	(105.034)
Amortização de principal	(1.018.416)	-
Saldos finais	8.541.931	3.646.491

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Obrigações com plano de pensão

a.1) Plano de Pensão - FAELCE

A controlada Enel Distribuição Ceará, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”. Para maiores detalhes, vide nota 33.

a.2) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Enel Distribuição Rio, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Enel Distribuição Rio, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide nota 33.

a.3) Funcesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP (fundo de pensão da Eletropaulo) a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Enel Global Infrastructure and Network:

A Companhia mantém contrato com a Enel Global Infrastructure and Network referente a prestações de serviços relativos à tecnologia.

c) Enel S.p.A.

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

d) Enel Américas

Mútuos captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil.

e) Enel Distribuição Rio:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Rio devido à necessidade de capital de giro da controlada Enel Distribuição Rio. Esses empréstimos foram renovados em 31 de março de 2020 como nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 0,57% a.a. e 0,7% a.a..

f) Grupo Enel Green Power (“EGPs”):

Os saldos incorridos estão substancialmente relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada entre as empresas do Grupo Enel Green Power, que com a incorporação em 2021 passaram a ser eliminados para fins de consolidado.

g) Enel Finance International N.V.:

Mútuo captado com a Enel Finance International N.V. devido à necessidade de capital de giro.

h) Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.595 (MR\$ 18.729 em 2020). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração do Conselho de Administração e dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de MR\$ 42.623 (MR\$ 43.563 em 2020).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração Alta Administração - 12.2021	Controladora	Consolidado
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	19.580	39.039
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	325	739
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo p	1.691	2.845
Total Geral	21.595	42.623

i) EGPs:

Os saldos a receber registrados pelas EGPs se referem, substancialmente, aos contratos de fruição de utilidades comuns (serviços terceirizados, aluguel telefone, passagem e hospedagem, etc.), que inclui a remuneração de pessoal e administradores e repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção dos parques, repasse de despesas, bem como repasse de custos com terceiros na construção. Estes montantes estão registrados como despesas operacionais na demonstração do resultado da Companhia.

Os saldos a pagar registrados com as empresas do grupo no Brasil referem-se ao repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção nas controladas, bem como a transferência de custos de operação e construção.

Os saldos a pagar com as demais partes relacionadas se referem, substancialmente, às transações mencionadas abaixo:

- Enel Green Power S.p.A. e Enel S.p.A.- Suporte estratégico (assessoria legal, financeira e administrativa).
- EGP Latin America - Assessoria legal, recursos humanos, administração e finanças.
- Enel España - Suporte estratégico.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

30. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias, ambientais e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

30.1. Contingências com risco provável

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como provável, sendo dessa forma constituída provisão. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A controladora apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis e fiscais:

	Controladora					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Incorporação	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas	1.026	521	391	307	(142)	2.103
Cíveis	9	214	16	149	-	388
Total	1.035	735		456	(142)	2.491
Não circulante	-					2.491

Enquanto o Grupo, apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias, ambientais e outras:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Incorporação	Reclassificação	Atualização monetária	Pagamentos	
Trabalhistas	953.927	126.139	560	-	133.159	(93.017)	1.120.767
Cíveis	948.701	164.672	2.154	-	134.359	(247.018)	1.002.868
Fiscais	820.535	90.696	-	(172.134)	23.772	(3.174)	759.695
Regulatório	497.146	3.174	(1)	-	26.249	(7.505)	519.063
Ambientais	10.293	2.242	-	-	1.091	(2.242)	11.384
Acordo Eletrobras	-	-	-	-	-	-	-
FUNAC	874.773	17.630	-	-	(58.385)	(59.616)	774.402
Outros	8.907	82.363	4.024	-	7	(75.151)	20.150
Total	4.114.282	486.916	6.736	(172.134)	260.251	(487.723)	4.208.329
Circulante	348.579	-	-	-	-	-	186.871
Não circulante	3.765.703	-	-	-	-	-	4.021.458

Abaixo, é detalhado os processos que compõem cada esfera judicial na qual a Companhia e suas controladas têm processos judiciais cuja probabilidade de perda é provável.

30.1.1. Provisões para contingências trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

30.1.2. Provisões para contingências cíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

30.1.3. Provisões para contingências fiscais

A seguir apresentamos os principais riscos fiscais relacionados as controladas:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Rio

Os principais riscos fiscais os quais a controlada Enel Distribuição Rio está exposta são:

- 1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 14.492 (R\$ 14.301 em 31 de dezembro de 2020).
- 2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da controlada Enel Distribuição Rio. A controlada provisionou o equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 6.388, valor total do auto de R\$ 15.970, (R\$ 6.313 e R\$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$ 561, valor total do auto R\$ 2.806 (R\$554 e R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente)
- 3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da controlada Enel Distribuição Rio, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da controlada Enel Distribuição Rio e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A controlada Enel distribuição Rio apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa e obteve decisão reduzindo a multa para 1%, gerando uma reversão de R\$ 6.862 no resultado financeiro. O processo transitou em julgado em junho de 2021 e a Companhia irá efetuar o pagamento do débito e passará a constar somente no passivo a partir do primeiro trimestre de 2022. A COFINS total a pagar atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em dezembro de 2021, é de R\$ 174.971.

Controlada Enel Distribuição Goiás

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica “Provisões para demandas Judiciais” em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais. (Vide nota 09)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a controlada interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o Juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.
- 2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.
- 3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

30.1.4. Provisões para contingências regulatórias

Controladas Enel Distribuição Rio

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Ceará

- 1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Controlada Enel Distribuição Ceará, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial. O valor restante, de R\$ 3.300, está classificado como possível.
- 2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que para a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da controlada Enel Distribuição Ceará, que tal Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, em abril de 2020 houve a reversão da Não-Conformidade 1 (NC.1) no montante de R\$ 1.388. O valor restante R\$ 3.793 encontra-se provisionado. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. A controlada Enel Distribuição Ceará apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.
- 3) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE 2018 e 2019, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A controlada Enel Distribuição Ceará efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado. Em maio de 2021, após juízo de reconsideração do Conselho Diretor da ARCE, houve redução do valor do auto de infração AI-0002/2020-ARCE-SFE de R\$ 26.019 para R\$ 22.139, ocorrendo a reversão de R\$ 858. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 14.565, sendo este valor classificado como possível. O valor restante, R\$ 7.574, encontra-se provisionado.
- 4) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial. A diferença entre os valores, no total de R\$ 394, está classificada como possível.
- 5) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela controlada Enel Distribuição Ceará, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.187 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 6) Auto de Infração SFE-AI-0010-21-C, recebido em agosto de 2021, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC 2020, no valor de R\$ 35.916. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 31.828 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito administrativo. Em dezembro de 2021, a partir de nova expectativa de êxito no recurso interposto pela Companhia, houve reversão de R\$ 5.319, sendo este valor classificado como possível. O valor restante, R\$ 26.509, encontra-se provisionado.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo possui 09 autos de infração (09 em 31 de dezembro de 2020) relacionados a supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL em relação a apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, e os demais 5 discutidos no âmbito judicial junto à ANEEL

Fase Judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensa por liminar	20.200	9.573
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensa por liminar	15.446	7.004
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na perda de créditos de liquidação duvidosa	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	28.350	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.736	32.239
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável	18.221	52.307
Total				85.953	101.123

A controlada Enel Distribuidora São Paulo mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela controlada e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A controlada ajuizou ação, tendo a

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

AI nº 001/2016 – Em agosto de 2018, a Companhia ajuizou ação objetivando a integral anulação do Auto de Infração 001/2016, em razão de vícios de nulidade no procedimento sancionatório movido pela ANEEL. Em 08 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pela Companhia e revogando a liminar anteriormente concedida que suspendia a exigibilidade do cumprimento das determinações impostas, bem como o pagamento da multa aplicada, no valor estimado de R\$ 69.862. A companhia apresentará o recurso cabível contra esta decisão, dentro do prazo legal.

O montante de R\$ 101.123 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

Fase Administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	18.428	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.187	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto-circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.995	2.579
nº 001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de	Aguardando decisão	11.441	2.922

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.

Outros	166	-
Total	45.217	5.501

A controlada Distribuidora Enel São Paulo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos. Em processo regular de reavaliação de provisões, em 17 de junho de 2021, a Companhia decidiu reverter a provisão do TN 245-247/2010 (Sistema de Medição de ETT's) por prescrição. O montante de R\$ 5.501 é classificado como probabilidade de perda possível, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída.

30.1.5. Provisões para contingências ambientais

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de processos administrativos próprios, levando a controlada, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

- 1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da controlada Enel Distribuição São Paulo e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à controlada transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A controlada segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.1.6. Controlada Enel Distribuição São Paulo PPA (Power Purchase Agreement)

Com a aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo no exercício de 2018 e, conseqüente, aplicação do CPC 15 – Combinação de Negócios, foram avaliadas e identificados passivos contingentes que cumpriam com os requisitos da norma para registro no balanço, uma vez que uma contingência adquirida em uma combinação de negócios é reconhecida na contabilidade se for uma obrigação presente e seu valor justo puder ser mensurado de maneira confiável, isto porque cumpre a definição de um passivo. Dessa forma apresentaremos a seguir os casos e andamento dos processos:

Riscos Trabalhistas

- 1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a controlada Enel Distribuição São Paulo, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a controlada exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da controlada (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela controlada Enel Distribuição São Paulo diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a controlada. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da controlada, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a controlada Enel Distribuição São Paulo ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A controlada interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho, no qual aguarda-se julgamento.

Os advogados que patrocinam a controlada na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Enel Distribuição São Paulo que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para controlada, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

Riscos Fiscais

- 1) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a controlada Enel Distribuição São Paulo opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.
- 2) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- 3) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da controlada, bem como se reconheceu que a controlada era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a controlada teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fevereiro de 2019 a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

- 4) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da controlada está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela controlada para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

Riscos Cíveis

Riscos cíveis diversos: A controlada Enel Distribuição São Paulo está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros

Riscos Regulatórios

- 1) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Em agosto de 2015 foi ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à controlada em julho de 2017. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a controlada aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2) Autos de infração – Indicadores de qualidade: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui autos de infração emitidos em virtude de supostas não conformidades em relação à apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, conforme demonstrado a seguir:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade suspensa por liminar
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade suspensa por liminar
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na perda de créditos de liquidação duvidosa	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável

30.1.7. Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

30.2. Contingências com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de aproximadamente R\$ 21.072.371 em 31 de dezembro de 2021 (R\$36.338.579 em 31 de dezembro de 2020).

30.2.1. Contingências Trabalhistas

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) Ações de periculosidade Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da controlada Enel Distribuição São Paulo lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Aguarda-se, agora, eventual recurso ao STF.
Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a controlada poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2021 de R\$ 139.733 (R\$ 129.653 em 31 de dezembro de 2020), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações
- 2) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a controlada mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para controlada Enel Distribuição São Paulo, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.
- 3) Contribuição previdenciária – SAT: Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da controlada Enel Distribuição São Paulo nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a controlada Enel Distribuição São Paulo discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia pela Companhia.

30.2.2. Contingências cíveis

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
- 2) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a controlada Enel Distribuição São Paulo aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a controlada apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A controlada Enel Distribuição São Paulo recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

- 3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo e a ANEEL visando ao reconhecimento e conseqüente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a controlada a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a controlada. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.
- 4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A controlada Enel Distribuição São Paulo é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a controlada terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.
- 5) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a controlada apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da controlada em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a controlada apresentou recurso ao STJ. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a controlada Enel

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição São Paulo não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Controlada Enel CIEN S.A

A empresa Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Enel CIEN, do Contrato de compra e venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina.

O valor envolvido relaciona-se a multa rescisória de R\$ 597.487, além de penalidades por indisponibilidade de potência cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento.

Referindo-se a sua última atualização, o processo foi retomado, sendo iniciada a fase de instrução com a realização de perícia, ainda não concluída

Controladas EGP

Os processos relevantes das controladas da Companhia de natureza cível são decorrentes de processo que prevê a rescisão do contrato de comodato firmado e, ato subsequente, determinada a devolução imediata do imóvel e da usina hidrelétrica (Pequena Central Hidrelétrica de Poxoréu - PCH) que se encontra em funcionamento, juntamente com todos os seus componentes (turbinas e demais equipamentos), da mesma forma que recebeu e que consta no contrato de comodato. Adicionalmente, há processos decorrentes de rescisões de contratos de serviços.

30.2.3. Contingências fiscais

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição Ceará

No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Ceará discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 723.701 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito fiscal municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 44.957 e R\$ 4.735 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel e Várzea Alegre envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor total atualizado desses autos, já contemplando os autos novos, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 11.835 (R\$ 10.961 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia recebeu, em novembro de 2021, auto de infração lavrado pelo município de Crato para cobrar diferença de contribuição de iluminação pública. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.023.

No âmbito federal, a controlada possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 53.776 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada Enel Distribuição Rio

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a controlada Enel Distribuição Rio segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.332.501 (R\$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020).

Temas estaduais: No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Rio discute ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 337.860 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

Temas municipais: No âmbito municipal, a controlada Enel Distribuição Rio discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 23.918 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.394 respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.494 e R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Distribuição Rio discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 43.010 (R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Enel Distribuição Rio, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2021 de R\$ 36.303 (R\$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada Enel Distribuição Goiás

No âmbito federal, a controlada Enel Distribuição Goiás possui uma Ação Anulatória que discute diversas compensações de tributos federais não homologados na esfera administrativa, no montante total de R\$ 27.255 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.953 em 31 de dezembro de 2020).

Autos de infração e Execução Fiscal referentes ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a controlada Enel Distribuição Goiás deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. Houve o trânsito em julgado em Ação Anulatória determinando o cancelamento do débito cobrado na Execução Fiscal. Em abril de 2020, a Fazenda cancelou a maior parte do débito, que passou de R\$ 398.447 para R\$ 12.799. Após decisão de primeira instância favorável à controlada sobre o valor remanescente, aguarda-se julgamento em segunda instância judicial. Os demais autos de infração permanecem suspensos na esfera administrativa. O valor envolvido nestes processos atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 240.289 (R\$ 237.124 em 31 de dezembro de 2020).

A controlada Enel Distribuição Goiás recebeu em agosto de 2021 autuação fiscal da SRFB exigindo recolhimento de supostos débitos de IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 e 2018, em face da dedutibilidade da despesa da amortização da mais valia de ativos das bases de cálculo dos mencionados tributos. A controlada apresentou sua defesa no prazo legal. Valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 65.057.

A controlada Enel Distribuição Goiás possui um Auto de Infração que discute supostos créditos indevidos de PIS e COFINS, cujo prognóstico de perda foi alterado de remoto para possível em razão de decisão desfavorável em 1ª instância administrativa. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 32.228.

No âmbito estadual, a controlada Enel Distribuição Goiás discute o suposto creditamento indevido do ICMS, a incidência da bandeira e a aplicação de isenção em oito autos de infração que aguardam julgamento em primeira e segunda instância administrativa. Existem, ainda, nove autos de infração em que se discute o suposto cumprimento equivocado de decisão judicial obtida por determinados clientes (ICMS sobre demanda contratada) – um auto sobre o tema foi recebido em setembro de 2021 no valor de R\$ 11.225. O valor total envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 71.017 (R\$ 33.810 em 31 de dezembro de 2020).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No âmbito municipal, a controlada Enel Distribuição Goiás discute ISS em execuções fiscais e autos de infração apresentados pelo Município de Goiânia, Anápolis, Mineiros e Águas Lindas de Goiás, no montante total de R\$ 75.584 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 144.658 em 31 de dezembro de 2020).

Um dos processos citados acima, no valor de R\$ 72.500, se encerrou de forma favorável à Companhia em novembro de 2021.

A controlada Enel Distribuição Goiás, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS e IPTU no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2021 de R\$ 36.751 (R\$ 33.486 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada Enel Distribuição São Paulo

- 1) CSLL – base negativa: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada. Atualmente a controlada aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.
- 2) Execuções fiscais municipais - diversas: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.
- 3) COFINS - anistia: A controlada Enel Distribuição São Paulo discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à controlada, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A controlada interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.
- 4) COFINS - Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada Enel Distribuição São Paulo, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A controlada opôs Embargos de Declaração, que aguardam seu julgamento pelo Tribunal de segunda instância. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a controlada teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

- 5) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da controlada. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
- 6) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela controlada Enel Distribuição São Paulo, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a controlada aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a controlada sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela controlada. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.
- 7) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela controlada. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a controlada em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.
- 8) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Trata-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Para discutir a legalidade dos lançamentos, a controlada Enel Distribuição São Paulo impetrou Mandado de Segurança, contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem determinar a necessidade de produção de provas para o julgamento da legalidade dos lançamentos. A controlada, com base em opinião dos advogados da ação, entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta em tempo hábil. A controlada obteve as suspensões das exigibilidades dos débitos por meio de seguro garantia

- 9) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à controlada Enel Distribuição São Paulo em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a controlada foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.
- 10) Autos de Infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Enel Distribuição São Paulo, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a controlada recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a controlada contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.
- 11) Débitos de IUEE - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a controlada Enel Distribuição São Paulo, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a controlada sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios. A controlada apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a controlada recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 12) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro
- 13) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill Projeto Kairós: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa no prazo legal e aguarda julgamento. antigas controladoras
- 14) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

Controlada CGTF

A Controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. O processo administrativo encerrou desfavorável à controlada. A CGTF ofereceu seguro garantia e seguirá com a defesa na esfera judicial. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 95.870 em dezembro de 2021 (R\$ 94.460 em 2020).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas EGP

Os processos relevantes das controladas da Companhia de natureza fiscal na esfera municipal são decorrentes de cobrança de ISS pelos serviços prestados na construção dos parques. Em execução fiscal apresentadas pelos municípios de Alta Floresta, Juara, Mulungu do Morro e Cafarnaum discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização dos parques, e a base de cálculo do ISS (exclusão dos materiais aplicados na obra). Além disso, em auto de infração apresentado pelo Município de Niterói a Controladora discute ISS supostamente incidente sobre serviços provenientes do exterior do país ou cuja prestação do serviço nele se tenha iniciado. Na esfera federal algumas Controladas da Companhia ajuizaram Mandado de Segurança, com pedido de depósito do valor integral do Imposto de Importação, para garantir judicialmente a aplicação do ex-tarifário concedido a Painéis solares importados.

30.2.4. Contingências regulatórias

Enel Distribuição São Paulo

- 1) Devolução tarifária - Base blindada: Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a controlada efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a controlada obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com Ação Anulatória.
- 2) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a controlada em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da controlada, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela controlada. Para esse processo a controlada mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável, da qual a controlada Enel Distribuição São Paulo irá recorrer.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3) Autuações PECLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1º instância ocorrida em fevereiro de 2002. Atualmente a controlada aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores.

30.3. Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	3.381	2.442	476.621	502.883
Cíveis	81	9	148.084	139.006
Fiscais	-	-	827.489	676.994
	3.462	2.451	1.452.194	1.318.883

As variações observadas entre os exercício referem-se a depósitos vinculados às ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais de R\$ 1.011 na companhia e no consolidado os principais impactos são na controlada Enel Distribuição SP em (49.695) e nas controladas EGP's em (86.611).

Nas controladas EGPs: Os depósitos judiciais decorrentes de processos com natureza fiscal, englobam ações de consignação em pagamento de ISS, cujo objeto é a definição do valor de ISS devido a cada município em que estão localizados alguns parques das controladas. Além disso, há depósito judicial de Imposto de Importação em ação ordinária e mandado de segurança em que se discute a aplicação do benefício do ex-tarifário concedido aos painéis solares importados pelas controladas.

30.4. Provisão de Desmantelamento

Considerada a entrada em operação dos parques eólicos e solares, foram adicionadas provisões de despesas que serão incorridas pelas Companhias pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação do local. A estimativa foi efetuada considerando um valor médio de despesas por cada MW de capacidade instalada.

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para desmantelamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	322	-
Incorporação EGP	90.961	-
Revisão de estimativa	(59.748)	322
Atualização financeira	1.083	-
Saldo no final do exercício	32.618	322

31. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão sendo representadas por 923.455.338 e por 616.858.424, respectivamente, unidades de ações ordinárias sem valor nominal.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Enel Américas	918.837.040	99,50	612.240.126	99,25
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,50	4.618.298	0,75
Total	923.455.338	100,00	616.858.424	100,00%

b) Reserva de lucros

As reservas de lucro da companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são apresentadas no quadro seguinte:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva legal	521.555	367.488
Reserva de reforço de capital de giro	5.055.987	3.850.472
Outras reservas de lucros	316.932	(7.346)
Total	<u>5.894.474</u>	<u>4.210.614</u>

b.1) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

b.2) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Conforme apresentado no tópico abaixo, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o valor de R\$ 1.192.074 (R\$ 685.744 em 2020) para constituição da reserva de reforço de capital de giro.

c) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos relativos ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim composta:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	2.280.415	1.441.657
Incorporação resultado EGP Participações	315.404	-
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	15.838	24.902
(+) Dividendos prescritos controladas	123	720
(-) Reserva legal	(130.584)	(73.328)
Lucro ajustado	2.481.196	1.393.951
(-) Dividendos (25%)	(620.299)	(348.488)
(-) Dividendos adicionais propostos (25,53%)	(633.549)	(348.488)
	1.227.348	696.975
Ganho (perda) atuarial	(35.274)	(1.616.840)
Constituição de reserva ORA - reflexo controlada	-	234.121
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	1.192.074	(685.744)

d) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

	31/12/2021	31/12/2020
Ágio na emissão de ações	2.504.370	2.504.370
Outras reservas de capital	(33.127)	(33.127)
Total	2.471.243	2.471.243

e) Outros resultados abrangentes

e.1) *Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais*

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 35.274 (R\$ 1.616.840 em 31 de dezembro de 2020).

e.2) *Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior*

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a perda de R\$ 2.325 (R\$ 132.713 em 31 de dezembro de 2020) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior (vide nota 2.3), Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

e.3) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa*

Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2021 a perda de R\$ 40.309 (perda de R\$ 39.220 em 31 de dezembro de 2020) na rubrica de outros resultados abrangentes.

e.4) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre Hedge de fluxo de caixa (Derivativos de capex)*

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratos para proteção da variação cambial dos pagamentos das despesas relativas à CAPEX. Estes instrumentos se encerraram ao longo de 2017, porém como não houve ainda o pagamento do CAPEX, o valor está represado em ORA (PL) e será reclassificado para resultado à medida que as despesas com CAPEX acontecerem. O valor se encontra líquido de imposto de renda diferido.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ajuste de passivos atuariais	142.993	115.407
Custo atribuído de imobilizado	15.838	15.838
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	(226.174)	(40.656)
Ajuste de conversão de balanço controlada no exterior	(238.336)	(241.898)
Outros	(2.376)	(4)
Total	(308.055)	(151.313)

32. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores expressos em milhões de reais

Obrigações contratuais	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Compra de energia	20.072	20.569	18.906	17.907	274.013	351.467
Compra de Gás	186	251	246	-	-	683
Serviços e materiais	8.458	3.561	917	208	266	13.410
Total	28.716	24.381	20.069	18.115	274.279	365.560

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente que foram homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

33. Obrigações com benefícios pós-emprego

Controlada Enel Distribuição Rio

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*). Mínimo e sua interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Enel Distribuição Rio assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A controlada Enel Distribuição Rio é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela controlada Enel Distribuição Rio seguem relacionadas:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 5,43% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 211 para cobertura das despesas administrativas;

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Enel Distribuição Rio reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 46.214 (R\$ 101.825 em 31 de dezembro de 2020) de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 6,50% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,62% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

A controlada Enel Distribuição Rio firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

real dos benefícios de -1,5% para 0% a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada Enel Distribuição Rio assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisado ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a controlada Enel Distribuição Rio com o PACV totaliza a quantia de R\$ 103.318 (R\$ 78.298 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada Enel Distribuição Rio tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada Enel Distribuição Rio até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada Enel Distribuição Rio e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada Enel Distribuição Rio mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Enel Distribuição Rio.

Controlada Enel Distribuição Ceará

A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Ceará têm as seguintes principais características:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada Enel Distribuição Ceará. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada Enel Distribuição Ceará, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656/1998;
- Aposentados Lei no 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela controlada Enel Distribuição Ceará (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.267 em 31 de dezembro de 2020).

Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020) atestado por avaliação independente.

Controlada Enel Distribuição Goiás

A controlada Enel Distribuição Goiás é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Goiás têm as seguintes principais características:

a) Definição dos tipos de benefícios

A controlada Enel Distribuição Goiás, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A controlada Enel Distribuição Goiás tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da controlada Enel Distribuição Goiás, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

beneficiário da renda vitalícia, a controlada Enel Distribuição Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a controlada Enel Distribuição Goiás celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada Enel Distribuição Goiás.

c) Descrição do plano de benefício definido

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB – Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

d) Plano Misto de Benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

e) Custo do Patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

Plano de assistência saúde

A controlada Enel Distribuição Goiás é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da Enel Distribuição Goiás – Vivacom, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da controlada Enel Distribuição Goiás, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes.

De acordo com o laudo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

As principais premissas utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Fundação Cesp (“Vivest”) testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Enel Distribuição São Paulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2021, a controlada Enel Distribuição São Paulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Fundação Cesp (“Vivest”) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A Fundação Cesp (“Vivest”) administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), à abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores– Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp ("Vivest") ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Contratos com a Fundação Cesp ("Vivest")

A controlada Enel Distribuição São Paulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp ("Vivest") a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes.

O contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Enel Distribuição São Paulo devolvidos pela Fundação Cesp ("Vivest") à controlada Enel Distribuição São Paulo. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89%% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela Fundação Cesp ("Vivest") de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses, (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Enel Distribuição São Paulo.

O contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas diluições foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp (“Vivest”). Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela Fundação Cesp (“Vivest”) de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses, (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Enel Distribuição São Paulo.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida totalizam R\$ 4.889.675 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.511.308 em 31 de dezembro de 2020).

A parcela do déficit no montante de R\$ 1.679.459 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.075.512 em 31 de dezembro de 2020) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp (“Vivest” administradora do plano de benefícios para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela Fundação Cesp (“Vivest”) é de 4,89% a. a.a. em 31 de dezembro de 2021 (4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020), enquanto a utilizada pela Companhia é de 5,25% a.a. (3,10% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A controlada Enel Distribuição São Paulo mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela controlada Enel Distribuição São Paulo desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com benefícios pós-emprego										
Valor presente das obrigações atuariais	1.414.121	1.642.975	1.256.967	1.412.549	727.048	855.918	14.682.125	14.575.895	18.080.261	18.487.337
Valor justo dos ativos do plano	(1.090.644)	(1.052.729)	(1.300.234)	(1.377.248)	(525.547)	(583.979)	(8.015.617)	(7.878.743)	(10.932.042)	(10.892.699)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-	132.582	76.626	-	-	-	-	132.582	76.626
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	25.105	-	-	-	-	-	-	-	25.105	-
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	348.582	590.246	89.315	111.927	201.501	271.939	6.666.508	6.697.152	7.305.906	7.671.264
Circulante	-	-	-	1.530	-	-	11.834	8.735	11.834	10.265
Não circulante	348.582	590.246	89.315	110.397	201.501	271.939	6.654.672	6.688.417	7.294.070	7.660.999

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.642.975	1.566.191	1.412.549	1.364.639	855.918	851.010	14.575.895	15.221.632	18.487.337	19.003.472
Custo dos serviços correntes	991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	7.091	16.300	11.522	21.691
Custo dos serviços passados	-	-	-	-	-	-	-	(98.621)	-	(98.621)
Liquidação por Migração do plano	-	-	-	-	-	-	-	(3.440.525)	-	(3.440.525)
Custo dos juros	112.268	108.541	98.834	96.536	60.387	58.706	1.010.123	1.102.274	1.281.612	1.366.057
Contribuições dos empregados	145	154	1.318	1.612	-	-	-	2.250	1.463	4.016
Benefícios pagos	(135.522)	(118.737)	(86.595)	(91.901)	(57.209)	(55.262)	(1.335.271)	(1.201.637)	(1.614.597)	(1.467.537)
Efeito acordo participantes	-	-	-	-	(20.457)	-	-	-	(20.457)	-
Perdas (ganhos) gerado pela taxa de desconto	(206.736)	84.122	(171.018)	40.339	(113.152)	101	424.287	2.974.222	(66.619)	3.098.784
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.414.121	1.642.975	1.256.967	1.412.549	727.048	855.918	14.682.125	14.575.895	18.080.261	18.487.337

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.052.729	1.104.916	1.377.248	1.467.833	583.979	634.031	7.878.743	9.226.851	10.892.699	12.433.631
Rendimento esperado dos ativos do plano	73.346	78.393	97.630	105.625	38.956	44.358	541.392	670.479	751.324	898.855
Contribuições dos empregados	145	154	1.318	1.612	-	-	-	2.250	1.463	4.016
Contribuições do empregador	150.099	69.345	10.852	8.297	4.956	25.551	744.100	578.598	910.007	681.791
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	30.046	918.123	30.046	918.123
Benefícios pagos	(135.522)	(118.737)	(86.595)	(91.901)	(57.209)	(55.262)	(1.335.271)	(1.201.637)	(1.614.597)	(1.467.537)
Redução de ativos por Migração do plano (Perdas) ganhos atuariais sobre os ativos do plano	(50.153)	(81.342)	(100.219)	(114.218)	(45.135)	(64.699)	156.607	764.004	(38.900)	503.745
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.090.644	1.052.729	1.300.234	1.377.248	525.547	583.979	8.015.617	7.878.743	10.932.042	10.892.699

Movimentação do passivo atuarial registrado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do período	590.246	463.222	111.927	97.057	271.939	216.979	6.697.152	5.994.781	7.671.264	6.772.039
Custo dos serviços correntes	991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	7.091	16.300	11.522	21.691
Custos do serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	(98.621)	-	(98.621)
Efeito da Migração de plano	-	-	-	-	-	-	-	(360.600)	-	(360.600)
Custo do Juros líquidos	38.922	30.148	6.770	6.066	21.431	14.348	468.730	431.795	535.853	482.357
Contribuições do empregador	(150.099)	(69.345)	(10.852)	(8.297)	(4.956)	(25.551)	(744.100)	(578.598)	(910.007)	(681.791)
Contribuições do empregador por migração do plano	-	-	-	-	-	-	(30.046)	(918.123)	(30.046)	(918.123)
Efeito acordo participantes	-	-	-	-	(20.457)	-	-	-	(20.457)	-
Ajustes de avaliação atuarial	(131.478)	163.517	(20.409)	15.777	(68.017)	64.800	267.680	2.210.218	47.776	2.454.312
Saldo do final do período	348.582	590.246	89.315	111.927	201.501	271.939	6.666.507	6.697.152	7.305.905	7.671.264

Circulante

Não Circulante

11.834

10.265

7.294.070

7.660.999

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços correntes	991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	7.091	16.300	11.522	21.691
Custo dos serviços passados	-	-	-	-	-	-	-	(98.621)	-	(98.621)
Efeito da Migração de plano	-	-	-	-	-	-	-	(360.600)	-	(360.600)
Outras contribuições - Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	6.636	4.920	6.636	4.920
Custo do serviço líquido	991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	13.727	(438.001)	18.158	(432.610)
Juros sobre a obrigação atuarial	112.268	108.541	98.834	96.536	60.387	58.706	1.010.123	1.102.274	1.281.612	1.366.057
Rendimento esperado dos ativos no ano	(73.346)	(78.393)	(97.630)	(105.625)	(38.956)	(44.358)	(541.392)	(670.479)	(751.324)	(898.855)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	5.566	15.155	-	-	-	-	5.566	15.155
Juros líquidos sobre o passivo	38.922	30.148	6.770	6.066	21.431	14.348	468.731	431.795	535.854	482.357
Total de despesas	39.913	32.852	8.649	7.390	22.992	15.711	482.458	(6.206)	554.012	49.747

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Renda fixa	730.409	720.104	1.102.713	1.133.407	435.257	473.150	5.760.055	6.892.521	8.028.434	9.219.182
Renda variável	158.721	223.057	86.988	98.885	66.678	70.754	897.741	678.226	1.210.128	1.070.922
Investimentos imobiliários	106.180	100.158	87.345	116.554	8.707	15.583	174.356	91.779	376.587	324.074
Outros	95.334	9.410	23.188	28.402	14.905	24.492	1.183.466	216.217	1.316.893	278.521
Total do valor justo dos ativos do plano	1.090.644	1.052.729	1.300.234	1.377.248	525.547	583.979	8.015.617	7.878.743	10.932.042	10.892.699

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do	-	1.947	76.626	200.251	-	-	-	-	76.626	202.198
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	5.566	15.155	-	-	-	-	5.566	15.155
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício	25.105	(1.947)	50.390	(138.780)	-	-	-	-	75.495	(140.727)
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	25.105	-	132.582	76.626	-	-	-	-	157.687	76.626

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Perdas (ganhos) atuarias decorrentes:										
Mudanças nas premissas demograficas	-	3.144	(40)	8.360	-	56.402	1.283.074	(836)	1.283.034	67.070
Mudanças nas premissas financeiras	(229.557)	16.080	(257.708)	8.993	(191.448)	(15.872)	(3.086.740)	133.374	(3.765.453)	142.575
Ajustes com base na experiência	22.821	64.898	86.730	22.986	78.296	(40.429)	2.227.953	2.841.684	2.415.800	2.889.139
	(206.736)	84.122	(171.018)	40.339	(113.152)	101	424.287	2.974.222	(66.619)	3.098.784
Perdas (ganhos) sobre o ativo atuarial	50.153	81.342	100.219	114.218	45.135	64.699	(156.607)	(764.004)	38.900	(503.746)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	50.389	(138.780)	-	-	-	-	50.389	(138.780)
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	25.105	(1.947)	-	-	-	-	-	-	25.105	(1.947)
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(131.478)	163.517	(20.410)	15.777	(68.017)	64.800	267.680	2.210.218	47.775	2.454.311

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Controlada Enel Distribuição Rio

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina	N/A

Controlada Enel Distribuição Ceará

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,30%	9,46%	9,36%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,30%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Goiás

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%	9,67%	9,41%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)	AT-2000 (suavisada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	N/A	TASA 1927 (suavisada em 50%)	TASA 1927 (suavisada em 50%)	TASA 1927 (suavisada em 50%)
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85	MI-85	MI-85	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Principais premissas atuariais	BD	FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%
Taxa do crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca suavizada em 30%	Light fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Marculino agravada em 10%	N/A

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.105.186	1.245.315	3.317.500	2.360.681
Alíquota nominal dos tributos (*)	34%	34%	34%	34%
	(715.739)	(423.383)	(1.127.537)	(802.608)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(8.040)	(56.873)	(64.304)	(127.303)
Outros Incentivos fiscais	259	-	2.977	1.749
Sudene	-	-	32.022	46.080
Juros sobre capital próprio	(126.698)	(70.303)	10.322	9
Ativo fiscal não constituído (i)	195.475	-	195.467	-
Diferença de tributação entre Lucro Presumido e Lucro Real	-	-	19.248	8.760
Equivalência Patrimonial	833.062	727.650	-	-
Efeito das controladas no exterior (ii)	-	-	(29)	86.574
Outros	(3.090)	19.251	21.748	10.701
Reversão de tributos diferidos passivos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	175.229	196.342	(910.086)	(776.038)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(67.211)	(27.427)	(899.937)	(599.317)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	242.440	223.769	(10.149)	(176.721)
Total	175.229	196.342	(910.086)	(776.038)
Alíquota Efetiva	8,3%	15,8%	-27,4%	-32,9%

(*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela excedente ao lucro de R\$ 240, e a contribuição social a 9%.

(i) Efeito oriundo da incorporação da Enel Green Power Brasil Participações.

(ii) Refere-se às diferenças de tributos das jurisdições onde a Companhia opera em relação à alíquota fiscal doméstica de 34%.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Controladora					
	Balanços patrimoniais		Demonstração do Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos diferidos ativos	788.378	527.920	260.458	223.769	-	-
Provisão para ações judiciais e regulatórias	832	6.105	(5.273)	(16)	-	-
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	343.325	88.290	255.035	88.290	-	-
Provisão para materiais e serviços	11.757	7.826	3.931	7.810	-	-
Variação cambial não realizada	278.227	258.216	20.011	150.580	-	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	134.383	163.309	(28.926)	(11.516)	-	-
Outras provisões	19.854	4.174	15.680	(11.379)	-	-
Tributos diferidos passivos	(18.018)	-	(18.018)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(18.018)	-	(18.018)	-	-	-
Total	770.360	527.920	242.440	223.769	-	-

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Balancos patrimoniais		Demonstração do Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	44.196
Tributos diferidos ativos	7.954.330	6.829.414	1.203.913	321.022	14.086	839.416
Provisão para ações judiciais e regulatórias	784.260	761.169	23.093	80.653	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	4.186	4.984	(798)	(795)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.319.471	477.259	842.212	76.338	-	-
Perda para redução ao valor recuperável - FUNAC	195.502	173.888	21.614	25.411	-	-
Provisão Serviços Compartilhados - Management Fee	343.325	88.290	255.035	88.290	-	-
Provisão para materiais e serviços	76.686	45.277	31.409	27.911	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	38.192	9.151	31.200	(1.387)	(2.159)	4.951
Obrigações por arrendamento	7.708	7.052	656	3.295	-	-
Variação cambial não realizada	409.000	292.570	116.430	252.005	-	-
Depreciação Acelerada	15.546	15.649	(103)	4.598	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	82.773	(82.773)	(82.772)	-	-
Provisão de perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	2.081.365	2.047.931	33.434	253.735	-	-
Benefícios pós-emprego	2.412.197	2.510.652	(114.701)	(472.577)	16.245	844.055
Diferença na taxa de depreciação/amortização	45.662	68.336	(22.674)	(7.025)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	47.515	37.513	10.002	(5.376)	-	(9.590)
Outras provisões	171.910	205.115	59.877	78.718	-	-
Tributos diferidos passivos	(2.962.798)	(1.929.610)	(1.053.723)	(420.919)	20.535	13.943
Atualização RBO	(105.616)	(58.891)	(46.725)	(20.392)	-	-
Variação cambial não realizada	(37.981)	-	(37.981)	-	-	-
Repactuação do GSF	(97.829)	(106.241)	8.412	(108.450)	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(705.913)	(116.719)	(589.194)	(54.572)	-	-
Custo atribuído (deemed cost)	-	(8.209)	8.209	12.862	-	-
Atualização do ativo financeiro (IFRIC 12)	(1.434.309)	(955.946)	(478.363)	(186.572)	-	-
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(26.792)	(33.960)	7.168	9.772	-	-
PPA (Purchase price Allocation) Enel Distribuição Goiás	(375.696)	(391.460)	15.764	15.764	-	-
PPA (Purchase price Allocation) Enel Distribuição São Paulo	353.368	360.991	-	-	(7.623)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(107.523)	(163.334)	27.523	(133.689)	28.288	15.403
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(349.103)	(384.032)	34.929	36.685	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(48.409)	(43.630)	(4.779)	10.359	-	-
Outras provisões	(26.995)	(28.179)	1.314	(2.686)	(130)	(1.460)
Total	4.991.532	4.899.804	150.190	- 99.897	34.621	853.359
Juros mora (a)			(88.680)	-		
Realização do benefício fiscal das incorporações (b)			(71.659)	(76.824)		
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(10.149)	(176.721)		

- (a) O imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2021, nos montantes de R\$ 88.680 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios e por ajustes de exercícios anteriores, pelo fato de a controlada Enel Distribuição São Paulo ter apurado lucro fiscal no referido exercício. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros moratórios em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantém vínculo contratual de qualquer espécie. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de diferido. Os detalhes da ação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 28.1.3, Enel Distribuição São Paulo, 2.
- (b) Efeito da amortização do Benefício fiscal das incorporações AES Aelpa, Brasileira Participações e Enel Sudeste de R\$ 71.659 (vide nota 13 – Benefício fiscal das incorporações).

Com base no estudo técnico e geração de lucros tributários futuros e estimativas de Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a realização dos tributos diferidos ativos será distribuída nos seguintes exercícios:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controlada	Consolidado
2022	541.955	2.305.601
2023	125.501	2.429.128
2024	36.701	289.533
2025	37.787	331.189
2026 a 2028	46.184	1.258.755
2029 a 2031	250	1.340.125
	788.378	7.954.331

35. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nº de consumidores (*)		Mwh		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						Reapresentado
Residencial	15.692.001	15.380.383	31.246.499	31.807.416	26.297.272	21.794.653
Industrial	42.614	43.415	3.375.914	3.734.520	3.171.344	2.794.867
Comercial	913.618	925.885	12.462.585	13.628.471	11.012.449	9.902.709
Rural	845.634	853.323	3.188.359	3.047.076	2.081.262	1.577.635
Poder público	78.932	82.638	2.194.367	2.267.346	1.889.970	1.616.663
Iluminação pública	16.257	16.064	2.517.212	2.528.963	1.480.986	1.106.356
Serviço público	15.968	11.745	1.300.324	1.402.505	1.088.968	931.423
Suprimento e revenda	32	33	362.099	516.168	106.964	152.010
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(9.691.847)	(9.175.538)
Fornecimento faturado	17.605.056	17.313.486	56.647.359	58.932.465	37.437.368	30.700.778
Outras receitas						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	1.631.883	916.041
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre e cativo)	4.733	3.378	19.982.514	15.467.108	13.571.002	12.473.340
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	(231.798)	(167.959)
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.715.588	2.237.520
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	-	-	-	-	303.366	180.647
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	2.623	9.445
Receita anual de geração - RAG	-	-	-	-	213.119	193.914
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	(4.167.740)	(1.866.587)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	4.167.740	1.866.587
Atualização do bônus de concessão	-	-	-	-	161.909	64.770
Amortização do bônus de concessão	-	-	-	-	(57.338)	(51.895)
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	-	-	8.639.523	2.235.172
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	1.359.300	524.767
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	835.038	407.364
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	842.005	1.299.024
Receita de construção	-	-	-	-	6.133.303	4.169.023
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	-	-	-	3.579.863	159.215
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	1.501.883	32.957
Outras receitas	-	-	-	-	1.132.097	633.216
Total outras receitas	4.733	3.378	19.982.514	15.467.108	41.333.366	25.316.561
Receita operacional bruta	17.609.789	17.316.864	76.629.873	74.399.573	78.770.734	56.017.339
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	-	-	(12.388.839)	(10.141.755)
PIS - corrente	-	-	-	-	(1.116.770)	(817.895)
COFINS - corrente	-	-	-	-	(4.751.957)	(3.794.939)
ISS	-	-	-	-	(18.806)	(15.821)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(418.579)	(320.701)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(16.418)	(19.364)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(8.864.381)	(4.041.484)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(55.938)	(45.480)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(14.837)	(3.841)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	-	-	-	-	(467)	(555)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	-	-	(27.646.992)	(19.201.835)
Receita Líquida	17.609.789	17.316.864	76.629.873	74.399.573	51.123.742	36.815.504

(*) Não auditado pelos auditores independentes

- (a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conformecalendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.
- (b) Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência

- (c) PIS/COFINS consumidores a restituir: Conforme detalhado na nota explicativa nº 21, a Companhia possui, através de suas controladas, processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.
- (d) Ativo e passivo financeiro setorial: Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.
- (e) Atualização do ativo financeiro da concessão: Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.4, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor apresentada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é uma reclassificação de R\$524.767 da receita financeira para o resultado operacional.
- (f) Subvenção de recursos da CDE: Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.
- (g) Receita de construção: As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa.
A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.
- (h) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- (i) Outras receitas: A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.
- (j) Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
 - Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a atividade praticada. As principais atividades são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(97.459)	-	(97.459)	(41.314)	-	(41.314)
Material	2.313	-	2.313	(292)	-	(292)
Serviços de terceiros	(299.269)	-	(299.269)	(31.829)	-	(31.829)
Depreciação e amortização	(8.979)	-	(8.979)	(1.412)	-	(1.412)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(15.591)	-	(15.591)	(19.163)	-	(19.163)
Provisão para processos judiciais e outros	(822)	-	(822)	(284)	-	(284)
Arrendamentos e aluguéis	2.942	-	2.942	456	-	456
Outras receitas (despesas) operacionais	130.296	6.878	137.174	(142.547)	(96)	(142.643)
Total	(286.569)	6.878	(279.691)	(236.385)	(96)	(236.481)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021					31/12/2020						
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(920.046)	-	-	(381.126)	-	(1.301.172)	(479.235)	(14.488)	-	(318.082)	-	(811.805)
Material	(117.009)	-	-	(32.810)	-	(149.819)	(168.690)	-	(11.922)	-	-	(180.612)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(183.632)	-	-	(87.643)	-	(271.275)	(220.831)	-	-	-	-	(220.831)
Serviços de terceiros	(2.420.826)	(36.625)	-	(552.302)	-	(3.009.753)	(1.934.896)	(20.214)	-	(387.589)	-	(2.342.699)
Energia elétrica comprada para revenda	(24.082.476)	-	-	-	-	(24.082.476)	(17.716.795)	-	-	-	-	(17.716.795)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(5.475.376)	-	-	(4.045)	-	(5.479.421)	(3.488.676)	-	-	-	-	(3.488.676)
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos dos serviços de sistema	(1.314.801)	-	-	-	-	(1.314.801)	(586.154)	-	-	-	-	(586.154)
(-) Ajustes referentes ao alívio retroativo (a)	20.150	-	-	-	-	20.150	167.652	-	-	-	-	167.652
Transporte de potência	(45.155)	-	-	-	-	(45.155)	(90.005)	-	-	-	-	(90.005)
Custos na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(93.491)	-	-	-	-	(93.491)
Depreciação e amortização	(1.966.306)	-	-	(168.396)	-	(2.134.702)	(1.725.095)	-	(201.168)	-	-	(1.926.263)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.771)	-	(1.085.855)	-	-	(1.089.626)	-	(729.655)	-	-	-	(729.655)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	(472.168)	-	-	(472.168)	-	(13.883)	-	-	-	(13.883)
Recuperação de perdas (b)	-	-	-	-	-	-	13.882	-	-	-	-	13.882
Custo de construção	(6.133.303)	-	-	-	-	(6.133.303)	(4.169.023)	-	-	-	-	(4.169.023)
Provisão para processos judiciais e outros	(8.213)	-	-	(274.836)	-	(283.049)	(10.032)	-	-	(168.905)	-	(178.937)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	(14.883)	(63.572)	-	(78.455)	-	-	-	(74.738)	-	(74.738)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(96.682)	-	(96.682)	-	-	-	(19.163)	-	(19.163)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	-	311.196	311.196	-	-	-	-	264.378	264.378
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	-	-	-	-	-	-	164.583	-	-	-	-	164.583
Arrendamentos e aluguéis	(26.265)	-	-	2.921	-	(23.344)	(18.666)	-	-	456	-	(18.210)
Seguros	(5.752)	-	-	(4.270)	(5.085)	(15.107)	(2.279)	-	-	(14.324)	(7.663)	(24.266)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	299.146	-	-	(143.710)	117.223	272.659	52.824	255	-	(432.066)	88.700	(290.287)
Total	(42.383.635)	(36.625)	(1.572.906)	(1.806.471)	423.334	(45.376.303)	(30.318.809)	(34.448)	(729.655)	(1.627.501)	345.415	(32.364.998)

- (a) O ativo financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

37. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira				Reapresentado
Renda de aplicações financeiras	6.321	21.038	95.696	86.244
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	-	-	393.010	337.250
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	229.279	76.258	-	-
Variação monetária Parcela A e outros itens Financeiros	-	-	216.876	56.163
Atualização de depósitos judiciais	112	98	31.013	36.925
Juros de arrendamentos	-	-	3.668	-
Instrumentos financeiros derivativos	32.596	-	1.246.153	985.772
Variação cambial ativa - Outros	73.673	-	194.182	-
Variação cambial ativa - Dívida (d)	-	59.234	686.738	96.541
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	161.636	-
Variações monetárias diversas	4.526	-	8.859	170.957
Atualização de créditos tributários	5	-	24.877	8.173
Fiança bancária	14.366	19.058	77	19.058
Subvencões governamentais	-	-	2.555	3.273
Outras receitas financeiras	15.032	5.526	96.281	21.057
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(46.325)	(27.820)	(82.426)	(77.272)
Total da receita financeira	329.585	153.392	3.079.195	1.744.141
Despesa financeira				
Variações monetárias - Dívidas	-	-	(433.377)	(126.117)
Variações monetárias - Outras despesas	-	-	(147.819)	(107.287)
Variações monetárias - Parcela A e outros itens Financeiros	-	-	(85.546)	-
Encargos de dívidas (a)	(117.688)	(109.523)	(468.110)	(584.884)
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	(2.158)	-
Amortização do custo de transação	676	-	(21.583)	(17.058)
Atualização de impostos e multas	(21)	(300)	(20.863)	(14.244)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b) (c)	(456)	(127)	(310.632)	(365.159)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	(535.853)	(482.435)
Juros debêntures	-	-	(355.422)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(48.084)	-	(1.085.885)	(114.473)
Encargos - P&D/PEE	-	-	(16.875)	(23.620)
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	-	(167)
Variação monetária dos valores a devolver de Parcela A e outros itens	-	-	(38.194)	-
Atualização acordo Eletrobrás	-	-	(43.394)	(45.737)
Atualização financeira GSF	-	-	(96.627)	(109.734)
Cartas de fiança e seguros garantia	(24.453)	(3.455)	(71.048)	(92.476)
IOF e IOC	(27)	(19.142)	(15.963)	(25.342)
Juros de arrendamentos	(739)	(44)	(35.039)	(25.737)
Variação cambial passiva - Dívida (d)	(162.365)	(439.173)	(1.250.881)	(1.348.534)
Variação cambial passiva - Outros	(18.818)	(234.320)	(300.165)	(289.186)
Subvencões governamentais	-	-	(2.555)	(3.273)
Outras despesas financeiras	(22.914)	(5.660)	(168.577)	(58.503)
Total da despesa financeira	(394.889)	(811.744)	(5.506.566)	(3.833.966)
Total do resultado financeiro	(65.304)	(658.352)	(2.427.371)	(2.089.825)

- (a) O aumento dos encargos de dívidas estão relacionados ao desembolso de novos empréstimos e emissão de novas debêntures (vide nota 22) e também pelo aumento da taxa Selic e IPCA no ano de 2021, que tem forte impacto nas taxas de juros dos empréstimos e debêntures emitidas pelas empresas grupo.
- (b) Atualização e juros referentes a processos cíveis relacionados a reclamações de consumidores em sua grande maioria, sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.
- (c) A Enel Distribuição Rio sofreu execução fiscal originada de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionamento da referida execução fiscal, ocasionou o reconhecimento de atualização financeira em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$174.971.

- (d) Aumento das despesas financeiras em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 64% da dívida total da Companhia. Esta variação é decorrente da depreciação do Real frente ao Dólar (R\$ 5,19 em 2020 e R\$5,58 em 2021) ocorrido no período.

38. Informações por segmento

O Grupo possui quatro divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis: redes, geração, comercialização, soluções e outros, conforme descrição na nota explicativa nº 2.1.5. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias. As divulgações dos segmentos operacionais são consistentes com a informação avaliada pela Administração para o desempenho do Grupo. A determinação de preços para as transações entre os segmentos é determinada com base em preços de mercado.

A natureza das operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo são:

Infraestrutura e Redes – atividades oriundas das concessões dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica;

Geração – atividades oriundas das concessões dos serviços geração de energia elétrica como usinas eólicas, solares, hidrelétricas e térmica.

Comercialização – atividades oriundas das comercialização de energia;

Enel X – atividades oriundas de prestações de serviços de soluções inteligentes e em linhas com as tendências do mercado, como geração distribuída, automação, armazenamento de energia, resposta à demanda e mobilidade elétrica.

Outros – incluem ativos que não são relacionados a nenhum dos segmentos acima informados.

O Grupo não analisa o desempenho de suas operações por localização geográfica.

As informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021							
	Infraestrutura e Redes	Geração	Comercialização	Enel X	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida com terceiros	47.159.899	997.286	2.827.026	124.956	51.109.167	14.575	-	51.123.742
(-) Receita líquida entre segmentos	111.078	2.604.481	1.634.538	10.340	4.360.437	-	(4.360.437)	-
Custo do serviço	(40.295.364)	(2.332.556)	(4.025.885)	(80.398)	(46.734.203)	(13.647)	4.364.215	(42.383.635)
Lucro bruto	6.975.613	1.269.211	435.679	54.898	8.735.401	928	3.778	8.740.107
(Despesas) receitas operacionais								
Despesas com vendas	(36.253)	(372)	-	-	(36.625)	-	-	(36.625)
Despesas gerais e administrativas	(1.331.123)	(50.413)	(5.188)	(54.766)	(1.441.490)	(291.538)	(73.443)	(1.806.471)
Equivalência patrimonial	(4.220)	(85.371)	-	-	(89.591)	2.450.181	(2.360.590)	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.542.388)	(12.346)	(15.165)	(3.007)	(1.572.906)	-	-	(1.572.906)
Outras receitas e despesas operacionais	358.726	59.687	-	-	418.413	6.207	(3.854)	420.766
Total (despesas) receitas operacionais	(2.555.258)	(88.815)	(20.353)	(57.773)	(2.722.199)	2.164.850	(2.437.887)	(2.995.236)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	4.420.355	1.180.396	415.326	(2.875)	6.013.202	2.165.778	(2.434.109)	5.744.871
Resultado financeiro								
Receita financeira	2.737.684	239.492	7.406	5.841	2.990.423	335.960	(247.188)	3.079.195
Despesa financeira	(4.732.819)	(602.494)	(4.120)	(1.922)	(5.341.355)	(404.828)	239.617	(5.506.566)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.425.220	817.394	418.612	1.044	3.662.270	2.096.910	(2.441.680)	3.317.500
Imposto de renda e contribuição social correntes	(453.637)	(259.775)	(148.700)	(3.019)	(865.131)	(67.211)	-	(932.342)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(259.838)	(22.712)	6.322	21.232	(254.996)	244.847	-	(10.149)
Incentivo fiscal	33.615	(1.210)	-	-	32.405	-	-	32.405
Lucro líquido do exercício	1.745.360	533.697	276.234	19.257	2.574.548	2.274.546	(2.441.680)	2.407.414

	31/12/2020							
	Infraestrutura e Redes	Geração	Comercialização	Enel X	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida com terceiros	34.706.916	1.576.604	2.793	103.917	36.390.230	(99.493)	-	36.290.737
(-) Receita líquida entre segmentos	41.200	1.459.148	-	10.182	1.510.530	431.964	(1.942.494)	-
Custo do serviço	(30.342.663)	(1.854.014)	(741)	(52.115)	(32.249.533)	(12.734)	1.943.458	(30.318.809)
Lucro bruto	4.405.453	1.181.738	2.052	61.984	5.651.227	319.737	964	5.971.928
(Despesas) receitas operacionais								
Despesas com vendas	(20.139)	(14.309)	-	-	(34.448)	-	-	(34.448)
Despesas gerais e administrativas	(1.294.323)	(21.809)	-	(70.717)	(1.386.849)	(240.652)	-	(1.627.501)
Equivalência patrimonial	263.053	-	-	-	263.053	2.140.148	(2.403.201)	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(728.013)	(976)	-	(666)	(729.655)	-	-	(729.655)
Outras receitas e despesas operacionais	346.606	-	-	-	346.606	(227)	(964)	345.415
Total (despesas) receitas operacionais	(1.432.816)	(37.094)	-	(71.383)	(1.541.293)	1.899.269	(2.404.165)	(2.046.189)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	2.972.637	1.144.644	2.052	(9.399)	4.109.934	2.219.006	(2.403.201)	3.925.739
Resultado financeiro								
Receita financeira	2.120.285	172.930	-	1.952	2.295.167	272.464	(298.723)	2.268.908
Despesa financeira	(2.865.932)	(267.021)	(1)	(11.335)	(3.144.289)	(988.400)	298.723	(3.833.966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.226.990	1.050.553	2.051	(18.782)	3.260.812	1.503.070	(2.403.201)	2.360.681
Imposto de renda e contribuição social correntes	(259.495)	(254.614)	-	(136)	(514.245)	(131.152)	-	(645.397)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(395.000)	(112.527)	(698)	5.025	(503.200)	326.479	-	(176.721)
Incentivo fiscal	46.080	-	-	-	46.080	-	-	46.080
Lucro líquido do exercício	1.618.575	683.412	1.353	(13.893)	2.289.447	1.698.397	(2.403.201)	1.584.643

As informações referentes aos principais ativos e passivos de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021							
	Infraestrutura e Redes	Geração	Comercialização	Enel X	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Ativo								
Circulante								
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	9.427.810	666.717	734.463	114.004	10.942.994	-	(591.502)	10.351.492
Não circulante								
Ativo indenizável (concessão)	15.952.413	121.357	-	-	16.073.770	-	-	16.073.770
Imobilizado	878.695	19.349.557	-	76.565	20.304.817	556.609	-	20.861.426
Intangível	15.656.657	1.164.156	-	18.446	16.839.259	833.239	6.463.831	24.136.329
Passivo								
Circulante								
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	2.289.633	-	-	-	2.289.633	-	-	2.289.633
Não circulante								
Debêntures, empréstimos e financiamentos	14.227.705	3.769.149	-	-	17.996.854	1.339.878	(5.336.338)	14.000.394
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	12.546.574	-	-	-	12.546.574	-	-	12.546.574

	31/12/2020							
	Infraestrutura e Redes	Geração	Comercialização	Enel X	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Ativo								
Circulante								
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	8.088.632	2.451.165	-	44.403	10.584.200	-	(14.291)	10.569.909
Não circulante								
Ativo indenizável (concessão)	12.820.257	-	-	-	12.820.257	-	-	12.820.257
Imobilizado	745.194	1.025.371	-	43.791	1.814.356	26.166	-	1.840.522
Intangível	15.059.609	344.404	-	6.140	15.410.153	142.614	6.559.720	22.112.487
Passivo								
Circulante								
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	1.099.155	-	-	-	1.099.155	-	-	1.099.155
Não circulante								
Debêntures, empréstimos e financiamentos	6.753.501	661.628	-	-	7.415.129	-	-	7.415.129
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	7.657.680	-	-	-	7.657.680	-	-	7.657.680

39. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo Enel estão segurados por uma apólice de Risco Operacional válida com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes no montante de R\$ 13.139.400 para todas as subsidiárias da Companhia no Brasil.

O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos, cujo limite máximo de garantia por sinistro é de R\$ 169.200.

Ambos os programas têm validade no período compreendido entre 31 de outubro de 2021 e 31 de outubro de 2022.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada (DM+L C)	Limite máximo de garantia por sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 55.839.215	R\$ 13.139.400
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 169.220
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada (DM+L C)	Limite máximo de garantia por sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	R\$ 37.480.740	R\$ 13.139.400
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 169.220
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2021	10/11/2022	N/A	R\$ 82.725
-	Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	R\$ 131.934
-	Frota	30/07/2021	30/07/2022	N/A	R\$ 1.000

40. Eventos subsequentes

Reorganização societária

No dia 19 de janeiro de 2022, a controlada Enel X Brasil aportou capital no montante de R\$ 39 na Enel Brasil Central. A Companhia renunciou aporte nesta investida e, conseqüentemente, perdeu o controle e reduziu sua participação direta dos atuais 100% para 20,23%. Adicionalmente, houve alteração no objeto social da Enel Brasil Central para contemplar atividades de prestação de serviços e de prática de atos do comércio atacadista de energia elétrica.

Aporte de capital em em controlada

Em 31 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração, aprovou aporte de capital para a controlada Enel Rio no montante de R\$ 1.640.000. Deste valor, R\$ 1.010.000 foram creditados conforme detalhe abaixo à título de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”):

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data do ingresso		Valor
19 de Janeiro de 2022	R\$	50.000
25 de Janeiro de 2022	R\$	50.000
31 de Janeiro de 2022	R\$	360.000
03 de Fevereiro de 2022	R\$	550.000
	R\$	1.010.000

O montante adiantado à título de AFAC à Companhia não está sujeito a juros remuneratórios, correção monetária ou qualquer outro tipo de ajuste e correspondem a emissão novas ações ordinárias.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – (“AFAC”)

A Companhia recebeu recursos no montante total de R\$ 2.905.315 do seu acionista Enel Américas S.A., conforme detalhamento abaixo, a ser capitalizado na reunião de Conselho de Administração de 24 de fevereiro de 2022 quando da realização das assembleias.

Data do ingresso		Valor
31 de Janeiro de 2022	R\$	1.059.865
01 de Fevereiro de 2022	R\$	1.318.050
02 de Fevereiro de 2022	R\$	527.400
	R\$	2.905.315

O montante adiantado à título de AFAC à Companhia não está sujeito a juros remuneratórios, correção monetária ou qualquer outro tipo de ajuste e correspondem a emissão novas ações ordinárias.

Operações de mútuos com controladas

Devido à necessidade de capital de giro, a Companhia realizou operações de mútuo com suas controladas nos montantes, vencimentos e taxas abaixo:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Operação	Credor	Data Inicial	Vencimento	Taxa de Juros	Montante
Enel Rio	Mútuo	Enel Brasil	05/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,40% a.a.	R\$ 180.880
Enel Ceará	Mútuo	Enel Brasil	05/01/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a.	R\$ 70.429
Enel Ceará	Mútuo	Enel Brasil	15/02/2022	18/04/2022	CDI + 0,73% a.a.	R\$ 100.638
Enel Ceará	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	02/03/2022	CDI + 1,08% a.a.	R\$ 110.566
Enel Goiás	Mútuo	Enel Brasil	05/01/2022	11/07/2022	CDI + 1,58% a.a.	R\$ 202.320
Enel Goiás	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	11/07/2022	CDI + 1,58% a.a.	R\$ 353.679
Enel SP	Mútuo	Enel Brasil	05/01/2022	11/07/2022	CDI + 1,48% a.a.	R\$ 101.160
Enel SP	Mútuo	Enel Brasil	10/01/2022	11/07/2022	CDI + 1,48% a.a.	R\$ 121.367
Enel SP	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	11/07/2022	CDI + 1,48% a.a.	R\$ 80.841
Enel Green Power São Gonçalo 01	Mútuo	Enel Brasil	25/01/2022	25/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 878
Enel Green Power São Gonçalo 01	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 510
Enel Green Power São Gonçalo 03	Mútuo	Enel Brasil	17/01/2022	17/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 540
Enel Green Power São Gonçalo 03	Mútuo	Enel Brasil	27/01/2022	27/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 153
Enel Green Power São Gonçalo 03	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 1.019
Enel Green Power São Gonçalo 05	Mútuo	Enel Brasil	17/01/2022	17/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 132
Enel Green Power São Gonçalo 05	Mútuo	Enel Brasil	25/01/2022	25/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 484
Enel Green Power São Gonçalo 05	Mútuo	Enel Brasil	31/01/2022	31/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 1.019
Enel Green Power São Gonçalo 06	Mútuo	Enel Brasil	10/01/2022	10/01/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 3.736
Enel Green Power São Gonçalo 14	Mútuo	Enel Brasil	04/02/2022	04/08/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 10.113
Enel Green Power São Gonçalo 15	Mútuo	Enel Brasil	05/01/2022	06/03/2022	CDI + 1,90% a.a.	R\$ 1.435

Operações de mútuos com demais partes relacionadas

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance International N.V, a controlada Enel Goiás contratou, em 02 de fevereiro de 2022, uma operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montante de R\$ 377.061. O mútuo possui uma taxa fixa de 1,7647% a.a., com vencimento em 04 de fevereiro de 2025. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratado simultaneamente uma operação de swap junto ao Banco Bradesco S.A., trocando o valor e taxa pactuada em euros por valor em reais com um custo de CDI + 1,5980% a.a.